



RECENSEAR

Depois conta-nos:

- # Foi fácil?
- # A equipa foi simpática?
- # Havia uma fila longa?
- # Tiveste algum problema?

entre 25 de Maio e 25 de Julho
para poderes votar

SMS: 90440 (válido nas redes 84 e 86 ao custo de 2 Mt)

Email: averdademz@gmail.com

WhatsApp: 84 399 8634

BBM Pin: 2A8BBEFA



PÁGINA 26

@verdade

www.verdade.co.mz

@twitter.com/verdademz

Jornal Gratuito

Sexta-Feira 24 de Maio de 2013 • Venda Proibida • Edição Nº 237 • Ano 5 • Fundador: Erik Charas

Xai-Xai

Monapo

Destaque Página 14-19

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade SMS: 90440 WhatsApp: 84 399 8634

A verdade em cada palavra.

“O que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons.”

- Martin Luther King

“O que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons.”

- Martin Luther King

Seja o primeiro a saber. Receba as notícias d'Verdade no seu telemóvel. Envie uma SMS para o nº 8440404 com o texto

Siga verdademz

@sebastiapaolino: 60 Professores da escola secundaria de Namialo em Nampula estão em greve em revindicação de salário em atraso

@TheRealWizzy: Epah RT: @verdademz: 3º Dia da #greve dos profissionais de saúde: #Polícia impede encontro dos grevistas <http://t.co/3eMLgUkwB1>

@DemocraciaMZ: #Greve #Médicos e outros profissionais de saúde @LamarquesRui: Jardim Nangade #Maputo cercado pela FIR e pela PRM <http://t.co/kEQPLZYeFg>



@gil_vicente4: RT @verdademz: Audio em que se pode ouvir ameaça do Director HCM a profissionais de saúde que aderirem a greve <http://t.co/IMD96we5wq>

@giantpandinha: RT @verdademz: Mural do Povo #OCCUPYCATEME <http://t.co/x8xCTPUWZx> #Vale #Brasil #Mozambique



@SourceAdam: Amazing to see people so enthusiastic about getting access to the news. Print dead? Not in #Mozambique! <http://t.co/GWDnNuOnDU>



@DemocraciaMZ: #Autarquicas2013 @shirango: Em #Ribáuè não há bancos os funcionários são obrigados a deslocar-se até #Nampula para terem os seus ordenados

Seja o primeiro a saber. Receba as notícias d'Verdade no seu telemóvel. Envie uma SMS para o nº 8440404 com o texto

Siga verdademz

Editorial
averdademz@gmail.comTelevisão do
partido

O Governo nunca quis dialogar com os profissionais da Saúde. Aliás, é mais correcto dizer que o Governo não deu mostras de querer dialogar. As inúmeras cartas enviadas pela Associação Médica de Moçambique, solicitando um encontro com os membros do Executivo de Armando Emílio Guebuza nunca tiveram resposta. Isso é público, mas não é conveniente abordar. Portanto, se temos uma classe profissional que procurou estabelecer pontos de contacto e de diálogo só mesmo por sacanice é que se pode afirmar - via televisão propagandística da Frelimo - que a greve resulta da insatisfação de uma exigência de 100 porcento de aumento salarial.

Há fármacos que atenuam certas doenças mentais. Dedicar-se, por isso, à droga, era capaz de ser uma boa ideia para muitos órgãos de informação e analistas de taberna. É o caso da Televisão de Moçambique (TVM) e certos fulanos. Aquele órgão já nos habituou à demência com a qual a informação de interesse público é abordada, mas nunca é demais referir certos atropelos à verdade dos factos. Os médicos exigem 100 porcento de aumento. Essa é a maior das alarmidades propaladas pela televisão pública e por um bando de analistas cumplicemente míopes que pululam pelas redes sociais numa campanha desenfreada de desinformação.

O papel a que se prestam os funcionários da TVM não os significa. Colocar directores provinciais da Saúde em directo para desmentir uma greve real é mesmo coisa de doidos ou de quem perdeu propontadamente o cérebro há muito tempo na areia movediça do *culambismo*. Nem os inquilinos de um manicômio fariam melhor. Essa forma, primeiro, de rebaixar o jornalismo e a decência de uma profissão que devia ser nobre ao papel de propaganda encapotada e, segundo, reduzir um órgão que funciona com verbas públicas à dimensão de fantoche de quem dirige o país diz muito da sociedade que somos.

Contudo, as notícias mentirosas veiculadas pelo canal de propaganda da Frelimo dizem mais da TVM do que propriamente daqueles a quem se destina. No que diz respeito à greve dos médicos, sobretudo porque emite uma quantidade de lixo absurda, o mais aconselhável é desligar o receptor porque sob a capa de jornalistas trabalham pessoas que desconhecem profundamente o sentido de cidadania e de informação de interesse público.

Para a televisão pública nunca houve greve, salvo a sabotagem de uns poucos marginais que, por mero acaso, cursaram medicina. Ou seja, umas poucas massas podres que cumprem agendas estranhas e tentam desviar os profissionais da Saúde da sua função que é salvar vidas.



Boqueirão da Verdade

"O que nos leva a pensar que as nossas autoridades falam muito de diálogo quando alguém lhes aponta uma faca à garganta, mas voltam rapidamente à habitual arrogância logo que a ameaça se afasta. E, perante este silêncio, os médicos voltaram à única língua que, aparentemente, o Governo ouve. Com todos os defeitos que essa linguagem tem em si", Machado da Graça

"Para já, neste caso, como noutrós, no meadamente as negociações Governo/ Renamo, espero que pare esta fantochada de se fingir um diálogo que, na verdade, o Governo não está disposto a encetar, confiando na força que tem a defendê-lo. Diálogo para inglês ver. Ou, adaptado à nova realidade, diálogo para a comunidade internacional, e adora, ver. E, tudo me leva a acreditar, nada mais do que isso", Idem

"Uns dizem 'estamos a fragilizar a pobreza'. A realidade diz que 'a pobreza está a crescer'. Uns dizem 'apóstolos da desgraça'. A realidade mostra a desgraça em que a maioria do povo vive. Uns dizem 'um dia vão sonhar com carvão no prato'. A realidade, porém, mostra um grupo a enriquecer com o carvão e muito dinheiro num prato só. Uns dizem 'Moçambique ainda não tem riqueza para distribuir à população'. Mas a realidade mostra que para alguns existe riqueza abundante para eles e para as respectivas famílias. O salário é magro para a maioria da função pública. Mas para os dirigentes, parece que há mais recursos e mordomias do que beneficiar propriamente do trabalho", Egídio Guilherme Vaz Raposo

"Um ministro recebe em média duas vezes mais que um director-nacional. Nas empresas públicas, o PCA ganha no mínimo 10 vezes mais que o técnico médio. O salário-base de um trabalhador da Autoridade Tributária com o nível de licenciatura é superior ao de um director-nacional de um sector qualquer. A diferença salarial na função pública é simplesmente um escândalo. Uma vergonha e um insulto à consciência das pessoas. Este país é uno. Não deve existir um salário bom para uns e migalhas para outros", Idem

"Um professor primário é tão importante como um médico ou cobrador de impostos. Urge reflectir sobre a equidade salarial na função pública. A greve dos médicos faz sim sentido. E faria o mesmo sentido se professores primários, enfermeiros, canalizadores, extensionistas agrários, TODOS se levantassem contra a injustiça salarial a que assistimos. Urge um debate sério e esclarecedor sobre este tema. A minha opinião pessoal é que o GOVERNO TEM SIM RIQUEZA E DINHEIRO PARA DISTRIBUIR. Que subam os salários e se moralize a função pública", Ibidem

"Moçambique, um dos países mais pobres do mundo, está no começo do boom de recursos naturais. As receitas do Estado, vindas do carvão e de gás natural, poderiam tirar a maior parte dos moçambicanos da pobreza absolu-

ta. Porém, o secretismo em torno dos contratos continua a garantir que as companhias multinacionais não paguem impostos justos ao país", Centro de Integridade Pública

"Concordo plenamente com as palavras do Sr. Presidente da República. Realmente existem pessoas que interpretam tudo à imagem e semelhança da sua ignorância, razão pela qual até hoje somos governados por pessoas ignorantes, sem nenhum nível académico e muito menos nenhuma estratégia política para superar a pobreza e a crise política. São essas pessoas ignorantes que acorrem em massa nos comícios da presidência aberta para serem facilmente manipuladas devido à sua extrema e tamanha IGNORÂNCIA. Grande líder. Parabéns", Moisés Matos Maposse

"Sugiro que a nossa Assembleia da República agende uma sessão extraordinária para o mês de Agosto ou então que antecipe a sessão plenária prevista para meados de Outubro de modo a proceder-se à revisão pontual da Lei Eleitoral e poder-se anunciar legalmente as eleições presidenciais e legislativas para a primeira quinzena de Outubro de 2014 e, eventualmente, fazer a revisão pontual de outras leis do pacote eleitoral de modo a poder também incluir os consensos que certamente irão sair do diálogo em curso envolvendo o Governo e a Renamo", Ismael Mussa

"Como homem experiente nestas lides de governação ele devia saber que não existe governante no mundo que não é criticado. É assim a vida, mas nem por isso vemos outros governantes no mundo a chamar o seu povo de ignorante. Quer dizer que isto não cabe na cabeça de uma pessoa comum e normal, estamos a falar de um Presidente e não de uma pessoa qualquer. Um pouco mais de postura nas suas afirmações é o mínimo que se pode esperar", Rui Jorge Neves

"O PR e o Governo estão a distanciar-se do povo em vez de se aproximarem dele! Será que não era melhor discursar em Maputo sobre porque é que os proveitos dos recursos não são imediatos e não vão existir sem trabalho do que discursar na China sobre a ignorância das pessoas que não têm acesso à informação? A ignorância também se manifesta na falta de senso", Paulo Guerreiro

"A nossa Polícia só ganhará prestígio e respeito no dia em que ela deixar de ir para cama com um determinado partido político, na medida em que souber acarinhar e proteger o povo, seja esse povo 'democrata', seja esse povo 'republicano', Freitas de Cabinda

"Segundo o estatuto da PRM, a FIR pode também intervir em situações de violência concertada, mas ninguém e provavelmente nem o próprio ministro pode explicar ou nomear um único caso em que manifestamente o país teve esta situação", Idem

OBITUÁRIO:
Jorge Videla
1925 – 2013
87 anos

O antigo ditador argentino Jorge Videla, responsável por um dos mais brutais regimes da América Latina no século passado, morreu na última sexta-feira, dia 18, na cadeia de Marcos Paz, na província de Buenos Aires. Tinha 87 anos de idade.

A notícia foi avançada pela Rádio Once Diez, pronunciada pela mulher de um militar, Cecilia Pando: "Videla morreu durante o sono. À noite, não quis jantar, porque se sentia mal". Jorge Videla assumiu o poder na Argentina no golpe militar de 24 de Março de 1976. A ditadura na Argentina só iria acabar em 1983, com denúncias de 30 mil desaparecidos, entre os quais 500 crianças.

Em Julho do ano passado, foi condenado a 50 anos de prisão por ter supervisionado uma rede que roubava bebés de prisioneiros políticos, com o Ex-Presidente Reynaldo Bignone, condenado a 15 anos de prisão.

Os ex-líderes argentinos foram responsabilizados criminalmente pela "prática sistemática e generalizada de subtração, retenção e ocultação de menores de idade", de cerca de 500 crianças que, durante os anos da ditadura, nasceram na prisão e foram retiradas das mães, prisioneiras políticas do regime.

Videla é muitas vezes descrito como "o ditador mais cruel da América Latina". Chegou ao poder em 1976, na sequência de um golpe de Estado, e o seu revolucionário "processo de reorganização" do país ficou marcado pela violenta repressão dos opositores políticos - detenções ilegais, tortura e assassinatos. Mais de 30 mil pessoas desapareceram durante o seu governo, estimam organizações de defesa dos direitos humanos.

Julgado por terrorismo de Estado e condenado à prisão perpétua, em 1985, foi indultado cinco anos mais tarde. Em 2010, a declaração de inconstitucionalidade das leis de perdão e indulto pelo Supremo da Argentina abriu a porta a uma nova acusação, pelos crimes contra a humanidade da ditadura argentina. Foi condenado à prisão perpétua, tal como Reynaldo Bignone, o homem que assumiu o Governo depois do seu afastamento, em 1982, e que representava já o estorvo do regime, depois da derrota contra o Reino Unido na guerra das Malvinas/Falkland.

Nascido a 2 de Agosto de 1925 em Mercedes, na província de Buenos Aires, o percurso de Jorge Videla esteve intimamente ligado à vida militar. Ingressou no Colégio Militar da Nação em 1942, que passou a comandar em 1971, já como general.

Em 1973, foi promovido a chefe do Estado-Maior do Exército e em 1975 a Presidente María Estela Martínez de Perón nomeou-o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Sete meses depois, Videla, Emilio Eduardo Massera e Orlando Ramón Agostí derrubaram "Isabelita" Perón, num golpe de Estado militar que instituiu o Processo de Reorganização Nacional, com a proibição dos partidos políticos e o fim das sessões do Congresso Nacional.

Xiconhoca

Os nossos leitores nomearam os Xiconhocos da semana. @Verdade traça em breves linhas as motivações.



da Semana

1. Um homem de Cuamba

Um Xiconhoca que pensa que respira autoridade impediu a distribuição do Jornal @Verdade na Escola Secundária de Maganga, em Cuamba. Os alunos, que não são parvos, saíram do recinto escolar para receber um jornal, algo que raramente circula por aquelas bandas, mas o Xiconhoca tratou de identificar os estudantes e arrancar todos os jornais, os quais estão, neste momento, em local incerto. Com este tipo de atitudes não é só o Jornal @Verdade que não alarga o seu número de leitores, mas é o país que não avança. Um jornal não pode, para qualquer pessoa sensata, representar uma ameaça. Aliás, é através dos órgãos de informação que a cidadania germina e as pessoas descobrem que as suas vozes podem chegar mais longe. Pena que os Xiconhocos de Cuamba não compreendam...

2. Alexandre Manguele

O silêncio de Alexandre Manguele, ministro da Saúde, é revelador de duas coisas. Primeiro, não é a pessoa certa para o lugar. Segundo, grande parte das mortes que estão e podem acontecer são da sua responsabilidade. Manguele não estabeleceu pontes de diálogo depois da primeira greve e não teve cintura para evitar que estudantes finalistas reprovassem por causa de duas semanas de estágio. Resultado: o país deu-se a um luxo demasiado caro para a vida dos cidadãos. Um país com cerca de 1200 médicos não pode reprovar médicos estagiários por simples birra política. Manguele foi Xiconhoca porque não conseguiu travar uma greve que poderia ser evitada pelo diálogo.

3. Governo de Magude

O governo distrital de Magude enviou uma carta solicitando que os agentes económicos locais contribuissem para a visita do Chefe de Estado àquele ponto do país. Os homens de negócios foram obrigados a prestar vassalagem ao grande líder e a evocar um amor desmedido pela sua figura. Não convém, para não manchar as páginas deste jornal, citar o nome do responsável por esta pelintragem. Mas que é Xiconhoca não há a mínima margem para dúvidas.

Por opção editorial, o exercício da liberdade de expressão é total, sem limitações, nesta secção. As escolhas dos leitores podem, por vezes, ter um conteúdo susceptível de ferir o código moral ou ético de algumas pessoas, pelo que o Jornal @Verdade não recomenda a sua leitura a menores ou a pessoas mais sensíveis.

As opiniões, informações, argumentações e linguagem utilizadas pelos participantes nesta secção não reflectem, de algum modo, a linha editorial ou o trabalho jornalístico do @Verdade. Os que se dignarem a colaborar são incentivados a respeitar a honra e o bom nome das pessoas. As injúrias, difamações, o apelo à violência, xenofobia e homofobia não serão tolerados.

Diga-nos quem é o Xiconhoca desta semana. Envie-nos um E-MAIL para averdademz@gmail.com, um SMS para 821111, uma MENSAGEM BLACKBERRY (pin 28B9A117) ou ainda escreva no Mural defronte da nossa sede.

Xiconhoquices

da Semana

Os nossos leitores nomearam as seguintes Xiconhoquices da semana.

1. Detenção de oleiros

A Xiconhoquice que abre a série da semana, e que foi a mais votada pelos nossos leitores, é oriunda da agreste província de Tete e tem como protagonista principal o governo local. Sucedeu que as autoridades, nesta terça-feira (14) recorreram à Força de Intervenção Rápida (FIR), à Polícia de Proteção e às Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) para reprimir uma manifestação de um grupo de cidadãos forçados a sair das suas terras de origem para a instalação da mineradora Vale em Cateme, no distrito de Moatize, na província de Tete.

Em consequência dessa ação dos agentes da Lei e Ordem, três cidadãos foram presos e só depois de um vaivém por uma série de unidades de detenção naquela província é que foram restituídos à liberdade.

Os cidadãos, oleiros de profissão, contestam a actual indemnização no valor de 60 mil meticais fixada na sequência da sua retirada, pela empresa Vale Moçambique, dos seus bairros nativos onde desenvolviam projectos de fabrico de tijolos. Eles exigem um novo critério de resarcimento da "perda" das suas fontes de rendimentos.

@Verdade soube de um dos detidos que quando os três cidadãos (incluindo ele mesmo) caíram nas mãos da Policia, no distrito de Moatize, foram

encaminhados para a primeira esquadra na cidade de Tete, onde permaneceram cerca de 45 minutos.

Passado esse tempo, foram transferidos para a Cadeia Civil de Tete onde estiveram detidos durante mais de hora e meia. Mais tarde, a corporação deslocou os indivíduos para a segunda esquadra situada na mesma urbe. Na terça-feira desta semana foram soltos e absolvidos de todas as acusações forjadas contra eles. Mas o que ficou desta Xiconhoquice é que ninguém vai pagar por ter "moído", um termo muito em voga na PRM, cidadãos literalmente inocentes.

2. Fantochada

Que Arão Nhancale foi, durante o seu mandato, nocivo aos interesses dos cidadãos da Matola não é novidade para ninguém. O estranho mesmo, no meio desta Xiconhoquice toda, é Armando Emílio Guebuza só ter compreendido isso agora. Os choros dos residentes da Matola são tão antigos quanto à presença de Nhancale à frente dos destinos daquele urbe.

Estranho mesmo é que depois de um grupo de moradores do bairro Intaka escrever ao Chefe de Estado sobre irregularidades da gestão municipal não tenha sido feito nada. Os signatários da carta afirmam que já tinham perdido a esperança faz tempo. A carta é antiga e só depois da renúncia de

Nhancale é que foi ordenada uma sindicância encabeçada pelo Ministério da Administração Estatal. O Magazine Independente, há coisa de um ano e meio, publicou uma reportagem extensa sobre a venda de marcos pelos funcionários do município de Matola, com depoimentos da população e fotografias. Na mesma peça jornalística daquele semanário, ficámos a saber que foram parcelados vários terrenos com o fim de angariar dinheiro de forma ilícita. Não é, portanto, novidade que a governação de Nhancale foi um desastre. O que é estranho é que a Xiconhoquice seja tornada pública para demonstrar algum trabalho. O assunto foi sempre público e a incompetência de Nhancale anda nua em cada estrada de Tsalala.

3. Fome

Mais de trezentas e cinquenta famílias da localidade de Natuco, distrito de Macúfi, na província de Cabo Delgado, poderão enfrentar uma crise alimentar nos próximos meses, devido à fraca produção na primeira época da presente campanha agrícola.

A queda irregular da chuva e inundações dos campos de produção são apontadas como as principais causas que provocaram a fraca produção agrícola, naquela região do litoral da província de Cabo Delgado.

O presidente da associação distrital

dos camponeses em Mecúfi, António Mujupa, disse à Rádio Moçambique que mais de seiscentas machambas com diversas culturas do primeiro ciclo, principalmente cereais, foram afectadas pela intempérie.

Para inverter a situação, de acordo com António Mujupa, a população é aconselhada a aproveitar as zonas baixas para a produção de hortícolas, enquanto aguarda pela chuva.

Enquanto isso, mais de uma centena de famílias da região de Mutefu, distrito de Machaze, em Manica, poderão enfrentar uma crise de fome, devido à destruição das suas culturas, por elefantes, no primeiro trimestre deste ano. O facto surge como resultado do conflito homem/fauna bravio em que, para além de os paquidermes devastarem culturas numa área de cinquenta e dois hectares, destruíram casas e celeiros dos camponeses, noticiou a Rádio pública.

O director dos serviços distritais de actividades económicas em Machaze, Fernando Kingston, disse que as famílias afectadas receberam sementes melhoradas para o cultivo em zonas baixas e foram sensibilizadas no sentido de venderem parte dos seus animais para suprir o défice alimentar. Com um plano eficaz de produção agrícola, a fome não seria um problema. Sucedeu, porém, que a prioridade é o ProSavana e outro tipo de Xiconhoquices...

Vítimas do Carvão de Tete

Refo Agostinho, Domingos João, Isac Sampanha, Chaibo Charifo, Taibo Ismael e Paulo Fevereiro são moçambicanos que fazem parte de uma lista extensa de compatriotas, constituída na sua maioria por jovens deslocados das suas terras de origem, no distrito de Moatize, pela empresa brasileira Vale Moçambique para dar lugar à extração de carvão, com promessas de compensações pela perda das suas olarias, através das quais obtinham renda para a sua subsistência e dos seus dependentes. Entretanto, actualmente, grande parte das famílias abrangidas pela firma vive na incerteza em relação à sua sobrevivência porque as propostas feitas pela mineradora não passam de letra-morta.

Texto: Redacção • Foto: www.justicanostrilhos.org

Em relação à forma como decorreu o processo de reassentamento dos nativos de Moatize, alguns cidadãos reassentados em Cateme, 25 de Setembro e os residentes do bairro 04, na região de Nthibu, por exemplo, sentem-se enganados pelo Governo e pela firma que explora carvão no solo que outrora foi dos seus antepassados. Algumas pessoas contaram ao @Verdade que desde finais de 2009, altura em que a Vale mandou paralisar os seus projetos de fabrico de tijolos, as suas actividades agrícolas e barracas de venda de produtos alimentares, a vida de certas famílias conheceu um rumo dramático em virtude de terem entregue os seus empreendimentos na expectativa de que seriam indemnizadas.

Isac Sampanha, residente no bairro do Bagamoyo, Unidade 04, disse-nos que possuía oito olarias e por ano produzia milhões de tijolos. A par deste homem, que iniciou as suas actividades em 1996, vários oleiros sobreviviam do mesmo ofício, contudo, desde a altura em que a mineradora mandou interromper os seus trabalhos ficaram na miséria, principalmente aqueles indivíduos que anualmente produziam um milhão e 200 tijolos, que agora estão com as mãos à cabeça devido ao desespero e à incerteza relativamente ao seu futuro.

“Em 2009, a empresa Vale pagou a cada oleiro 60 mil meticais; este valor correspondia à paralisação dos trabalhos que eram desenvolvidos pela população e visava também fazer com que as pessoas abrangidas permitissem a elaboração de um estudo que iria determinar as compensações das famílias de acordo com os bens que nessa altura tinham no terreno. Ninguém nos disse que estávamos a ser indemnizados conforme a Vale Moçambique tem estado a referir”, reportou-nos Isac. Este cidadão afirmou ainda que, apesar de que possuía oito fábricas de tijolos, recebeu igualmente a mesma quantia atribuída a quem detinha uma olaria, por exemplo, “o que não é justo”.

As dificuldades económicas por que passam algumas pessoas alegadamente ludibriadas pela Vale e pelo Executivo resultam do facto de as mesmas não terem outros meios de geração de renda. Por isso, pedem ao Governo que demonstre a sua responsabilidade explicando aos reassentados os pormenores do contrato firmado com a empresa brasileira a que nos referimos. “O problema relacionado com as casas, as machambas e as olarias tem de ser resolvido de uma vez.”

Em 1994, Taibo Ismael, residente no bairro 25 de Setembro, começou a dedicar-se também à produção de tijolos. Segundo nos contou, tinha apenas uma fábrica e anualmente fazia entre 300 mil e 600 mil peças de barro, cozidas, destinadas à construção. “Em nenhum momento fomos informados de que o dinheiro (60 mil meticais) que recebemos é de indemnização. Essa quantia é insignificante e não corresponde ao valor dos nossos bens. E o que é que vai acontecer com aquelas pessoas que depois de perderem as suas fontes de receita ficaram na miséria?”

Sem recursos financeiros e materiais para trabalhar, os indivíduos que desenvolviam os seus projectos na área onde a Vale extraia carvão exigem que a mineradora use



uma nova fórmula de cálculo de compensações que consiste no seguinte: produção anual (102 mil tijolos) x dois meticais (o preço do tijolo) x 50 anos (período de vida que entendem que vão deixar de exercer a actividade de produção de tijolos).

“Antes de a Vale chegar a Moatize, os oleiros sobreviviam sem precisar de depender de terceiros, mas agora já não resta mais nada a uma parte significativa de famílias porque despendem os 60 mil meticais desembolsados em 2009. É este o montante correspondente aos bens que essas pessoas conquistaram com muito sacrifício ao longo do tempo?”, perguntou Isac.

Os nossos interlocutores afirmaram que por mais que o governo distrital de Moatize e a Vale recorram à Força de Intervenção Rápida (FIR), à Polícia de Protecção e às Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), os oleiros vão continuar a lutar pelos seus direitos, nem que sejam humilhados e maltratados.

“A Vale e os seus funcionários tratam-nos como brinquedos, não nos respeitam e não nos consideram como pessoas. A mineradora acusa-nos de termos causado enormes prejuízos avaliados em 42 milhões de dólares nas últimas duas paralisações em menos de um mês. Porém, esquece-se de contabilizar os avultados prejuízos e danos materiais, patrimoniais e humanos a que as 1.365 famílias e as comunidades de Cateme têm sido sujeitas desde finais de 2009”, disseram os oleiros à Ação Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), para quem na reivindicação dos produtores de tijolos está evidente “a cumplicidade e a fuga permanente à responsabilidade por parte da Vale e do Governo de Moçambique.”

Os compatriotas que exigem um novo critério de resarcimento pela perda das suas fontes de rendimentos disseram-nos ainda que criaram os seus filhos com o dinheiro obtido das suas manufacturas de objectos fabricados com barro cozido, por isso, urge a necessidade de o Executivo moçambicano encontrar uma forma de resolver o problema para que um pai de família possa manter os seus dependentes, dando-lhes uma vida digna, com mais qualidade.

“A mineradora diz que o assunto está encerrado porque as supostas compensações que recebemos foram estipuladas pelo Governo. Este, por sua vez, afirma que não constitui verdade que tenha agido dessa forma”, explicou Isac, para quem o povo está a ser ludibriado por culpa do Executivo.

As detenções e o julgamento

Em protesto contra as injustiças e reivindicando os seus direitos, milhares de oleiros bloquearam, entre os dias 12, 13 e 14 de Maio em curso, quase todas as vias de acesso, incluindo a linha férrea, da mina da Vale. Por conseguinte, por volta das cinco horas da manhã, 14, Refo Agostinho, Isac Sampanha e Chaibo Charifo foram detidos pela Polícia da República de Moçambique (PRM) alegadamente por incitação da população à violência, à perturbação da ordem pública e por ameaçarem um funcionário da mineradora de morte.

Refira-se que Chaibo Charifo foi detido por engano em virtude de a corporação o ter confundido com um compatriota seu identificado pelo nome de Taibo Ismael.

Uma semana depois, os supostos criminosos foram julgados pelo Tribunal Judicial do Distrito de Moatize e restituídos à liberdade por falta de matéria para permanecerem em cárcere, esta quarta-feira, 22. Durante a sessão de exame da causa por parte do juiz, Andrasson, funcionário da Vale, desmentiu todas as acusações que imputava aos três réus.

Caros leitores

Pergunta à Tina... Sem camisinha, sendo seropositivos, corremos riscos?

Queridos leitores,

Queridos leitores, nesta coluna aconselhamos as pessoas a procurarem as Unidades Sanitárias para encontrar solução para os seus problemas. Foi muito triste tudo que se passou esta semana. Afinal, estes médicos e enfermeiros de que sempre falo aqui na coluna são pessoas responsáveis pelas suas famílias e precisam de ter uma vida digna. São estas pessoas que, também, garantem o bem-estar físico de muitos moçambicanos. Vamos lá esperar que os seus direitos sejam respeitados, que é para que possamos contar com eles para responderem às nossas necessidades de cuidados sanitários. Aqui nós falamos sobre a saúde sexual e reprodutiva, por isso, se queres saber mais sobre este assunto,

enviem-me uma mensagem através de um sms para **821115**
E-mail: **averdademz@gmail.com**

Olá dona Tina. Sou Filimone e tenho 23 anos. Quero saber: se eu fizer sexo com a minha mulher sem o uso do preservativo, sendo seropositivo, corremos riscos?

Olá, meu querido. Não percebi muito bem, pela tua pergunta, se vocês são os dois seropositivos ou se apenas um de vocês é. Assumindo que só um de vocês é positivo, a resposta é SIM. A pessoa, entre vocês os dois, que é seropositiva pode contaminar a pessoa que não está infectada pelo HIV. Entretanto, se vocês os dois são seropositivos, também correm riscos, mas é outros tipo de riscos. Neste caso, existe um processo que se chama de reinfecção pelo vírus HIV. Acontece que cada pessoa carrega em si uma versão diferente do vírus do HIV, e o contacto com outra pessoa seropositiva implica que vocês vão transmitir o vosso vírus a outra pessoa, e isso pode trazer outro tipo de problemas à vossa saúde. Se estão a tomar os Anti-retrovirais (TARV), por exemplo, também implica que a combinação de medicamentos que receitaram a ti pode não ser igual ao da tua mulher, e, se vocês se contaminam, terão que voltar a fazer novos exames e talvez mudar a medicação. Então, aconselho-vos a usarem sempre o preservativo, e qualquer dúvida consultem o médico que faz o acompanhamento da vossa saúde.

Olá. Tudo bem consigo? Eu não estou bem, há algo que me incomoda. É que eu tenho uma infecção urinária que nunca passa, já nem sei o que fazer. Fora isso, gostaria de saber se o líquido que sai da mulher no acto sexual pode causar uma ITS. É que por vezes o líquido sai com corrimento. Isso com o uso do preservativo.

Olá, hm... terei que ser resumida na minha resposta, porque tens duas dúvidas e o espaço aqui é pequeno. Quanto à tua infecção urinária, eu aconselharia que tu voltasses a fazer exames médicos, junto a um médico generalista (assim se chama). Se estás a medicar-te, e não está a surtir efeitos, pode ser que tenhas outro tipo de infecções que não sejam apenas urinárias. Quanto ao líquido que sai da tua mulher, a resposta também é complexa. Primeiro, dir-te-ia que as mulheres, quando excitadas para fazer ou durante o acto sexual, libertam um líquido transparente que ajuda a que ela se lubrifique naturalmente. Quando ela atinge o orgasmo, ela libera também um líquido esbranquiçado que, dependendo de mulher para mulher, pode ser muito ou pouco. Agora, se ela tiver corrimento, este pode sair com a ejaculação, sim. Mas nem sempre o corrimento é uma ITS. O meu conselho seria que conversasses com ela para saber sobre os outros sintomas que ela tem e propor que ela vá a uma consulta de ginecologia para saber a causa do corrimento. Continuem a usar o preservativo.

“O que é uma casa sem comida”

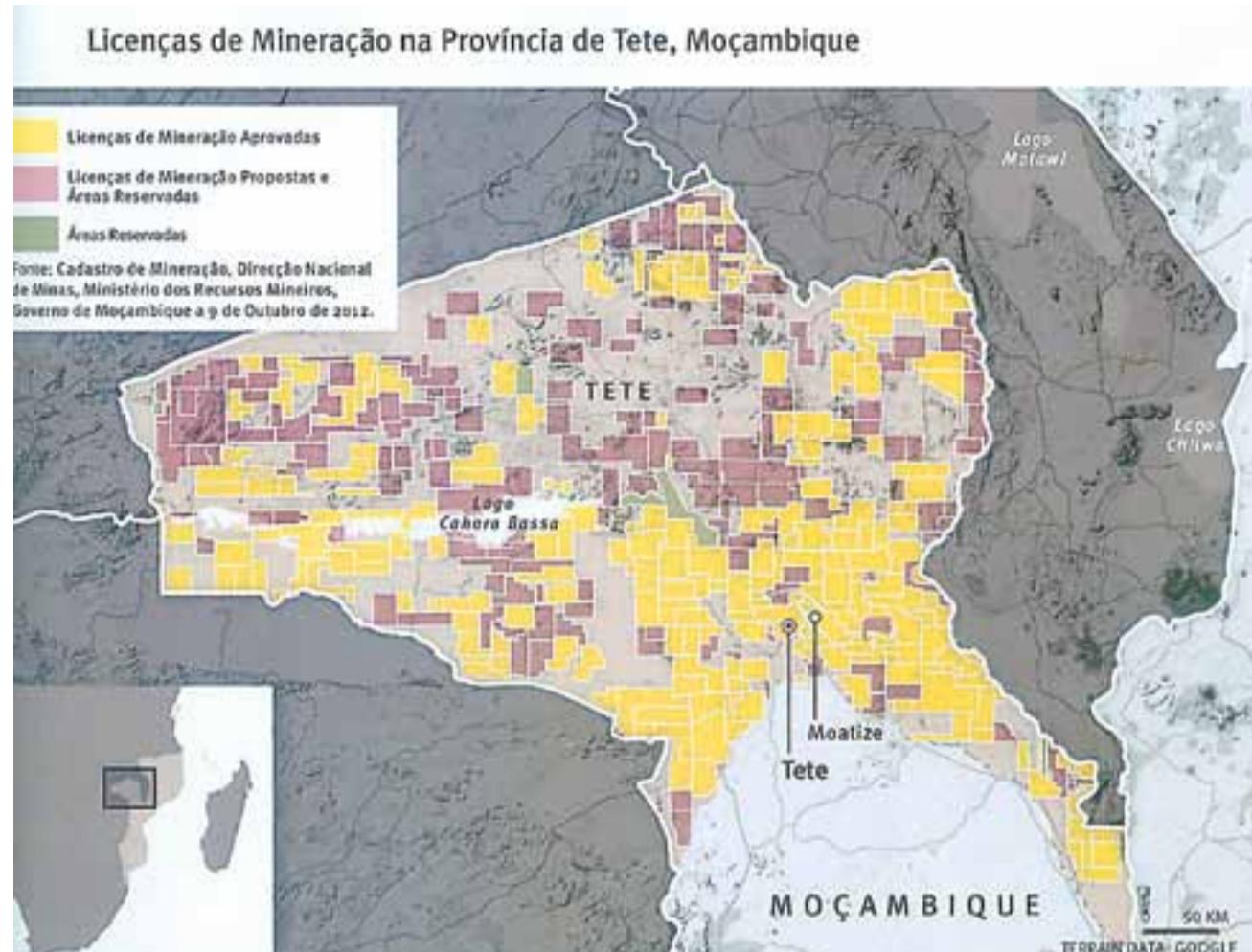
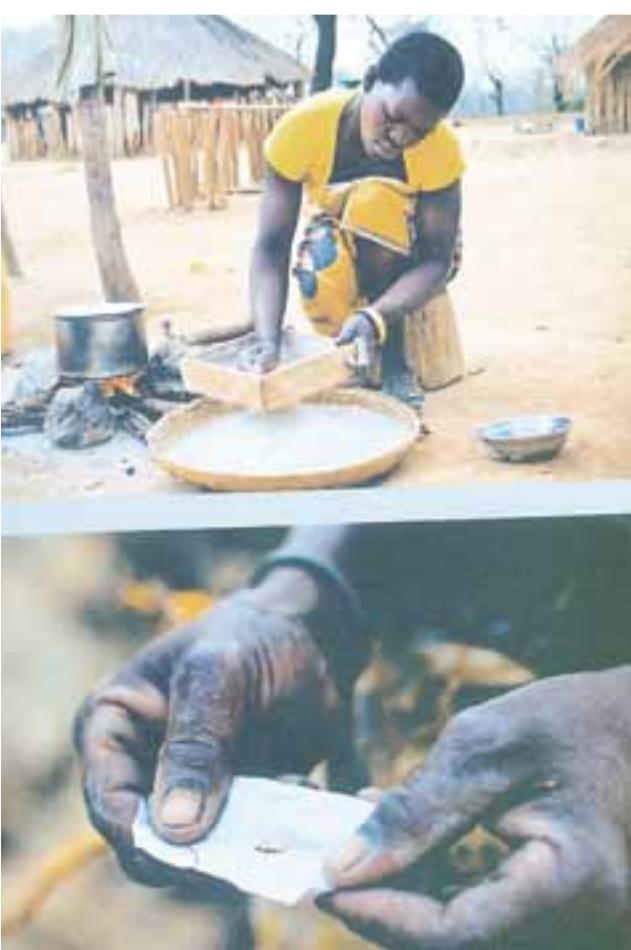
“Eu costumava produzir mapira, suficiente para encher o armazém, provavelmente cerca de cinco ou seis sacos. Tínhamos uma cozinha cheia de milho. Nós comprávamos comida quando havia algum problema, mas geralmente nós não tínhamos que o fazer. A terra agrícola que recebemos (depois do reassentamento) é vermelha e não preta como tínhamos antes. Tentei cultivar milho e morreu. A mapira também falhou. A nova casa é apenas uma casa. Eu não estou muito satisfeita. O que eu posso dizer é: o que é uma casa sem comida? Eu não posso comer a minha casa”, sintetiza Maria, agricultora reassentada em Mwaladzi, cujo depoimento expressa o sentimento de milhares de camponeiros da província de Tete.

Texto & Foto: Redacção

A Human Rights Watch, uma organização humanitária, lançou uma pesquisa sobre o impacto do reassentamento decorrente da exploração dos recursos minerais na província de Tete. “O que é uma Casa sem Comida” é um retrato dos efeitos do boom da Mineração em Moçambique e o Reassentamento. Em 133 páginas a HRW fala dos “distúrbios significativos e persistentes ligados ao acesso a alimentos, água e trabalho”.

Mas também aborda a ausência de comunicação e as lacunas do Decreto de Reassentamento e da “falta de mecanismos acessíveis e de resposta relativos à participação na tomada de decisão, expressão das queixas por parte das comunidades e obtenção de soluções para as reclamações”. A dor dos camponeiros expressa por Maria estende-se também aos garimpeiros. Matilde, mãe de três crianças pequenas, teme que o reassentamento lhe bata à porta. Na verdade é uma questão de tempo. “Eu acho que vamos sofrer. Estamos a mudar-nos para um sítio sem ouro. Nós estamos a ir contra a nossa vontade”.

“O aumento da distância, opções de transporte limitadas e a escassez de embondeiros”, um recurso amplamente utilizado nas aldeias de origem de pessoas como Maria e Matilde “reduziu a capacidade das comunidades” de reti-



rar dividendos da venda do carvão e da lenha. A pesquisa revela que “no período inicial após o reassentamento, as bombas de água em mau estado ou que deixaram de funcionar devido à falta de energia eléctrica exacerbaram problemas gerais relativos à disponibilidade de água”. De acordo com a informação do Governo relativo ao Cadastro Mineiro, a que a Human Rights Watch teve acesso, até Outubro de 2012, Moçambique tinha aprovado 245 concessões mineiras e licenças de exploração na província de Tete, cobrindo aproximadamente 3.4 milhões de hectares. Efectivamente, 34 porcento da área total daquela província.

O relatório faz notar que “num contexto que engloba todas os pedidos de licenças” que aguardam aprovação “a proporção de terra envolvida aumenta para 6 milhões de hectares”, precisamente 60 porcento do espaço territorial de Tete.

Um trabalho da Human Rights Watch, através de entrevistas com cidadãos que foram reassentados concluiu que “o reassentamento, em particular o fornecimento de terras agrícolas de baixa qualidade e o acesso incerto à água, tem impactos negativos na qualidade de vida dos membros da comunidade, incluindo nos direitos à alimentação, água e trabalho”. “As pessoas que foram deslocadas para a aldeia de reassentamento (...) sofreram uma grande perturbação em relação aos seus meios de subsistência e continuam a lutar para restabelecer a sua auto-suficiência”, acrescenta o relatório.

Os agricultores entrevistados de Maio a Outubro de 2010 informaram que “as áreas de cultivo que foram fornecidas como compensação são pouco produtivas e incapazes de suportar a segunda colheita típica de vegetais”. Sem contar que os agricultores que aguardam reassentamento e que ainda se encontram nas suas terras têm obtido uma produção agrícola rica nas suas parcelas ao longo do rio Rovuboé. A pesquisa da HRW afirma que os representantes da Vale reconheceram que a terra nos locais de reassentamento é árida e que requer irrigação. A Rio Tinto afirma estar ciente de que a capacidade de carga da terra e Mwaladzi é marginal sem a implementação de esquemas de irrigação. Contudo, o documento de 133 páginas faz notar que “o Governo de Moçambique é responsável pela aprovação e atribuição de locais de locais de reassentamento, bem como pela monitorização do resultado”.

Empresas com licença de mineração em Moatize

Chandrakant Jadavji
SOCSI
Gilberto Ricardo
Zefanias Valério Matavel
Sogecoa Moçambique
Coal India Africana
Capitol Resources
North River Resources Mavuzi
North River Resources Murrupula
Sociedade Carvoeira de Samoa
Zambezi Energy Corporation
ECSI
Black Gold MiningMoç.
Vale Projectos e Desenvolvimento

Rio Tinto
Essar Recursos Minerais de Moçambique
Acácia Mineração
Mina Moatize
ENRC Mozambique
Rio Minjova Miningand Exploration
Vale Moçambique
Osho GremachMining
Global Mineral Resources Mozambique
Bala Ussokoti
Tora Investimentos
Camal e Companhia
Sungo Resources



O reassentamento urbano e a falta de comunicação

Na área de reassentamento ‘urbano’ de 25 de Setembro, várias famílias chefiadas por mulheres vivem nas cozinhas das casas que lhes foram fornecidas e alugam a parte principal para comprar comida. A HRW, de acordo com a pesquisa, entrevistou seis mulheres e ouviu relatos de agregados familiares adicionais no bairro 25 de Setembro.

Efectivamente, a provisão de educação e infra-estruturas de saúde em Cateme tem acontecido de forma tímida. A Vale financiou a construção de uma escola primária, uma escola secundária residencial e um centro de saúde.

Porém, “devido aos atrasos no calendário do reassentamento, os residentes geralmente viajam para Cateme para o centro de saúde e para a escola primária. O transporte limitado, especialmente à noite e aos fins-de-semana, fez com que várias mulheres e meninas de Mwaladzi tivessem entrado em serviço de parto em casa”. Uma situação que abrangeu pessoas que nas suas aldeias originais se encontravam localizadas perto de um hospital distrital e com opções de transporte mais eficazes.

Viajar de comboio entre Maputo e Manhiça é penoso

Homens e mulheres, maioritariamente trabalhadores e comerciantes, saem cedo de casa e abarrotam uma locomotiva que parte do Cais da Vila da Manhiça com destino à cidade de Maputo. Chegados à capital do país, esses seres humanos, de rostos definhasados pela pobreza, sem emprego formal, procuram dar o melhor de si para alcançar um único objectivo: a sobrevivência que, por vezes, consiste em garantir um prato de comida na mesa, uma vez que os rendimentos obtidos através do seu esforço em muito pouco financiam a habitação e a instrução dos filhos. A luta contínua pela vida desses indivíduos que voltam muito tarde aos seus domicílios, não descansam o suficiente e não têm fins-de-semana para repousar, faz com que falte tempo para celebrar algumas conquistas resultantes dessa tarefa árdua, embora escassas.

Texto: Emílio Sambo • Foto: Miguel Manguze

Ao fim da jornada laboral, as pessoas a que nos referimos, que se antecipam aos cantos dos galos do seu meio rural e que deixam os cônjuges, os descendentes e os restantes membros da família para vir a Maputo buscar o que comer em casa, voltam às suas residências fatigados, sem força nenhuma para quaisquer outros afazeres. Segundo as revelações de alguns chefes de famílias interpelados pelo @verdade, os viajantes de comboio, que todos os dias se deslocam à capital do país para trabalhar ou fazer algum negócio estão sempre cansados. Contudo, apesar da dificuldade de levantar da cama, para quem a tem, por volta das duas horas de madrugada, para ir à labuta, é imperioso não fracassar... "Sai-se de casa sem despedir ou dar um beijinho a uma criança que esteja no meio do sono. Não há tempo..."

A viagem da cidade de Maputo à vila da Manhiça dura aproximadamente uma hora e 12 minutos de carro ou de "chapa 100" e pouco mais de três horas, pelo menos, de comboio. Através deste meio de transporte, que custa 15 meticais, o trajecto é bastante cansativo. Nas carruagens, que transportam não menos de 90 pessoas cada, incluindo as que partem de uma estação para outra sem um assento disponível para se sentarem, os cidadãos ficam apinhados devido à superlotação do trem entre os lugares intermédios de partida e de chegada.

No comboio que escala a vila da Manhiça, a partir da estação dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique (CFM), por volta das 17 horas e 45 minutos, e retorna a Maputo no dia seguinte, pouco depois das seis horas, as pessoas com quem o @Verdade conversou nos dois sentidos do percurso asseguraram que viajam de locomotiva por duas razões: o custo de transporte rodoviário e as distâncias que separam as suas localidades das paragens dos transportes públicos. Entretanto, durante o trajecto, em algumas estações há indivíduos mal-intencionados que arremessam pedras para o interior do trem. Felizmente, há poucos registos de incidentes graves resultantes desta situação.

As precárias condições em que utentes de comboios são transportados de um ponto a outro distante começam a ser visíveis poucos minutos antes do toque do sino que indica a hora de partida: as pessoas, algumas com trouxas à cabeça, correm como se estivessem a participar numa corrida pedestre com direito a algum prémio. O motivo é que qualquer atraso implica pernoitar fora de casa para quem não tem dinheiro para recorrer a outro tipo de transporte colectivo. Enquanto isso, certos indivíduos procuravam ajeitar-se no interior das carruagens, outros viajam penduradas nos vagões, apesar da evidência dos perigos que possam advir dessa situação.

"Evite o acidente. Não se pendure nas portas das carruagens". Esta mensagem é ignorada pelas pessoas transportadas e os agentes de segurança da empresa G4S não conseguem impedir que os indivíduos não viagem suspensos nos trens. Segundo constatámos, este problema deve-se ao facto de que alguns cidadãos não aceitam pagar o bilhete, e tem havido acidentes ferroviários por causa dessa situação.

Em Abril passado, apurou o nosso Jornal, três pessoas contraíram lesões graves, dentre elas uma que perdeu os membros inferiores e a outra, por sinal uma idosa, ficou amputada na parte inferior do seu tronco, à volta da bacia.

"Esta carruagem é para si. Estime-a." Esta comunicação, estampada em cada vagão, é um contraste em relação à falta de humanismo a que os utentes das locomotivas são submetidos. Para além de que grande parte das janelas não tem vidros, as condições de higiene são precárias.



Algumas pessoas embarcam com cargas volumosas, que por norma deviam ser despachados junto das direções dos CFM nas estações e a fiscalização parece não ter meios para reprimir esse problema, sobretudo porque quando se procura saber dos proprietários das mesmas bagagens ninguém se pronuncia e nada acontece como medida punitiva. Aliás, aqueles passageiros que vão a bordo sem os bilhetes de passagem estão constantemente a controlar os movimentos do revisor porque se forem descobertos incorrem numa multa que corresponde ao dobro dos 15 meticais do custo do bilhete.

O comboio é mais barato relativamente aos autocarros da Empresa Municipal de Transporte Público Rodoviário de Maputo (EMTPM), cujo custo é de 45 meticais da capital do país à Manhiça e vice-versa, contra os 55 meticais de "Chapa 100". "Ir de um lugar para o outro comprimido não é uma opção: não temos dinheiro para apanhar um carro que nos faça estar em casa mais cedo", desabafou Melita Jonas, residente na Tavira.

As mulheres que garantem a renda familiar

Leontina Munguambe, residente no bairro de Magavilane, algures no distrito da Manhiça, disse à nossa Reportagem que mora com a sua progenitora, de 65 anos de idade. Ela levanta-se da cama às duas horas e meia de madrugada para se arrumar. Às três horas inicia um percurso que leva 30 minutos do seu domicílio para a estação de comboios. Este é o seu único meio de transporte porque é dispendioso viajar de autocarro. Segundo a nossa interlocutora, não sobra tempo para se ocupar de outros afazeres domésticos, tampouco cuidar dos filhos.

"Sámos de casa de madrugada e regressamos a altas horas da noite cansadas. Nessa altura, as crianças estão ainda a dormir e ficam quase toda a semana sem ver os pais. Por vezes, não temos tempo para passar as refeições e há muitos trabalhos domésticos que não fazemos. Não penso em viajar de carro porque é muito oneroso, só a ida são 45 ou 55 meticais e não tenho esse valor. Nos dias em que a minha mãe não consegue cozinhar eu encarrego-me disso à hora que volto para casa. É difícil mas não existe outra alternativa."

Marta Mbalate vive no bairro 04, em Munguine. Ao nosso Jornal contou que despende 25 meticais da sua zona para a vila da Manhiça e deste ponto para Maputo mais 55 meticais, o que totaliza 80 meticais apenas na ida. "Não tenho condições para desembolsar 160 meticais diários de transporte. A viagem de comboio é problemática porque é feita no período nocturno e nas madrugadas. A falta de um outro meio de transporte igual para ajudar nas deslocações de passageiros torna as coisas mais complicadas."

Segundo Marta, quando está ocupada com os trabalhos que garantem os meios financeiros da família, o esposo é quem toma conta do neto, da sua educação e das tarefas domésticas.

Ernesto Mboene, residente no bairro Mahumane, na Manhiça, fica à espera do comboio na estação de Tavira, cujo percurso lhe leva mais de uma hora até lá chegar. No seu lar é o único que labuta e assegura a subsistência dos seus dependentes. "Todos os dias faço a viagem Maputo/Manhiça, deixo a casa às duas horas de madrugada para voltar depois das 22 horas e as crianças, por exemplo, estão a dormir. Não há tempo para descansar, sentar com a família e traçar planos de vida, nem para educar os filhos. Faço biscoitos, por isso aos sábados e domingos também ando ocupado e poucas vezes visito algum parente."

O nosso entrevistado disse que o trem é a única alternativa de transporte porque os "Chapa 100" são caros. Para vir a Maputo e regressar a Manhiça deve gastar 110 meticais. "Depois da guerra dos 16 anos viajar de comboio virou um martírio, principalmente porque o trajecto é feito de noite e de madrugada. Outrora tínhamos pelo menos duas locomotivas para o mesmo troço."

O negócio

Por volta das 20 horas, uma mulher que embarcou numa estação algures em direção a Manhiça, passou por um dos vagões com uma bacia de bolos destapados a um preço de cinco meticais cada. As condições em que esse e vários outros doces são negociados não são diferentes das que caracterizam o comércio informal de produtos alimentares na cidade de Maputo. O nome da vendedeira é Alice Ndimande, de 42 anos de idade. À nossa Reportagem disse somente que tem três filhos cujo sustento provém da comercialização da massa de farinha de trigo com ingredientes cozidos na forma e exerce a sua actividade há bastante tempo.

"Faço o mesmo trabalho em toda a Linha de Limpopo e tenho uma licença mensal renovável, cujo valor de emissão é de 800 meticais. Vendemos também bolos fritos e refrigerantes e estes custam 20 meticais cada", concluiu Alice com um sorriso nos lábios quando o autor deste texto seu fotógrafo compraram o seu produto para que pudesse dar alguma informação. E ao longo do percurso é possível ver dezenas de senhoras e jovens vendendo recargas de telemóveis e outros bens alimentícios.

Uma outra cidadã, que não quis ser identificada, disse que é funcionária algures na capital do país

e encontrava-se de férias. Neste contexto, a convite de uma amiga, aproveitou o período de descanso para ganhar dinheiro vendendo pão e peixe frito. "É um negócio rentável e permitiu que eu comprasse um televisor para um dos meus filhos." Todavia, contrariamente a Alice Ndimande, a nossa fonte não tinha permissão das autoridades dos CFM para o exercício da sua actividade.

O desembarque na Manhiça

A saída das carruagens depois de se chegar ao destino, na vila da Manhiça, minutos logo a seguir às 21 horas, a nossa Reportagem deu de caras com uma movimentação invulgar para quem chega àquele ponto pela primeira vez, mas habitual para a comunidade local. É que um conjunto de senhoras chegava, em movimento de um lado para o outro, de diferentes localidades e outras dormiam. Em conversa umas com as outras diziam que tinham de pôr os seus produtos em lugares apropriados para que pudesse procurar um lugar coberto no qual passassem a noite. Isso porque no Cais da Manhiça é normal dormir-se ao relento.

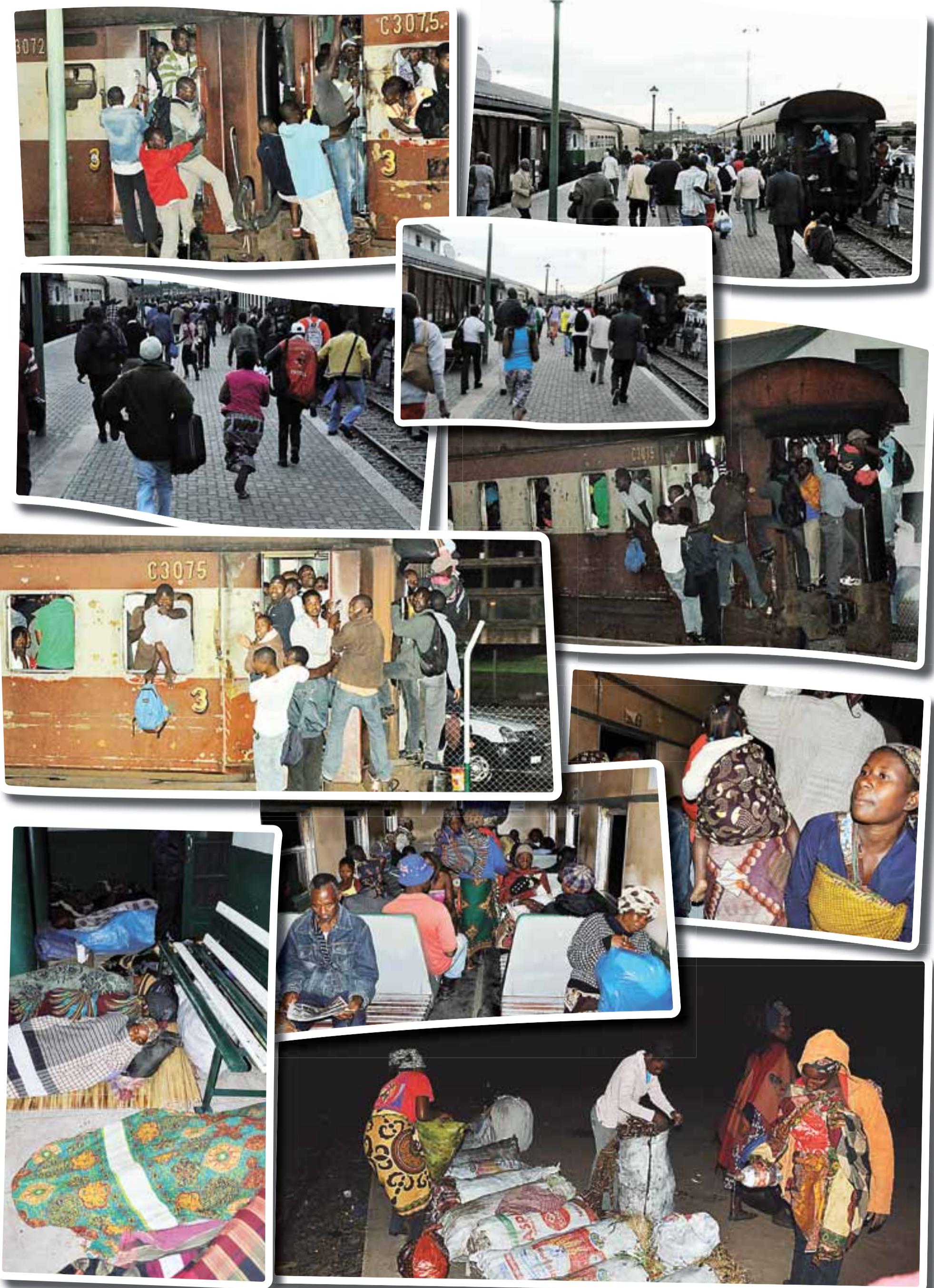
Outra mulher que tem deixado os seus parentes "à sua sorte" para vir a Maputo vender algo através do qual possa ganhar dinheiro, é Julieta Francisco, de 39 anos de idade, camponesa, e vendedeira de mandioca. Disse-nos que vive no bairro de Xitilene. Na altura em que chegámos à Manhiça, a nossa interlocutora estava a arrumar sacos de mandioca de 50 quilogramas para que na madrugada do dia seguinte os transportasse através do comboio para o bairro Ferroviário, onde exerce o seu negócio.

Contrariamente às dificuldades financeiras referidas por Leontina Munguambe, Marta Mbalate e Ernesto Mboene, Julieta está em condições de pagar um transporte rodoviário, mas não o faz porque a sua residência fica muito distante da paragem. "Seria dispendioso alugar uma viatura para o sítio onde as pessoas esperam por um transporte público e ainda ter de apanhar outro veículo."

O sofrimento nalgumas horas de sono

No Cais da Manhiça, enquanto algumas senhoras, que pelo esforço que fazem são consideradas heroínas das suas famílias, faziam as trouxas para logo de madrugada seguirem viagem para Maputo, as outras, que chegaram mais cedo ao local, "dormiam" com as bacias de bananas e de sacos de vegetais, ao seu redor. Isso visa proteger os seus produtos dos malefícios de indivíduos de má-fé. As noites são um autêntico suplício, pois, conforme as imagens ilustram, descansa-se nos papelões estendidos no chão e usa-se capulanas e lonas como cobertores.

Sociedade



O Instituto de Cartografia da Machava é impuro

Os estudantes internos do Instituto de Formação em Administração e Cartografia (INFATEC), sito no bairro da Machava, na cidade da Matola, vivem em precárias condições de alojamento, em consequência da degradação daquele estabelecimento de ensino, que há anos não beneficia de obras de restauro. Os instruendos queixam-se das dificuldades de acomodação, da falta de água e luz, há mais de três meses, da alimentação inadequada e da precariedade da higiene, facto que faz com que haja fecalismo a céu aberto. Contudo, a direcção da instituição tem estado a agravar as propinas sem nenhuma comunicação prévia, e os alunos afirmam que não estão a ver nenhum ganho dessa medida.

Texto & Foto: Coutinho Macanandze

Os educandos do INFATEC, oriundos de várias províncias do território moçambicano, asseguraram ao @Verdade que estão deveras insatisfeitos com as condições desumanas a que são submetidos enquanto mensalmente desembolsam quantias elevadas para ter um acolhimento digno de seres humanos.

Segundo os nossos interlocutores, que nos falaram sob anonimato, supostamente porque temem represálias, o instituto que frequentam está desguarnecido e nele acontece um pouco de tudo. Para além de que no período nocturno é impossível estudar ou rever as matérias devido à ausência de iluminação, os balneários, os refeitórios e o pátio são uma lástima, facto agudizado pela falta de água. Os estudantes dirigem-se às famílias que vivem nas proximidades da sua escola para ter acesso ao precioso líquido. Os dormitórios são os únicos compartimentos em condições razoáveis, porém, ao invés das casas de banho, os educandos fazem necessidades biológicas num arbusto local quando não é possível recorrer aos vizinhos.

“Há mais de três meses que não temos energia eléctrica e água. Este problema faz com que os estudantes internos vivam de esmola porque o pouco dinheiro que os seus pais e encarregados de educação desembolsam é despendido com as propinas. No presente ano a direcção da escola agravou a taxa mensal, de oito mil para 14 mil meticais, mas não temos uma alimentação equilibrada e com qualidade. Acredito que a comida que é preparada nos nossos refeitórios nem os cães domésticos iriam consumir”, desabafou um dos formandos interpellados pela nossa Reportagem.

Neste momento, as condições bastante deploráveis por que passam os cidadãos que deixaram as suas províncias de origem para vir para Maputo aprender a desenhar, a elaborar e a utilizar os mapas, bem como obter conhecimentos sobre um conjunto de normas e funções que visam o alcance de determinados fins, tais como uma adequada prestação de serviços públicos, atentam contra a sua saúde e concorrem para a falta de motivação para os estudos.

De acordo com os alunos que temos vindo a citar, os 14 mil meticais incluem, dentre outras coisas, o seguro do educando e a acomodação mas nada melhorou desde a altura em que se aumentou a taxa.

“É crítica a realidade vivida pelos estudantes e está a afectar a qualidade de ensino. Eu penso que nos enganámos quando nos inscrevemos neste instituto (INFATEC). Quando reclamámos, a direcção ameaça alguns alunos alegadamente porque são agitadores, mas estamos a exigir a observância dos nossos direitos”, disse-nos um estudante do terceiro, para quem na sua instituição não se faz nenhum trabalho prático recomendado pelos docentes devido à falta de corrente eléctrica.

“A greve foi a única forma que encontrámos para presionar a direcção a dar-nos alguma explicação face às actuais condições desumanas a que estamos sujeitos. Não faz sentido aumentar o valor das propinas sem que haja



melhorias na maneira como os alunos vivem. Nós sentimos que somos desvalorizados e prestamos mais atenção ao dinheiro em detrimento de seres humanos”, afirmou um dos instruendos.

Na passada quinta-feira, 15 de Maio, os educandos observaram uma greve em protesto contra a alegada inoperância da liderança do estabelecimento de ensino que frequentam. A fúria das pessoas que se queixam de estar a receber instrução em condições lamentáveis foi de tal sorte que exigiu a intervenção da Polícia da República de Moçambique (PRM).

Segundo os nossos interlocutores, no dia da greve houve pancadaria entre a Polícia e os alunos. As escaramuças aconteceram numa altura em que a corporação pretendia destrancar o portão que dá acesso ao recinto do INFATEC, isso depois de pedir insistente para que a entrada fosse desimpedida de modo a permitir o decurso normal das actividades escolares. Rejeitado o pedido, os agentes da Lei e Ordem recorreram à força para garantir a passagem do lado de fora para dentro do estabelecimento e vice-versa. De seguida, ouviram-se disparos cuja finalidade era dispersar os formandos que ofereciam resistência.



Entretanto, a par do que tem acontecido em situações similares, alguns estudantes foram agredidos pela Polícia. A nossa Reportagem contactou a direcção do INFATEC para que esta se pronunciasse sobre as queixas dos seus instruendos, mas não foi possível ouvir a directora, Laurinda Guiamba, alegadamente porque não estava disponível.



Livro de Reclamações d'Verdade



O acto de apresentar as suas inquietações no **Livro de Reclamações** constitui uma forma de participação dos cidadãos na defesa dos seus direitos de cidadania. Em Moçambique, assistimos de forma abusiva à recusa ou omissão, em muitos estabelecimentos comerciais e em instituições públicas, da apresentação do **LIVRO DE RECLAMAÇÕES** aos clientes, mesmo quando solicitado. Na ausência de uma autoridade fiscalizadora dos Direitos dos consumidores, tomámos a iniciativa de abrir um espaço para onde o povo possa enviar as suas preocupações e nós, o jornal **@Verdade**, tomámos a responsabilidade de acompanhar devidamente o tratamento que é dado às mesmas.

Reclamação

Bom dia, Jornal @Verdade. Sou um encarregado de educação e estou agastado porque no dia 30 Abril passado aos meus irmãos, que frequentam a Esco

la Primária 19 de Outubro, sita no bairro de Magoanine, na Avenida Sebastião Mabote, concretamente na paragem da Rua 9, na cidade de Maputo, foi administrado um medicamen

to pelos técnicos do Ministério da Saúde (MISAU) sem o meu conhecimento, facto que fez com que não houvesse espaço para preparar os meninos psicologicamente. Os próprios professores disseram-me que também não tinham nenhuma notícia sobre o assunto.

Sei que em qualquer acção que se realize num estabelecimento de ensino e que recaia sobre as crianças, a direcção dessa instituição tem o dever de avisar os pais e encarregados de educação com antecedência, mas não foi o que a Escola Primária 19 de Outubro fez.

Naquele dia, os meus irmãos esperaram ansiosamente pela minha chegada da faculdade para con

tar o que tinha acontecido na escola. Disseram-me que tomaram comprimidos e quando perguntei porque é que não me avisaram antes simplesmente responderam que não sa

biam de nada, foram surpreendidos. Eles são crianças, o que fez com que eu pensasse que talvez se tivessem esquecido de

me informar ou estavam a mentir.

Pensei em deslocar-me, no dia seguinte, à escola dos meninos para procurar saber que tipo de comprimidos tomaram mas não foi possível devido à minha ocupação. Decidi esperar pelo dia da reunião com os pais e encar

regados de educação. Num Sábado, 04 de Maio corrente, fui à escola das crianças para saber do aproveitamento pedagógico dos mesmos e, simultaneamente, ser esclarecido sobre os comprimidos que haviam tomado.

Um dos docentes interpelados pelos pais e encarregados de educação sobre o medicamento supostamente administrado aos alunos sem nosso seu conhecimento disse o seguinte:

"Nós também fomos surpreendidos durante as aulas pela equipa do Ministério da Saúde, não sabíamos que receberíamos uma visita e a direcção da escola não nos disse absolutamente nada."

A minha pergunta em relação a este problema é: Será que a direcção da Escola Primária 19 de Outubro sabia da visita dos técnicos do Ministério da Saúde? E se sabia, porque é que não avisou atempadamente? Portanto, peço esclarecimento deste assunto porque desconhecemos, como pais e encarregados de educação, o tipo de comprimidos que as crianças tomaram, bem como os seus efeitos nas mesmas.

Resposta

Sobre este assunto, o @Verdade ouviu o director da Escola Primária 19 de Outubro, Boaze Matusse. Este explicou que a preocupação do encarregado de educação é descabida de qualquer fundamento.

O nosso interlocutor tranquiliza os pais e encarregados de educação com o argumento de que qualquer informação sobre as campanhas de adminis

tração de vacinas e de Mebendazol nas crianças é divulgada atempadamente no acto da matrícula dos novos ingressos da 1ª e 2ª classes e durante a abertura do ano lectivo.

Segundo Matusse, em relação ao problema que preocupa o cidadão que endereçou a sua reclamação à nossa Reportagem, nunca houve falta de informação por parte da escola, nem aos alunos e professores, nem aos pais e encarregados de educação.

A nossa fonte acrescentou que o estabelecimento de ensino que dirige recebe brigadas do MISAU para os trabalhos de vacinação e de desparasitação, em coordenação com a comunidade, duas vezes por ano, há bastante tempo.

Relativamente ao desconhecimento de docen

tes sobre a acção de administração de medicamentos no estabelecimento de ensino a que nos referimos, Matusse respondeu nos seguintes termos:

"Não é verdade o que os pais e encarregados de educação estão a dizer, os professores são os primeiros a ser informados para prepararem psicológica e tecnicamente os alunos."

Refira-se que no dia 27 Abril último, uma criança perdeu a vida na Matola Rio, na província de Maputo, supostamente devido ao efeito da medicação administrada na escola onde estudava.

Neste contexto, recentemente, o director nacional da Saúde, Mouzinho Saíde, disse que é falsa a informação de que a morte da referida petiza tenha sido causada pelo consumo de um desparasitante.

Esclareceu ainda que o fármaco utilizado para este tipo de terapia é chamado praziquantel. Contudo, em algumas situações, pode causar desconforto abdominal, náuseas, cefaleias (dor de cabeça), vertigens e sonolências, dentre outros problemas. É normal, e está previsto na dosagem, que os petizes vomitem, mas o medicamento é altamente seguro.

As reclamações apresentadas neste espaço são publicadas sem edição prévia, e da exclusiva responsabilidade dos seus autores. O Jornal @VERDADE não controla ou gere as informações, produtos ou serviços dos conteúdos fornecidos por terceiros, logo não pode ser responsabilizado por erros de qualquer natureza, ou dados incorrectos, provenientes dos leitores, incluindo as suas políticas e práticas de privacidade.

Escreva a sua Reclamação de forma legível, concisa e objectiva, descrevendo com pormenor os factos.

Envie por carta - Av. Mártires da Machava 905 - Maputo; por Email - averdadenz@gmail.com; por mensagem de texto SMS - para os números 8415152 ou 821115. A identificação correcta do remetente, assim como das partes envolvidas permitir-nos-á que possamos encaminhar melhor o assunto à entidade competente.

Selo d'@Verdade

Não se faz Revolução Verde com tractores agrícolas parqueados ou a recolherem lixo urbano

Caros leitores

Durante os últimos anos ouvimos dos analistas, políticos, dirigentes, académicos entre outros a falar da estratégia da Revolução Verde. Dada a salutar diversidade de posicionamentos gostaria neste artigo de deixar ficar a minha opinião sobre o debate em causa.

A Estratégia da Revolução Verde dá-nos uma oportunidade de, pela primeira vez, realizarmos o que escrevemos como políticas. Se bem entendi (porque li), este documento segundo a DNER (2008) é, uma busca de soluções para incrementar os níveis de produção e produtividade agrícola através do uso de sementes melhoradas, fertilizantes, instrumentos de produção, tecnologias de produção adequadas à realidade local, mecanização agrícola, incluindo a tracção animal, construção e exploração de represas para a irrigação e para o abeberamento de gado, entre outras acções. Por outro lado, o resultado 1.7 do pilar 1 do PEDSA diz: aumentada a mecanização agrária e o uso de tecnologias eficientes Estratégias. Notem que trago duas citações que falam de mecanização agrícola.

Ora vejamos:

Será que mecanização agrícola é apenas comprar tractores agrícolas e alocar a leigos e com apenas um discurso de entrega (nos media) acompanhado de abertura de garrafas de champanhe, cantes e ilulus de agradecimento?

Não senhores. É muito mais, como (1) seleccionar beneficiários viáveis, (2) desenvolver o respectivo plano de exploração, (3) alocar máquinas com implementos que são necessários para o beneficiário, (4) adquirir máquinas e implementos com sobressalentes disponíveis no mercado, (5) treinar os beneficiários em matérias relacionadas com a gestão e manutenção dos equipamentos entre outros treinos e (6) elaborar critérios de alocação destes bens.

Muitos destes tractores agrícolas foram adquiridos na melhor das intenções (mesmo sem um plano de exploração) de responder à estratégia da Revolução Verde "propagada pelo Presidente Armando Emílio Guebuza" e implementada de forma desintegrada pelos seus puxa-sacos. Estes tractores deveriam ser usados no processo de aumento de áreas de produção agrícola e transporte de produtos agrícolas e outros bens em locais de difícil acesso, mas muitos deles (se não a maioria) trabalham para outros fins.

Tenho visto um pouco por todo o país tractores parados nas sedes das localidades, postos administrativos, ou administrações distritais ou até nas residências das autoridades destes locais para poupar ou por avarias simples: pneumáticos furados e rolamentos gripados ou até por falta de combustíveis incluindo mini avarias que um simples artesão pode resolver.

Com avarias (problemas) identificadas, mantêm-se parqueados porque não há sobressalentes ou porque os agentes não têm postos de venda nas sedes de localidades, postos administrativos, distritos ou mesmo em algumas capitais provinciais. Intencional ou não, o pessoal do *procument* (muita das vezes sem parecer técnico) entrega aos beneficiários o tractor mais barato e, em algumas vezes, material não adequado à realidade.

Temos também visto tractores agrícolas 4X4 a serem usados para recolher lixo nas cidades. Triste. Gastam tanto combustível para nada e as cidades mantêm-se sujas. Mas este é outro assunto.

Isto leva-me a pensar que como a oferta cai do céu para quem é criador de galinhas e nunca teve bois para o fomento e recebe pela primeira vez na vida animais para tracção animal ou quem nunca teve animais para tracção e recebe tractores para agricultura, enfim, quem parte de bebé para idoso sem ter sido adolescente e muito menos jovem não pode beneficiar de algo sem capacidade para gerir. Sim, quero dizer que estamos a dar o osso (tractores) a bebés (beneficiários não preparados e sem capacidade de gerir), infelizmente isso está a acontecer.

Para mim os beneficiários de qualquer coisa ou fundo, incluindo os Sete Milhões "devem ser preparados para receber" ou seja, devem passar pelas metamorfoses necessárias: como, por exemplo, de burro para cavalo, de peão para velocípede, de amador para profissional ou ainda de júnior para sénior. O que é comum nos nossos dias é ver beneficiários sem requisitos a pularem etapas importantes para o desenvolvimento e acabam por crescer por estiolamento.

O que mais me inquieta neste momento é que continuam a alocar tractores agrícolas a quem nunca geriu avarias de uma motorizada ou mesmo de carroça com junta de bois sem nem pelo menos ter comparticipado nos custos de aquisição. Para tal não lhe faz diferença porque ele está a fazer um favor a quem lhe ofereceu, porque está a cumprir com as metas de número de tractores entregues (mesmo que não estejam a funcionar).

Lamento também quando vejo tractores agrícolas a fazerem serviços de recolha de lixo urbano. Isto no mínimo é uma aberração, estamos a mata mosquitos com bazuca. Sim, estamos a desperdiçar tanta energia para nada, uma vez que o lixo urbano não tem tanto peso (apenas tem volume) que não cabe numa camioneta de 4 toneladas ou num camião de até 10 toneladas; por outro lado porque o custo de um tractor com os respectivos implementos é elevado quando comparado com o de aquisição de camionetas. Claro que os municípios podem ter alguns (um ou dois) tractores para actividades que necessitam realmente de força.

Para que serve um tractor agrícola? Será que o nome da máquina responde à minha questão?

Responde sim. Porque há tantos tractores agrícolas nas cidades a recolherem lixo no lugar de abrirem áreas de produção agrícola.

Notem estas questões: (1) Será que se faz a relação custo-benefício ao usarmos o tractor agrícola na recolha de lixo ao invés de estar a trabalhar na agricultura? (2) Será que há mais tractores agrícolas a trabalharem na agricultura do que na colecta do lixo urbano? Até que pode sim. (3) Porque tanta potência para tirar lixo ou invés de gastar essa energia toda para abrir campos de produção, numa altura que se elege o aumento da área para aumentar a produção e não aumentar a produtividade para aumentar a produção? (4) Será que se tem tido em conta aspectos técnicos e económicos quando pensamos em comprar um tractor? (5) Será que não é rápido (velocidade do tractor versus da camioneta) e mais barato (custos de combustíveis e manutenção) usar camionetas para a recolha de lixo?

Não se faz Revolução Verde com tractores agrícolas parqueados ou a recolherem lixo urbano é o título que escolhi para o presente artigo de opinião como uma forma de protestar contra o mau uso e a subutilização dos tractores agrícolas no nosso país, sim... Não tenho dados reais como o número de tractores agrícolas adquiridos no âmbito da Revolução Verde ou o número de tractores agrícolas existentes a tirarem lixo urbano, mas penso que parte significativa destes foi adquirida com fundos do Estado e foram alocados aos Serviços Distritais de Actividades Económicas; Localidades; Postos Administrativos; Administrações Distritais; Conselhos Municipais; associações de produtores agrícolas de Jovens, de Mulheres, de antigos combatentes ou outros grupos associados.

Sendo a missão privilegiada dessas máquinas trabalhar para agricultura, mesmo que sejam alocados às entidades acima citadas, peço a quem de direito que repense no que queremos e no que devemos fazer com estes tractores; precisamos de pô-los no respectivo sector e que começem desde já a preparar a terra para a produção agrícola.

Para mim, muitos técnicos e gestores do sector agrícola andam distraídos e de gravata a repetirem o discurso do PR, ao invés de estarem a materializar os discursos, as estratégias, os planos e trazerem resultados.

Sendo um artigo de opinião, espero ver outros debates sobre o assunto, ainda bem, leiam e respondam às questões laçadas acima, se puderem partilhem as mesmas pelo mesmo meio (jornal) ou email. Penso que há especialistas em mecanização agrícola que poderão ler este artigo; convido-os a apresentarem uma posição sobre a temática uma vez que estarão a contribuir para o bem do sector agrícola neste país e ajudarão na gestão deste meio tão importante para o sector.

Seja como for, sugiro que não se comprem tractores com marcas desconhecidas e sem acessórios no mercado para não pararem por falta de assistência técnica ou acessórios, não aloquem tractores a pessoas antes de as treinarem para fazerem a manutenção, não entreguem tractores a leigos sem que estes apresentem um plano de exploração ou estudos de viabilidade, muito menos a pessoas com gestão doméstica e associativa baseada em afinidades e que não comprem tractores para tirarem lixo urbano, mas sim para actividades agrícolas, porque só assim estaremos a contribuir para a implementação da estratégia da Revolução Verde.

Vamos usar os tractores agrícolas para actividades agrícolas.

Um abraço.

António Lages

Vai te recensear para Poderes votar

É já amanhã, dia 25 de Maio, que inicia o recenseamento eleitoral de raiz. O mesmo irá decorrer em todos os distritos onde se localizam as 43 autarquias, com vista à realização das eleições autárquicas de 20 de Novembro próximo para a escolha dos presidentes dos municípios e das respectivas assembleias.



Quem pode recensear-se?

Podem recensear-se todos os cidadãos moçambicanos residentes nos 43 municípios e que, à data das eleições, tenham idade igual ou superior a 18 anos, independentemente de já possuírem um cartão de eleitor uma vez que se trata de um recenseamento de raiz. (Artigo 3 da Lei nº 5/2013)

O que é exigido durante o acto de recenseamento?

Durante a inscrição, ser-lhe-ão exigidos o nome completo, o sexo, a filiação (nome dos pais), a data e o local de nascimento, assim como o endereço completo da sua residência. (Número 1 do artigo 21 da Lei nº 5/2013)

Na falta do BI, que documento deve apresentar?

Caso o leitor não tenha o Bilhete de Identidade, poderá apresentar a carta de condução, o cartão de trabalho, o cartão de estudante, o cartão de identificação militar, a caderneta de desmobilização, ou qualquer outro documento que contenha uma fotografia actualizada, impressão digital ou assinatura e que seja geralmente usado para efeitos de identificação. (Número 3 do artigo 21 da Lei nº 5/2013)

Igualmente, se não possuir nenhum dos documentos acima mencionados, pode levar dois cidadãos inscritos no mesmo posto de recenseamento, desde que a sua idoneidade não possa ser contestada, ou apresentar a cédula pessoal, o boletim ou a certidão de nascimento. (Alínea c) do Número 3 do artigo 21 da Lei 5/2013)

E no fim, o que irá receber?

No fim do processo, para comprovar a sua inscrição, irá receber um cartão de eleitor, devidamente autenticado e no qual constam, obrigatoriamente: a fotografia, o número de inscrição, o seu nome completo, a data e o local de nascimento, o endereço completo da sua residência, a unidade geográfica de recenseamento, a sua assinatura ou impressão digital e o número e entidade emissora do Bilhete de Identidade ou passaporte. (Número 1 do Artigo 24 da Lei 5/2013)

E se perder o cartão de eleitor?

Em caso de perda ou furto do cartão de eleitor, deve comunicar o facto ao posto de recenseamento onde efectuou a inscrição, devendo este emitir um novo cartão com a indicação de que se trata de segunda via. (Número 2 do Artigo 24 da Lei 5/2013)

Onde se recensear?

O leitor deve inscrever-se no posto de recenseamento eleitoral mais próximo da sua residência habitual, pois o mesmo coincide com o local de funcionamento da assembleia de voto.

Incentive os seus vizinhos, familiares e amigos a recensearem-se para exercerem, na urna, o seu dever. Apesar de o processo ter a duração de dois meses (25 de Maio – 25 de Julho), é aconselhável que o leitor se recenseie o mais cedo que puder.

Recensear é um direito consagrado na Constituição da República. Só com o cartão de eleitor é que poderá exercer o seu direito de votar e ou ser eleito.

E lembre-se: você pode ser um Cidadão Repórter, denunciando qualquer problema que presenciar no posto de recenseamento onde efectuar a sua inscrição, no seu bairro, distrito ou província.

Empossada nova Comissão de Eleições

O Presidente da República, Armando Guebuza, conferiu posse, esta quarta-feira, a onze membros da nova Comissão Nacional de Eleições, faltando, deste modo, preencher os dois lugares reservados à Renamo, que optou por boicotar o processo por considerar que a composição deste órgão devia obedecer ao princípio da paridade, e não ao de representatividade parlamentar.

Texto: Redacção

Em relação aos membros investidos, trata-se de Abílio da Conceição Dirusal, António Muacorica, António Chipanga, Eugénia Chimpene e Rodrigues Timba, da Frelimo, Bernabé Ncomo, do MDM, Abdul Carimo, Rabia Valgy e Paulo Cuinica, da sociedade civil, e Albino Macamo e João Beirão, indicados pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial e pelo Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público.

No seu discurso, o PR referiu que a expectativa em relação às figuras ora empossadas é de que no exercício das suas actividades tenham em conta a ética e a deontologia profissionais, para além da independência, isenção e objectividade que devem nortear a apreciação de cada uma das situações com que depararem.

Segundo Guebuza, o novo figurino da CNE, que inclui partidos políticos, magistrados e a sociedade civil, pressupõe uma maior inclusão no processo das eleições, o que reflecte a democracia multipartidária que o país vive.

Por isso, um dos desafios destes novos mandatários é lutar para que haja uma maior participação neste processo. "O falso que vos deve guiar é a Constituição da República", disse Guebuza, apelando para a promoção do espírito de equipa no órgão.

O PR recordou aos empossados que os desafios da nova CNE começam este ano

com a realização das eleições autárquicas, e continuam no próximo com as gerais. Apelou ainda a todos os intervenientes nesse processo para que dêem o necessário apoio as novas membros.

"Irei pautar pelo cumprimento escrupuloso da lei"

Por sua vez, Abdul Carimo, tido como favorito à presidência da CNE, uma vez ter estado em primeiro lugar quando da eleição na Assembleia da República, disse que, caso seja eleito dirigente do órgão, o seu maior desafio será o "cumprimento escrupuloso da lei".

Carimo diz pretender ajudar na construção de um espírito de equipa dentro daquele órgão e fazer com que todos os intervenientes directos no processo, os partidos políticos, sintam que concorrem em pé de igualdade e oportunidade.

O nosso interlocutor afirma ser importante a implementação de uma nova dinâmica dentro de comissão de modo que sejam corrigidas as falhas que o Conselho Constitucional detectou nos processos anteriores.

Por seu turno, Rabia Valgy disse que o grande desafio é fazer com que todos sintam que há igualdade. "O povo deve sentir que está livre de escolher qualquer um dos candidatos".

Aprovadas dez novas Autarquias

A Assembleia da República aprovou esta quarta-feira a lei que cria dez novas autarquias no país, submetida pelo Governo. O documento teve votos favoráveis das bancadas parlamentares da Frelimo e do Movimento Democrático de Moçambique, sendo que a da Renamo abandonou a sala do Plenário antes do debate.

Texto: Redacção

Novas autarquias são um jogo político

A bancada parlamentar do MDM, apesar de ter votado a favor da aprovação da lei de criação das dez novas autarquias, não deixou de lançar algumas farpas relativamente a este projecto, que considera ser jogo político da Frelimo. É que, segundo explica James Njinji, deputado daquela bancada, o plano das novas autarquias foi anunciado publicamente faltando poucos meses para a realização das eleições autárquicas, o que poderá criar dificuldades aos partidos da oposição durante a sua preparação com vista à participação nas eleições autárquicas de 20 de Novembro próximo.

"A proposta colheu-nos de surpresa, sobretudo a nós, os partidos políticos da oposição, que pretendemos participar no processo político do país", afirmou Njinji, acrescentando que o Governo sempre se queixa da falta de fundos, entretanto, vai criar novas autarquias. "Propomos que a Assembleia da República crie uma lei que estabeleça que a criação de novas autarquias seja anunciada 18 meses antes da data das eleições".

Possíveis implicações da introdução destas autarquias

A introdução destas autarquias implica a redefinição das estratégias que tinham sido traçadas pela Comissão Nacional de Eleições e pelo Secretariado Técnico da Administração Eleitoral para a realização das eleições autárquicas de Novembro próximo.

É que se, por um lado, o calendário prevê que a campanha de educação cívica para a realização do recenseamento eleitoral inicie amanhã, dia 25, em todos os distritos onde se localizam os 43 municípios, nada faz crer que o mesmo aconteça nas 10 autarquias ora criadas pelo Governo.

Assim, espera-se que se elabore um programa ou que se rectifique o actual para permitir que as eleições decorram no mesmo dia em todos os 53 municípios.

A governante sublinhou ser este um momento oportuno para a criação de novas autarquias locais, com vista à extensão e consolidação do processo de descentralização administrativa, com a qual se visa garantir uma maior participação dos cidadãos e das comunidades locais na tomada de decisões sobre os assuntos do seu interesse.

"Analizando o estudo técnico realizado nas 10 províncias por equipas técnicas do Ministério da Administração Estatal e dos governos provinciais, conclui-se que existem condições básicas para a implementação da administração autárquica em mais 10 vilas, sendo uma em cada província" disse a ministra.

“Há poucas mulheres na comunicação social”

Moçambique ainda está longe de cumprir as metas estabelecidas pelo Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, que determina, num dos seus capítulos, que até 2015 todos os estados membros desta região devem garantir a promoção e a representação equitativa entre homens e mulheres na propriedade e nas estruturas de tomada de decisão nos media.

Esta é a opinião da directora executiva da Associação da Mulher na Comunicação Social, Palmira Velasco, que considera que esta situação se deve às precárias condições de trabalho que são oferecidas à mulher nos órgãos de comunicação social. Para além de trabalhar na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, esta organização dedica-se também à divulgação de leis nas comunidades em línguas locais porque, segundo a nossa entrevistada, o Estado não está interessado em fazê-lo.

“O Estado eximiu-se do seu papel, das suas responsabilidades. É por isso que muitas organizações não governamentais tomaram a iniciativa de fazer a divulgação das leis até que o Estado tenha consciência da necessidade de fazer com que as pessoas conheçam os instrumentos legais do nosso país. Sentimos que o Estado não tem vontade de o fazer, não é por falta de condições”

Texto: Victor Bulande • Foto: Miguel Manguezé



@Verdade - O que é a Associação da Mulher na Comunicação Social?

Palmira Velasco (PV) – A Associação da Mulher na Comunicação Social é uma organização de mulheres que trabalham nos órgãos de informação, nomeadamente jornalistas, fotógrafas, operadoras, locutoras, arquivistas, produtoras, entre outras. Foi criada em 1998 como núcleo de mulheres na comunicação social e foi oficializada em 2000.

Ela surge como instrumento de luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pela mudança da imagem negativa da mulher veiculada pelos órgãos de informação no país. É também um meio usado para informar as mulheres nas zonas rurais sobre os seus direitos e deveres e os mecanismos que devem seguir em caso de necessidade de recurso às instâncias jurídicas.

Fazemos parte da Aliança para a Lei da Família, aprovada pelo Governo em 2004, para além de trabalharmos em parceria com outras associações femininas moçambicanas.

@V - O que esteve por detrás da ideia de se criar uma organização virada para a defesa dos direitos da mulher na comunicação social?

PV – Antes da criação da organização, um trabalho de debate e levantamento da situação da mulher neste sector foi feito à medida que se fazia o rol das necessidades para se atingir a igualdade de direitos e oportunidades entre profissionais de ambos os性os na área de informação em Moçambique.

Vários problemas foram encontrados, nomeadamente diferenças de tratamento entre profissionais de ambos os性os, com igual formação académica, profissional e mesmas capacidades. Também se constatou que raras vezes as mulheres neste sector beneficiam de formação profissional e, porque o salário está directamente ligado à progressão na carreira, têm consequentemente um salário baixo.

Por um lado, a Imprensa, regra geral, veicula uma imagem distorcida da mulher no processo de desenvolvimento. Estatísticas indicam que mais de metade da população moçambicana é analfabeta,

e desta a mulher é a maioria e é ela que participa na área da agricultura, sector básico para o desenvolvimento. Neste sentido, milhares de mulheres não sabem ler nem escrever na língua portuguesa e a informação é difundida, regra geral, em língua oficial portuguesa, o que priva a mulher do acesso ao que se passa à sua volta e no mundo.

Também é sabido que a mulher, sobretudo nas zonas periurbanas e rurais não conhece a lei e ignora, inclusive, aqueles dispositivos que lhe dizem respeito. Foi na sequência destas e de outras questões que a AMCS foi criada, como um instrumento de luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres em Moçambique e pela mudança da imagem negativa veiculada pelos media no país.

@V - Quais foram os objectivos que nortearam a sua criação?

PV – Numa primeira fase, a Associação da Mulher na Comunicação Social foi criada para ajudar a mulher na comunicação social, e noutras áreas, a lutar contra as desigualdades de oportunidade e de género, e difundir os seus direitos. Mas o principal foco era a luta pelo equilíbrio nas carreiras. Hoje, estamos mais empenhadas na divulgação dos direitos da mulher no geral.

Os outros objectivos da organização são: promoção e fortalecimento do papel da mulher nos órgãos de comunicação social para o desenvolvimento das comunidades marginalizadas através do uso dos meios de comunicação social e de tecnologias de informação; lutar contra todas as formas de discriminação contra a mulher na comunicação social; lutar para o estabelecimento de relações de género equilibradas na comunicação social; promover um maior envolvimento da mulher na comunicação social e nas actividades socioprofissionais; defender os interesses específicos da mulher jornalista e de outras profissionais da comunicação social; promover a elevação do nível académico e profissional da mulher da e na comunicação social; e incentivar a participação de um número de jovens mulheres nas diferentes especialidades da comunicação social.

@V - Mas a mulher na comunicação social (continua a) enfrenta(r) outros problemas, de índole social...

PV – Pois. Por isso temos também como foco a sensibilização da sociedade moçambicana através de programas educativos, de modo a mudar a mentalidade em relação ao papel da mulher no desenvolvimento do país, promovendo o estatuto da mulher e lutando contra a violência doméstica e a discriminação baseada no sexo, em todos os sectores de actividade. Informamos as mulheres nas zonas rurais sobre os seus direitos e deveres, os mecanismos que devem seguir em caso de necessidade de recurso às instâncias jurídicas.

@V - Qual é o meio ou mecanismo que a AMCS usa para divulgar os direitos da mulher?

PV – Nós temos a Rádio N'thyiana (93.5 FM), que tem programas li-

gados a essa vertente. É importante referir que esta é a primeira rádio comunitária feita por mulheres e destinada a elas. Ela tem servido para a radiodifusão de actividades de lobby e divulgação de vários programas relacionados com os direitos humanos, género, VIH/SIDA, saúde da mulher, programas de desenvolvimento, voz da comunidade, debates, entrevistas, etc. A Rádio N'thyiana já criou, desde 2004, diversos clubes de escuta na província e cidade de Maputo.

Também organizamos formações nas áreas de género, eleições, entre outras. Estas iniciativas são destinadas às comunidades e à mulher na comunicação social, com destaque para a que está nas rádios comunitárias.

@V - O que são e em que consistem os clubes de escuta?

PV – Os clubes de escuta consistem na criação de grupos constituídos maioritariamente por mulheres que recebem, da Associação da Mulher na Comunicação Social, rádio-gravadores, cassetes e pilhas. Elas debatem os problemas que afectam as suas comunidades e gravam em cassetes que posteriormente são recolhidas para a produção de programas radiofónicos.

continua Pag. 12 →

“O machismo continua a falar mais alto”

@V – De 1998, ano em que foi criada a organização, a esta parte sentem que algo mudou no que diz respeito à presença da mulher na comunicação social?

PV – Claro, muita coisa mudou. Sentimos que crescemos. Na altura em que criámos a Associação da Mulher na Comunicação Social havia poucas mulheres nesta área. Algumas desistiram. Hoje, há muitas, apesar de o número estar aquém do desejável. O número de mulheres é inferior em relação ao do homem.

@V – A que se deve esta disparidade?

PV – Deve-se a questões culturais e sociais. O machismo continua a falar mais alto. Ainda é forte. Deve-se, também, às precárias condições de trabalho oferecidas à mulher. Por exemplo, a questão do horário: só há hora de entrada, e não de saída. É necessário ter em conta que ela, para além de ser profissional da comunicação social, é mãe, esposa e dona de casa.

Fundamentalmente, a falta de apoio nas redacções tem estado por detrás desta situação. Eu trabalhei numa altura em que os colegas nos apoiavam. Hoje o ambiente da redacção é masculino.

@V – Como inverter esta situação?

PV – Todos temos de mudar de mentalidade. Urge a participação e empenho de todos para inverter este cenário. É necessário, também, definir políticas e regulamentos para estabelecer regras neste sector.

@V – Há quem diga que a mulher não está em altura de competir com o homem nesta área...

PV – Não é verdade. A mulher está em altura e preparada para ombrear com o homem. Hoje temos vários exemplos, mesmo em órgãos públicos. Na Rádio Moçambique

temos a Jacinta Nhamitambo que faz a cobertura das actividades do Parlamento. Na Televisão de Moçambique temos muitas colegas que até apresentam os principais serviços noticiosos. As mulheres são capazes!

@V – Moçambique é signatário do Protocolo sobre Género e Desenvolvimento da SADC, que, dentre outros pontos, determina que as mulheres devem estar, até 2015, representadas em 50 porcento em todas as áreas, inclusive na comunicação social. Acha que o país irá alcançar esta meta?

PV – Não, Moçambique não vai conseguir alcançar esta meta. Pelo menos na área de comunicação social está muito atrasado.

@V – Que avaliação faz da cobertura feita pelos órgãos de comunicação em relação aos assuntos da mulher?

PV – Continuamos a sentir que os assuntos são reportados sem a observância do princípio do equilíbrio do género. Nos casos em que os assuntos da mulher são levantados, ela é retratada negativamente, menos quando se trata de uma mulher que esteja na política, líder,...

“O Estado não tem vontade de divulgar as leis”**@V – Para além da promoção dos direitos da mulher através da rádio, a organização está envolvida na divulgação de leis por meio de boletins...**

PV – Sim. Nós estamos num subprograma denominado “Acesso à Informação”, que faz parte do projeto “AGIR”. É no âmbito desta iniciativa que fazemos a divulgação da Constituição da República e de outras leis em línguas locais. Fazemos isso com o ob-

jectivo de permitir que a mulher tenha acesso a elas.

Notámos que as mulheres e as comunidades não conhecem os instrumentos legais em vigência no país. Há, inclusive, pessoas que vivem na cidade, letradas, que desconhecem as leis.

@V – Ao assumir a dianteira nesta questão (divulgação de leis) não estarão a usurpar o papel do Estado? Ou notaram que este não o tem cumprido como deve ser?

PV – O Estado eximiu-se do seu papel, das suas responsabilidades. É por isso que muitas organizações não governamentais tomaram a iniciativa de fazer a divulgação das leis até que o Estado tenha consciência da necessidade de fazer com que as pessoas conheçam os instrumentos legais do nosso país. Sentimos que o Estado não tem vontade de o fazer, não é por falta de condições.

@V – Qual tem sido o feedback?

PV – É positivo. As pessoas gostam. As comunidades pedem que voltemos com mais material, mas já não é possível. Não temos capacidade financeira para fazer mais do que temos feito.

@V – O Estado reconhece o vosso papel? Nunca demonstrou vontade de participar nesta iniciativa?

PV – O Estado, em nenhum momento, vai alocar fundos à nossa organização para que possamos continuar com esta iniciativa. Mas pelo menos há-de ver e sentir que há organizações que lutam para levar as leis às comunidades. O mais caricato é que há instituições ligadas ao Estado que já se aproximaram de nós para que trabalhássemos em parceria. Temos o caso do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPA).



Governo e Renamo avançam para o diálogo

O Governo e o grupo de contacto da Renamo optaram por não condicionar o diálogo à resolução do impasse que existe relativamente às “questões prévias” por entenderem que há necessidade de se avançar para a discussão dos pontos relevantes.

Segundo explicou Saimone Macuiana, chefe da delegação da Renamo, “O Governo disse que mantinha a sua resposta e que não se podia condicionar o diálogo às questões prévias. Era importante avançarmos para as questões essenciais”.

Desta feita, no encontro da última segunda-feira, os representantes do partido de Afonso Dhlakama apresentaram à mesa de negociações mais dois documentos, sendo que o primeiro, de acordo com Saimone Macuiana, “é uma espécie de termos de referência” pelos quais o processo de diálogo deve guiar-se.

O segundo ponto versa sobre aspectos do pacote eleitoral. Para além de sugerir a sua revisão, a Renamo exige que se observe o princípio de paridade na composição da Comissão Nacional de Eleições, que sejam instituídos os tribunais eleitorais e que seja alterada a forma como são seleccionados os indivíduos das brigadas que trabalham em processos eleitorais.

Respostas do Governo

Por seu turno, a delegação do Governo, chefiada pelo actual ministro da Agricultura, José Pacheco, confirma ter recebido os documentos apresentados pela Renamo e garante que os mesmos terão o devido tratamento. “Recebemos os documentos e as matérias que dizem respeito ao Governo serão depositadas em sede própria. Eles serão analisados para aferir o seu valor jurídico. Caso não contraponham a lei, serão aceites; caso contrário, nada feito”

Porém, Pacheco referiu que o “documento orientador”, que define os termos de referência, fere a Constituição da República por invocar o Acordo Geral de Paz.

Segundo Pacheco, não faz sentido que a Renamo vá rebuscar o Acordo Geral de Paz, que ditou o fim a 16 anos de conflito armado, porque o seu conteúdo está reflectido na Constituição.

Documentos devem ser entregues atempadamente

Entretanto, Pacheco queixou-se, na altura, do facto de a delegação da Renamo fazer a

entrega dos documentos no momento em que as partes se sentam à mesa do diálogo. É que tal situação impede que se faça uma análise atempada, obrigando, desse modo, que se leve mais tempo nas conversações.

Relativamente à presença de facilitadores nacionais e internacionais neste processo, exigida pelo partido liderado por Afonso Dhlakama, a delegação do Governo entende não ser o momento de chamá-los pois, segundo explicou Pacheco, “ainda nem sabemos o que a Renamo, de facto, pretende trazer ao diálogo”.

Em relação à presença de elementos da Força de Intervenção Rápida em Muxunguè, o chefe da delegação do Governo considera que os mesmos estão a exercer o seu dever de garantir a ordem e segurança públicas, estando, deste modo, descartada a sua retirada, tal como impunha a Renamo.

Existência de homens armados da Renamo é uma irregularidade

Para sustentar a ideia de que o Acordo Geral de Paz está reflectido na actual Constituição da República, José Pacheco referiu que a existência de homens armados da Renamo no país “é uma irregularidade”, daí que não faz sentido que este partido invoque a sua observância nas conversações.

No que diz respeito à soltura, pelo tribunal, dos elementos da Renamo detidos aquando dos confrontos de Muxunguè, Pacheco disse apenas que “respeito na totalidade a decisão tomada pelos órgãos competentes nesta matéria”.

Recorde-se que aquando da apresentação da exigência, por parte da Renamo, da libertação imediata e incondicional dos seus membros, ora restituídos à liberdade, como uma das condições para que se avançasse com o diálogo com a delegação governamental, esta última teria recusado e aconselhado a contratação, por parte da Renamo, de advogados para tais detidos.

O chefe da delegação do Governo reafirmou, na altura, que o diálogo entre a Renamo e o Governo devia basear-se no respeito pela Lei fundamental e demais dispositivos existentes. “Todas as questões devem ser discutidas à luz da Constituição. Devemos respeitar o princípio de separação de poderes”.

Texto: Redacção

A greve dos Profissionais de Saúde

Os médicos, enfermeiros, serventes e outros profissionais da Saúde estavam, até ao fecho desta edição, em greve um pouco por todo o país como forma de exigir um aumento correspondente a 100 por cento do seu salário base, com efeitos a partir de 1 de Abril, assim como a análise conjunta do estatuto dos profissionais da Saúde e a sua aprovação durante o decurso da segunda sessão da Assembleia da República.

Texto: Redacção

A greve começou por volta das sete horas da manhã da segunda-feira, tal como recomendou a Associação Médica de Moçambique (AMM), na mesma altura em que deveria acontecer a rendição dos profissionais que estiveram a trabalhar no turno da noite.

O pessoal que deveria entrar de serviço no banco de socorros do Hospital Central em Maputo (HCM), a maior unidade sanitária do país, não apareceu. Segundo fontes hospitalares, não oficiais, nenhum dos médicos moçambicanos se apresentou, sendo que centenas deles estavam reunidos defronte do edifício.

No Hospital Geral de Mavalane, o director e médico-cirurgião, Usseine Isse, assegurou que a maior parte dos médicos, serventes, enfermeiros e do pessoal administrativo também não foi trabalhar. Os serviços do banco de sangue e das consultas foram interrompidos porque não havia quaisquer condições para funcionar.

No Centro de Saúde da Polana Caniço, à exceção do banco de socorros e da farmácia, os restantes sectores fecharam porque os médicos, os enfermeiros, os serventes e o pessoal administrativo também aderiram à greve.

No Hospital Geral de Chamanculo, segundo alguns trabalhadores, com quem o @Verdade conversou, apenas a farmácia estava em actividade porque havia doentes crónicos que deviam levantar compridos naquele dia. Situação idêntica verificou-se no Centro de Saúde do Alto-Maé, onde todos os sectores estavam completamente encerrados.

Relativamente ao Hospital Geral José Macamo, alguns estagiários de medicina foram ocupar os lugares deixados vagos pelos médicos grevistas no sentido de não permitir que os doentes ficassem sem atendimento.

Greve nem todo país

Alguns cidadãos reportaram-nos que em quatro postos de saúde da cidade do Xai-Xai, na província de Gaza, as portas não abriram pois houve adesão total à greve. No Hospital Provincial de Gaza recebemos indicações de que vários médicos, enfermeiros e outros profissionais não se fizeram presentes tendo o funcionamento mínimo sido assegurado por médicos que ocupam cargos de chefia, uma situação que também aconteceu no Hospital Rural do Chókwé.

No hospital de Inhambane só alguns médicos aderiram à greve. Contudo, na mesma província, houve registo de dois partos realizados sem assistência médica na varanda do Hospital Rural de Quissico.

Da província de Sofala pouca informação chegou sobre esta greve havendo, porém, confirmação de que alguns, poucos, profissionais, incluindo médicos, aderiram à greve no Hospital Central da



Beira.

Pouca aderência se registou no Hospital Provincial de Quelimane, na Zambézia. Da mesma província chegaram-nos relatos de adesão massiva no distrito de Morrumbala. Na cidade de Tete, apesar de cerca de metade dos profissionais da Saúde não se ter apresentado aos postos de trabalho, o hospital provincial funcionou sem grandes problemas. De Lichinga chegaram-nos relatos de adesão de mais de 70% dos médicos, enfermeiros e serventes do hospital provincial, contudo, os serviços funcionaram graças à mobilização de técnicos de Saúde.

Na maior unidade sanitária da região norte do país, o Hospital Central de Nampula, os médicos estiveram nos seus postos de trabalho mas não atendiam os doentes, que já se encontravam desesperados. Estudantes das várias instituições que lecionam cadeiras de Saúde foram mobilizados para trabalharem nos serviços de triagem.

Já no fim do dia, o nosso repórter presenciou no Hospital Central de Nampula algumas situações delicadas. Um menor que tinha o braço deslocado esteve mais de quatro horas a aguardar atendimento no banco de socorros.

Ameaças e intimidações

O segundo dia da greve dos profissionais da Saúde começou com o Ministério de tutela a afirmar, através da sua porta-voz, Francelina Romão, que todas as unidades sanitárias apresentavam um ambiente calmo e de retorno à normalidade. "Todas as unidades sanitárias foram abertas com a exceção de alguns serviços dentro de uma unidade sanitária que foram criminosamente encerrados, porque as pessoas usaram cadeados (...) a noite (de segunda-feira) foi completamente calma em todo o país".

Entretanto, os nossos repórteres em Maputo visitaram o Hospital Central, o Hospital Geral José Macamo, o Hospital Geral de Mavalane, Hospital Geral de Chamanculo e ainda os Centros de Saúde do Alto Maé, Albasine, Machava, Matola Gare, Moamba onde constataram estarem a funcionar os serviços mínimos nos bancos de socorros e maternidades. As consultas aconteciam com demora.

Pudemos ver estudantes a fazerem a recepção e triagem dos doentes e médicos militares, estrangeiros e outros que ocupam cargos de chefia fora das unidades a prestarem os serviços mais especializados.

Em Nampula o cenário foi parecido, concretamente no Hospital Central, contudo nos Centros de Saúde de Marrere, 1º de Maio e 25 de Setembro a greve silenciosa continuou – os



Por outro lado na entrada dos bancos de socorros em Maputo activistas, alguns da Cruz Vermelha, faziam uma primeira triagem informal a quem ali acorria sugerindo, quando julgavam pela conversa, que o caso não merece atendimento urgente que o doente regresse a casa e aguardasse pelo término da greve.

humanos, sobretudo no que diz respeito ao acesso aos recursos e serviços públicos.

Para o juiz, o jornalista fez o seu trabalho, que é o de informar. "O réu John Chekwa foi apenas porta-voz para os camponeses. Se as manchetes dos media fossem para ofender as pessoas então as entidades jornalísticas não existiriam. Logo estariam sem jornalistas e automaticamente não teriam notícias para ler".

No fim, o tribunal absolveu o coordenador da Rádio Catandica, afirmando que o texto não fere o bom nome e a honra da empresa Nzara Yaperá visto que trabalhou dentro dos parâmetros legais jornalísticos de acordo com a Lei 18/91.

Reacções

O presidente da Associação Tariro Yamurime, Patreque Casseque, presente na sessão, reconheceu a observância da transparência no Tribunal Judicial de Bárue na resolução de casos, tendo, para tal, invocado este como exemplo.

Por sua vez, o presidente do Fórum Nacional das Rádios Comunitárias de Moçambique (FORCOM), João dos Santos Jerónimo, disse que o juiz julgou este caso com imparcialidade e encoraja os fazedores de rádio a redobrar esforços no sentido de manter informado o cidadão e as comunidades, observando sempre a Lei de Imprensa.



associação de camponeses lesada, tal como consta no processo número 493/2012.

Durante a leitura da sentença, que durou pouco mais de uma hora, o juiz Luís Massingue defendeu a valorização e o respeito pela liberdade de imprensa e pelos direitos

Tribunal de Bárue absolve John Chekwa

O Tribunal Judicial do Distrito de Bárue, na província de Manica, absolveu, na última terça-feira, o jornalista e coordenador da Rádio Catandica, John Chekwa, num processo que envolvia a empresa de venda de sementes Nzara Yaperá.

Texto: Redacção • Foto: Arquivo

Trata-se de um caso em que os camponeses se queixaram à Rádio Catandica da falta de qualidade da semente vendida na campanha agrícola 2011/2012 pela empresa Nzara Yaperá, cuja quantidade era de 2,5 toneladas no âmbito de crédito agrícola no valor de 95.000,00 metálicos. Os grãos não germinaram, o que resultou em perdas para os beneficiários do projecto.

Entretanto, a difusão da notícia não agradou o proprietário da firma em causa, Peter Waziwezi, que decidiu processar criminalmente o jornalista John Chekwa e a

Xai-Xai

Destaque

A maldição de Xai-Xai

Xai-Xai é uma cidade de contrastes. Se ao longo da EN1 se revela uma cidade imponente que abraçou o progresso, por detrás dos edifícios que o dinheiro construiu para glorificar o combate à pobreza esconde-se um mundo entregue à sua sorte. De um lado o asfalto, do outro a terra batida. No cimento o conforto, na periferia a vida árdua. Assim é Xai-Xai...

Texto & Foto: Rui Lamarques

Ainda não vimos nada que dá indicações de progresso e já deparamos com estradas esburacadas e algum lixo: é à entrada da cidade, quando olhamos para os lados e vemos edifícios antigos que nos apercebemos de que Xai-Xai nasceu no lugar errado e é aqui onde as cheias começam – e sobretudo expõem – as fissuras da urbanização no país. Com 115.752 habitantes, um número que o município não actualiza desde o senso de 2007, Xai-Xai é uma cidade de contrastes. As ruas impecavelmente asfaltadas, no centro da urbe, contrastam com as vias irregulares e esburacadas no coração da periferia, lá onde normalmente os olhos não chegam e o cidadão comum passa as noites. Até o Mercado Limpopo é um monumento que nos lembra essas disparidades.



A pressa matinal embrulha os sentidos que ali coincidem, entre a passagem de peões apressados, vendedores ambulantes, paragens de autocarros e uma rebaldaria de viaturas comerciais e particulares. Num despertar nervoso e barulhento do trânsito, ali, na praça que fica defronte do edifício do Conselho Municipal, começa a vida de uma cidade que acorda para sobreviver às investidas da pobreza.

Xai-Xai estende-se em cerca de 131 quilómetros² e localiza-se a 210 a norte da cidade de Maputo, capital da República de Moçambique, limitando-se a sul pela Localidade de Chilaulene e pelo Oceano Índico; a este pelo Posto Administrativo de Chonguene, a oeste pelo Posto Administrativo de Chicumbane, e a norte pelos rios Limpopo e Ponela.

Os números indicam que 29 porcento das casas de Xai-Xai têm acesso a electricidade. No que diz respeito à



água canalizada a percentagem desce para 60. O grande problema da urbe, de acordo com os dados a que tivemos acesso, está relacionado com a questão do saneamento com dreno e fossa. Apenas 12 porcento das residências é que dispõem deste sistema de gestão de águas negras.

50 quilómetros de estrada têm iluminação pública. Os bairros de Inhamissa e Sotoene beneficiaram da construção de 30 pontes.

Xai-Xai é uma cidade plantada ao longo da EN1 e com um potencial económico que não se pode desprezar. Ainda assim, 70 porcento da população vive da agricultura de subsistência e o desenvolvimento insiste em abraçar apenas a estrada que liga o município aos outros pontos do país. Mas triste mesmo é olhar para o farrapo de cidade que, desfigurada pela erosão, parece fugir da urbanidade e que foi rejeitada pela higiene.

A cidade possui duas zonas distintas. Uma considerada zona alta, com solos arenosos, e outra baixa com solos argilosos. Todas elas enfrentam problemas de índole ambiental. Na zona alta, a ocupação espontânea para a construção de habitações e abertura de machambas nas dunas interiores acelera os processos de erosão pluvial e deslizamento de terras. Na zona baixa, onde os solos têm fraca capacidade de absorção de águas devido à sua textura e proximidade do nível freático e em que a altitude está ao nível das águas do Rio Limpopo, as inundações são frequentes.



Efectivamente, o Xai-Xai profundo é uma cidade dos becos mais labirínticos que se podem imaginar, de uma geografia cujo conhecimento só é completamente dominado pelos próprios residentes e pelos amigos do alheio. E a polícia de intervenção rápida, que faz tanto estrago quanto os malfeiteiros da noite suburbana. Ainda que o desenvolvimento se circunscreva à EN1 a cidade mudou para melhor, expandiu-se para além do que poderia ser previsto e controlado, sendo que por detrás desses amuralhados de casas de bloco cru cobertas com folhas de coqueiro se encontram vivendas e moradias confortáveis.

Rita Muianga, edil de Xai-Xai, fracassou num dos grandes desafios do seu mandato, que era descentralizar o crescimento da urbe. O argumento das autoridades municipais é o de que os investidores não querem estar distantes da EN1. Portanto, a zona que foi criada para o efeito continua às moscas sem que se

vislumbre uma luz no fundo do túnel. Nas recentes cheias que se abateram sobre a zona sul do país, a zona baixa da cidade, onde se encontra a instalação municipal, ficou inundada e, por alguns dias, não foi possível trabalhar naquele lugar. Uma situação que irá prevalecer sempre que as águas determinarem e enquanto o homem for incapaz de conter os danos causados pela natureza.

Mas não é só das chuvas que Xai-Xai se ressente. A erosão na zona alta também é um problema. Foi desenhado um plano para conter o fenómeno, mas a edilidade reconhece que se trata de algo para o qual não reúne capacidade financeira. Na verdade, a actual execução do plano municipal no que diz respeito ao combate à erosão é apenas uma espécie de gota de água no oceano.

Mercado Limpopo

O dia ainda não se decidiu a nascer, o vento desliza pelas ruas, aquietá-se nas bermas das paredes de zinco, assobia nos charcos de água suja. São seis e picos da manhã quando uma porta, desengonçada pelo uso e pelo tempo, se abre. Do outro lado está Lulu, Lúcia Sigaúque no assento de nascimento. Ela desconhece aconchegos, o sol abrasador é a mais doce de suas penas. Tem 54 anos e uma bacia entre os braços. Agora é hora de partir para vender na parte descoberta do Mercado Limpopo. A

A CONTECEU

A verdade em cada palavra.

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

SMS: 90440 WhatsApp: 84 399 8634

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique



receita do negócio de hortícolas garante o sustento da própria e de mais cinco pessoas: três filhas, a mais nova com 24 anos, e dois netos, que já andam na escola. "A vida não está nada fácil." Lulu é mulher de fibra, não alinha nos queixumes da velhice nem disputa doenças com as vizinhas, mas pedir-lhe para falar do seu trabalho abala-lhe a estrutura. Os olhos lacrimejam ligeiramente. "Não está nada fácil", repete. Há mais de 21 anos o sonho das minas levou-lhe o marido, não se sabe para onde. Há dez anos, perdeu o emprego como doméstica. Foram 26 anos de labuta em casa de uns suecos e depois nada: os dias vazios, o retrato de um homem na parede como que a dizer-lhe: anima-te. "Olhe, sabe o que faço? Ando sem parar, para tentar vender tudo."

A história de Lulu é comum nas mulheres de Xai-Xai. É mais fácil contar as que não têm o parceiro no país vizinho. O Mercado Limpopo foi objecto de uma reabilitação, mas o lugar onde Lulu e outras mulheres ganham a vida não mereceu a atenção da edilidade. Na verdade, podemos dizer que os dois espaços partilham apenas o nome e pouco mais.

Educação

O investimento no sector tem estado a crescer, e foram construídas duas escolas e reabilitadas mais 10 nos últimos cinco anos. Os municíipes, contudo,

reclamam da falta de livros na única biblioteca que existe na urbe. Os dados indicam que estão registados 1200 professores. No que diz respeito à alfabetização de adultos, existem 33 centros, com uma frequência de 4200 pessoas.

Efectivamente, 61 porcento dos habitantes de frequentaram algum estabelecimento de ensino.

Habitação

O tipo de habitação predominante é a palhota com pavimento de terra batida, paredes de estacas ou caniço com cobertura de zinco, o que representa 54 porcento das casas de Xai-Xai. As moradias de madeira e zinco em termos estatísticos significam 4 porcento. As de bloco e tijolo totalizam 33 porcento das residências da urbe.

Saúde

O município está dotado de quatro unidades sanitárias. O hospital de Xai-Xai conta com uma maternidade. O tempo médio de espera, calculado pelo @Verdade, é de uma hora e oito minutos. Em conversa com os municíipes, constatámos que o maior problema que enfrentam é a falta de medicamentos. "O hospital não tem tudo e comprar na farmácia é muito caro". Outro problema prende-se com a exiguidade de centros e postos de saúde. Para um município com 12 bairros e 115 mil habitantes, três centros e dois postos de saúde são muito pouco para responder à demanda.



Xai-Xai possui um legado histórico único

De acordo com a Portaria nº 263 de 11 de Dezembro, em 1897, após a ocupação colonial, foi designada "cabeca de distrito", uma medida que tinha como objectivo a abertura de estabelecimentos comerciais como forma de os colonos aproveitarem o seu potencial produtivo. Antigamente, era conhecida por povoação de Chai-Chai. Volvidos 14 anos, foi elevada à categoria de Vila por Decreto de 27 de Outubro de 1911.

No entanto, o regime colonial, insatisfeito com a designação de "Chai-Chai", a qual evocava a memória de um dos régulos que se notabilizou na resistência à dominação estrangeira, alterou o nome para "Vila Nova de Gaza". A 2 de Fevereiro de 1928, o regime colonial impôs a denominação de "Vila de João Belo".

Por ocasião da visita do então Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, a 7 de Outubro de 1961, a Vila de João Belo foi elevada à categoria de cidade e manteve o nome colonial até à independência nacional, altura em que o Governo moçambicano decidiu resgatar o nome Xai-Xai.

Em 1998, conhece o seu primeiro governo eleito, a par da introdução das autarquias locais no país. No ano de 2004, a cidade foi a primeira a escolher uma mulher para o cargo de presidente de uma cidade com a categoria de capital provincial.

O distrito de Xai-Xai

O distrito de Xai-Xai, atravessado pela Estrada Nacional número 1 e com uma população estimada em 115.752 habitantes (segundo dados estatísticos de 2008), distribuídos por 23 mil agregados familiares, ocupa uma área de cerca 131 quilómetros quadrados.

Há mais mulheres (54 porcento do total da população) que homens neste ponto do país. Apesar do seu potencial agrícola e turístico, o distrito debate-se com problemas de diversa índole.

Até há pouco tempo, o abastecimento de água era feito através de cinco sistemas para a cidade e 140 furos, dos quais 63 operacionais, para o resto do distrito. Apenas 7 porcento da população do distrito de Xai-Xai têm acesso a água canalizada no domicílio, 48% obtêm-na fora dele, 21% têm acesso a um fontanário e 8 porcento bebem água de poços a céu aberto.

A electricidade ainda é um sonho para muitas famílias. Em alguns bairros, o acesso a corrente eléctrica ainda é precário. Cerca de 71 porcento da população do distrito têm no petróleo de iluminação a sua principal fonte de energia na habitação. Quanto a unidades sanitárias, existem cinco (um hospital provincial e três centros de saúde).

Município de Xai-Xai em números

Vereações 4

Cobertura de energia 29

Petróleo como fonte de iluminação 71 porcento

Furos de água 140

Furos operacionais 63

Água no domicílio 7 porcento da população

8 porcento bebe água de poço a céu aberto

População vulnerável e em estado de insegurança alimentar 12 porcento

Fundo de Compensação Autárquica 13,391.57 meticais

Investimento Autárquico 7,644.27 meticais

Despesas 21,090.84 meticais

ALERTAR

A verdade em cada palavra.

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

• SMS: 90440

• WhatsApp: 84 399 8634

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique

“O balanço é positivo”



Rita Muianga, Presidente do Conselho Municipal de Xai-Xai, fala de uma cobertura de 90 porcento no que diz respeito ao abastecimento de água.

Quanto ao lixo - o primeiro mulher a liderar uma autarquia na história da municipalização - diz estando no bom caminho, embora reconheça que a resposta pode não ser totalmente eficaz. A erosão é um problema que tira sono ao município, mas contra o qual não podem fazer grandes coisas. A intervenção da edilidade, na verdade, limita-se a gerir o que, mais dia menos, dia, será uma realidade. Nem todos bairros têm corrente eléctrica.

Texto & Foto: Rui Lamarques

(@Verdade) - Olhando para o seu manifesto eleitoral e para aquilo que foi a sua governação, que balanço faz?

(Rita Muianga) - Para o Conselho Municipal, o balanço é positivo. Digo-o porque, tendo em conta aquilo que a cidade de Xai-Xai era outrora, qualquer pessoa vê que algum desenvolvimento se deu. Claro que onde há trabalho dificuldades nunca faltam, mas digo que o balanço é positivo. Temos na área de actividades económicas alguns investimentos de relevo que se instalaram no nosso município, como a banca. Hoje, tanto na zona baixa como na alta existem bancos. Xai-Xai era uma cidade que só tinha lojas e, nos dias que correm, já conta com supermercados. Também temos várias bombas de combustível. Melhorámos o abastecimento de água e, para não exagerar, podemos dizer que temos 90 porcento de cobertura. Onde se regista desenvolvimento, mas com muitas dificuldades, é na área da electrificação porque ainda temos muitos bairros sem acesso a corrente eléctrica.

Em termos de saúde a cidade de Xai-Xai dispõe de alguns centros o que nos chama à atenção porque os cuidados básicos de saúde ainda não estão próximos do município que carece desses serviços.

Temos uma grande desafio nas áreas de infra-estruturas, sobretudo no que diz respeito a estradas. As cheias atrasaram as obras de uma estrada que irá servir de alternativa à EN1. Também estamos a construir uma em pavet que será uma opção para os municípios de Patrice Lumumba e do Posto da Praia. Temos grandes desafios - se passeou pela cidade deve ter visto - dos quais se destaca o problema da erosão, mas algo está a ser feito. Portanto, o nosso balanço é positivo.

(@V) - O que as autoridades municipais fazem para combater o problema da erosão?

(RM) - Bem, o problema da erosão em algum momento transcende a capacidade do município, tanto financeira como humana. A erosão que a cidade de Xai-Xai carece de grandes investimentos. Contudo, criámos um viveiro municipal para a produção de algumas plantas para conter a erosão. Fazemos a plantação ao longo das vias de acesso, mas temos buracos dentro da nossa cidade, os quais transcendem os nossos fundos.

(@V) - ... Mas o município não tem como ir buscar outros fundos para combater o problema?

(RM) - Mesmo o trabalho que estamos a fazer de contenção da erosão em pequena escala resultou de uma parceria com uma organização que lida com o ambiente. Implementámos a primeira parte e agora estamos à espera da segunda fase. No entanto, não sabemos que condições financeiras serão criadas. Ainda assim, tudo isso é uma gota de água no oceano.

(@V) - Como é que anda a questão do tratamento de resíduos sólidos?

(RM) - Temos a nível do município quatro postos administrativos, e em cada um deles temos um tractor alocado para a recolha de resíduos sólidos. No posto sede a recolha é feita com um tractor e um camião. Contudo, ainda precisamos de mais meios. Tendo em conta que temos o Fundo de Alívio à Pobreza Urbana e que alguns municípios solicitaram financiamento para essa área, pretendemos começar com um bairro piloto

para ver se é possível implementarmos esse projeto.

(@V) - Sente que há o envolvimento dos municípios ou a compreensão de que eles devem ser parte dos problemas desta circunscrição?

(RM) - Os municípios sabem que devem fazer parte, mas o que acontece, na prática, é que no terreno não ocorre esta sensibilidade. O que se diz é que a recolha é tarefa exclusiva do município e nós temos de aceitar. No entanto, sensibilizamos, mas a participação não é das melhores.

(@V) - Como é que é gerida a taxa de lixo? As pessoas pagam de bom grado ou fazem-no pelo facto de a mesma estar agregado ao serviço pré-pago de distribuição de energia?

(RM) - Não posso dizer que não há aceitação. Há, mas existe um problema de incapacidade de satisfazer a recolha em todos os bairros conforme mandam as regras. Aquilo que nós temos como valor da taxa de lixo é insuficiente para cobrir os gastos de limpeza. O valor arrecado no mês passado (Março) foi de 320 mil meticais. Ou seja, não chega a um terço das despesas.

(@V) - As despesas do município, de acordo com a vossa explicação, são muito maiores do que as receitas de cobrança da taxa de lixo. Podemos depreender que a gestão de resíduos, por esse motivo, continuará a ser um problema em Xai-Xai?

(RM) - Não porque, com outras receitas, cobrimos esse défice.

(@V) - Nós visitámos o Mercado Limpopo e constatámos que duas realidades contrastantes convivem paredes meias. A que se deve?

(RM) - O Mercado Limpopo tem duas coisas. A parte de fora, em princípio, devia ser para os grossistas e carpinteiros pela simples razão de que é impossível colocar todos lá dentro.

(@V) - A edilidade não pensa em reabilitar a parte de fora?

(RM) - Vontade não nos falta de vedar, mas deparamos com problema de falta de fundos.

(@V) - Quais são, para além da gestão do solo urbano e da erosão, os grandes desafios do município?

(RM) - Não sei se teve a oportunidade de observar, mas apenas a parte baixa da cidade é que conta com estradas alcatreadas. Os nossos bairros, regra geral, têm estradas de terra batida. Portanto, o desafio é tornar Xai-Xai, de facto, uma cidade.

(@V) - Nos bairros as estradas de terra batida são bastante irregulares e extremamente esburacadas. Como contornar essa situação?

(RM) - É fácil ter acesso aos bairros. Se tivessem vindo uns há meses podiam ter visto que é fácil. Tínhamos feito um trabalho de arruamentos em todos os bairros, mas por causa das enxurradas as nossas estradas tornaram-se intransitáveis.

(@V) - Foi fácil convencer os municípios da importância dos arruamentos?

(RM) - As pessoas já compreenderam que é preciso fazer arruamentos. E como o município tem dois carros para a parte social. Quando morre alguém fazemos esse serviço a custo zero. Portanto, esse trabalho solidário do município fez com os cidadãos vissem a importância dos arruamentos. A problemática da água e a necessidade de ela chegar aos bairros ajudou.

(@V) - Como é que funciona o serviço social do município?

(RM) - Nós temos a área dos serviços urbanos que funciona com quatro pessoas. É nessa área onde atendemos questões sociais como falecimentos e a gestão de cemitérios. As pessoas só se lembram dos cemitérios quando levam o seu ente querido. Quem cuida da limpeza dos cemitérios é a área dos serviços urbanos.

(@V) - Qual é o nível da pobreza urbana?

(RM) - Estou em crer que a pobreza urbana de Xai-Xai não difere das outras cidades. Nós temos o fundo de 9 milhões para 116 mil habitantes, o qual tem de ser dividido por quatro postos. Os pedidos vêm dos conselhos dos postos, eles são quem controla os projectos. O Conselho Consultivo da cidade é quem decide, depois, a alocação dos fundos. Pensamos que o fundo dá para alguma coisa.

(@V) - Qual é o nível de desemprego em Xai-Xai?

(RM) - O nível de desemprego, mesmo nas grandes cidades, é preocupante. Portanto, não

poderia ser diferente aqui.

(@V) - Fora os dados do Instituto Nacional de Estatística publicados em 2007, o município tem alguma estatística em relação ao desemprego?

(RM) - Este ano ainda não pedimos os dados, mas sentimos que existe desemprego.

(@V) - Com o desenvolvimento circunscrito ao longo da EN1, julgam que o índice de desemprego reduziu?

(RM) - Julgamos que está a reduzir. Isso porque o empreendimento que inaugurámos recentemente empregou 67 jovens da cidade. Quando nasceu, o shopping também empregou alguns jovens da cidade, sem contar com aqueles que são empreendedores. Ao longo da cidade vemos carpintarias, oficinas e por aí em diante. O desemprego vai reduzindo. Contudo, não é possível dizer que Xai-Xai não sofre com esse problema.

(@V) - Dos projectos aprovados por via do PERPU existem dados em relação aos empregos criados de forma directa ou indirecta?

(RM) - Através do PERPU alguns jovens criaram as suas carpintarias nos postos administrativos. Algumas raparigas criaram salões de cabeleireiro. Trabalhámos com cidadãos que criaram ferragens e associações no âmbito da agricultura e criação de animais de pequena espécie. Cada projecto desses, para além das associações que agregam 15 pessoas, tendem a criar mais empregos para os outros. Tivemos problemas na área das cheias porque as nossas associações têm os seus campos na área baixa da cidade.

(@V) - Há números?

(RM) - Ainda não estão compilados.

(@V) - O reembolso fica comprometido?

(RM) - É preciso incentivar as pessoas. O Conselho Municipal vai distribuir sementes e esperar que as pessoas produzam. Depois veremos a questão do reembolso. Temos de compreender que foi por causa das cheias.

(@V) - Qual é o nível de reembolso do PERPU?

(RM) - 45 porcento do planificado. No PERPU temos projectos que são de três anos. Ou seja, de longa duração. Os referentes à actividade comercial e à produção de animais são de pequena duração.

(@V) - Qual é a ideia subjacente à criação de uma via alternativa à EN1? Será alastrar o desenvolvimento para outros pontos da urbe?

(RM) - Essa é a nossa preocupação. Nos nossos postos administrativos temos muitas áreas para a construção de empreendimentos. Mas quando o investidor chega ao município quer ficar localizado na EN1. Na zona fizemos o parcelamento e indicámos a área de serviços e já começámos a levar as pessoas para o local, mas, enquanto não tivermos água, estradas e energia não será possível atrair os investidores. Estava a falar da estrada alternativa, também pensamos que irá impulsionar o desenvolvimento.

“Ainda existem algumas acções a desenvolver”

A sensivelmente seis mês do fim do seu mandato, o presidente do Conselho Municipal da Vila de Monapo, João Luís, faz um balanço positivo da sua gestão, apesar de afirmar que ainda existem algumas acções a serem levadas a cabo de modo a cumprir em 100 porcento o seu manifesto eleitoral. Embora a autarquia tenha registado alguns avanços, a falta de água potável, as vias de acesso deficitárias e o comércio informal continuam a ser os principais problemas que tiram o sono às autoridades municipais.

Texto & Foto: Helder Xavier



possível o seu cumprimento numa média de nove quilómetros.

@V – O município dispõe de um plano de urbanização?

JL – A cidade não está toda ela urbanizada. Mas já conseguimos ter um plano de estrutura urbana graças ao projecto que estamos a desenvolver que foi financiado pela Millennium Challenge Account. Construímos barreiras para o combate à erosão, provocada por extração de areia e, neste momento, já temos um plano de gestão ambiental que nos vai proporcionar um estudo mais profundo.

@V – Qual é o actual nível de cobertura de acesso a água potável?

JL – A água potável é outra questão que também era o nosso calcanhar de Aquiles, mas criámos condições para contactar a FIPAG no sentido de nos dar a mão para a reabilitação do sistema de abastecimento de água. Estamos a fazer tudo por tudo de modo que a população tenha acesso a água potável. Actualmente, estamos com 55 porcento de cobertura de água na área municipal, o que já é muito, mas não significa que a situação esteja resolvida porque ainda existem bairros onde não é possível encontrar água.

@V – O transporte público ainda é um problema para os municípios?

JL – O transporte público existe, mas para os estudantes dado que o valor é simbólico. São cinco meticais por viagem e há uma maior adesão ao transporte que é específico para os estudantes por parte do público em geral, porém, admitimos a qualquer um que se queira fazer transportar. Por outro lado, existem pequenos transportadores que garantem a circulação de pessoas e bens entre a vila e a zona de Monapo-rio. Em suma, não há dificuldades de transporte.

@V – Qual é o tratamento dado aos resíduos sólidos no município?

JL – Temos um carro basculante e um tractor que faz a recolha de lixo diariamente, a partir das 5 horas da manhã. Porém, o grande problema é que a nossa população ainda não tem a cultura de tratamento do lixo. Na altura em que é feita a recolha, logo a seguir assiste-se à deposição de resíduos sólidos. Mas nós sempre aconselhamos os municípios para que observem as boas maneiras e as boas práticas. Explicamos como podemos ter a nossa vila mais limpa. Temos consciência de que é um processo, até porque o sistema de municipalização até aqui está no terceiro mandato, o que significa que ainda falta muito para nós podermos interagir com os nossos municípios. O município ainda não dispõe de um lixeira municipal com todas as condições de aterro sanitário, mas dizia eu que já temos uma plano de gestão, e vamos criando mecanismos para tal. Actualmente, o lixo é depositado numa zona que não é habitada.

@V – O comércio informal tem vindo a ganhar espaço. O que o município está a fazer para controlar a situação?

JL – Ainda estamos a identificar um melhor sítio para a construção de um mercado em que cada um possa vender num espaço próprio e em condições de higiene aceitáveis. Neste momento, o que nós temos feito é aconselhar os vendedores a conservarem da melhor maneira os seus respectivos produtos. Aconselhamos também a que vendam em bons sítios e em espaços apropriados.

@V – Em que estágio se encontra o município no que diz respeito à arrecadação de impostos?

JL – No que toca à arrecadação de impostos, de facto, tem vindo a registar-se um crescimento, dado que os nossos municípios já começam a ganhar consciência e valorizam aquilo que é o desenvolvimento da própria autarquia. Eles já começam a perceber que o município não só depende das receitas centrais, mas também das receitas colectadas localmente. Assim, cada um já sabe dar a sua contribuição, através de pagamento de impostos e diversas

taxas, licenças, entre outros.

@V – Quanto é que o município colecta anualmente?

JL – Presentemente, estamos a lutar para atingir 34 milhões de meticais por ano, o que significa que é uma média que nos anos atrás não conseguimos arrecadar. Actualmente, através do esforço que se tem empreendido conseguimos obter aquilo que é planificado, dado que tudo depende de um plano. No ano passado, colectámos 34 milhões e esperamos que esse montante possa subir este ano.

@V – Os jovens queixam-se de falta de emprego. O que a edilidade tem feito para criar oportunidades de emprego?

JL – Nós como as autoridades municipais, o que temos feito, em coordenação com o governo do distrito, é criar condições para que as pessoas, sobretudo as associadas, beneficiem do financiamento mediante a apresentação de um projecto viável. Neste âmbito, grande parte dos jovens de Monapo viu financiados os seus projectos.

@V – Reduziram os casos de ataque de crocodilos à população?

JL – Sim. Tivemos muito trabalho para sensibilizar e educar a população, mas tudo isso era mesmo por causa da crise de água potável, que os nossos municípios desejavam (e continuam a desejar). Tivemos de abrir mais de 10 furos em diversos bairros, próximo do rio Monapo. Essa foi uma das medidas no sentido da redução do conflito homem-animal. Em algum momento, alguns municípios que pretendem ter a sua machamba são atacados, mas são informados para não fazer hortas na margem do rio, uma vez que colocámos um aviso informando que o rio Monapo é perigoso. Mas ultimamente reduziu bastante o caso de ataques de crocodilos.

@V – Quais eram os principais pilares do vosso manifesto eleitoral?

JL – O nosso manifesto cingia-se em três pilares, nomeadamente social, económica e cultural. Focamo-nos em situações ligadas à água, erosão, saúde, educação, entre outros aspectos sociais que estão relacionados com aquilo que diz respeito às preocupações dos nossos municípios. Na área económica, a nossa preocupação tem a ver com a criação de oportunidades de negócios e melhoria de ambiente negócios a nível do município, assim como aumentar a arrecadação de receitas. Também damos particular atenção ao desporto recreativo e manifestações culturais da autarquia como forma de proporcionar lazer e entretenimento aos municípios.

@V – Na componente de estradas, o que foi feito nos últimos anos?

JL – Ainda existem algumas acções a desenvolver, mas algumas situações já estão resolvidas. Estamos a falar concretamente das estradas asfaltadas, grande parte era esburacada, mas nós criámos condições para tapar quase todos os buracos. O problema ainda não está definitivamente resolvido, mas acreditamos que com o andar do tempo possamos ter todas as vias de acesso deste município em boas condições de transitabilidade.

@V – Quais são as estradas que beneficiaram de obras de reabilitação ao longo do mandato?

JL – É o caso da estrada principal, a Rua 28 de Setembro, e estamos a falar também da estrada que faz a ligação com os quatro caminhos, a estrada que vai para Mucaca. Acreditamos que não temos capacidade para retirar todo o asfalto, mas para tapar os buracos já foi

Um município num mar de incertezas

Localizada num distrito rico em recursos hídricos e florestais, a vila municipal de Monapo é um dos exemplos acabados da falta de vontade política. Há vários anos, grande parte dos municípios debate-se ainda com problemas de diversa natureza sem fim à vista, desde a falta de emprego e água potável, passando pelos precários serviços básicos de saúde até ao fornecimento deficitário de energia eléctrica. Porém, acredita-se que a situação possa vir a mudar para melhor, até porque estes são apenas os primeiros anos de municipalização de Monapo.

Texto & Foto: Hélder Xavier

Geralmente, a época chuvosa representa um momento de satisfação para a maioria da população de Monapo que se dedica exclusivamente à produção agrícola. As chuvas que caíram no princípio deste ano (2013) em quase todo o distrito deixaram os moradores, maioritariamente produtores de culturas alimentares e de rendimento, animados, uma vez que a previsão era de boa colheita nos próximos dias. Porém, para Amisse Mataganha, a precipitação que se fez sentir no mês de Fevereiro provocou dolorosas marcas na sua vida.

Mataganha, de 52 anos de idade, viu a sua pequena habitação de construção precária desabar e a machamba inundada devido às chuvas, deixando-o e à sua família à beira do desespero. O que já era difícil para o agricultor piorou drasticamente nos últimos meses. Com um agregado familiar constituído por 10 pessoas por sustentar, passou a viver na insegurança alimentar, na incerteza do que há-de comer no dia seguinte. A horta, na qual produzia amendoim e mandioca, era o único meio de sobrevivência. "A chuva tirou-me tudo o que tinha, a casa e o meu sustento", desabafa.



Presentemente, Amisse, a sua esposa e os seus oito filhos vivem num sofrimento difícil de calcular no bairro de Naherenque, na zona de Monapo-rio, no município de Monapo. Eles moram numa cabana construída de capim. A casa, diga-se de passagem, só ganha essa designação por se tratar de um local onde se escondem do olhar alheio. No interior da habitação, as condições são débeis, porém, o drama é não ter o que comer no almoço e no jantar.

Amisse e a sua família sobrevivem à base do que conseguem obter, de vez em quando, na pequena machamba que se encontra no quintal da sua casa. Ele não sabe quando a situação vai mudar, até porque, até agora, não teve nenhuma ajuda para recomeçar a sua vida. O único apoio que recebeu, depois da desgraça que se abateu so-



bre si foram 25 metros de oleado para a cobertura da sua modesta habitação. O amparo, que não provocou efeitos significativos, veio da parte da edilidade local.

À semelhança de Amisse, centenas de municípios vivem num mar de incertezas na vila municipal de Monapo, na província de Nampula. Com uma população estimada em 129.149 habitantes, a maior parte dela (cerca de dois terços) dedica-se à actividade agrícola, até porque o solo (o município tem uma área de 223 km²) oferece condições para a prática de agricultura. Também se verifica a apostar noutras actividades, como é o caso do comércio informal. Porém, actualmente Monapo é apenas uma autarquia abandonada à sua própria sorte que se debate com dificuldades a todos os níveis. A população queixa-se de falta de transporte, água potável, acesso à saúde, energia eléctrica, dificuldades na comercialização dos produtos agrícolas e degradação das vias de acesso.

Fome e agricultura

A actividade predominante no município é a agricultura de subsistência. Dentro as culturas, destacam-se o milho, a mandioca, a castanha de caju, a mapira e o feijão, cujos níveis de produção tendem a apresentar-se promissores. Ao contrário do milho e da castanha de caju que têm vindo a sofrer uma queda substancial, sobretudo devido ao abandono de alguns produtores, a mapira, o feijão e a mandioca constituem uma das principais culturas de rendimento. Diga-se, em abono da verdade, que a falta de mercado continua a ser a principal dor de cabeça dos agricultores. Aliadas a essa situação, estão as precárias condições em que se encontram as estradas.

Apesar das potencialidades que a vila de Monapo apresenta, já começam a registar-se algumas bolsas de fome. Nos bairros periféricos, dezenas de familiares somente com um golpe de sorte poderão sobreviver à privação de alimentos, que começa a castigar os moradores que presentemente procuram alternativas para ganhar o sustento diário no comércio informal.

Falta de água e emprego

O acesso ao precioso líquido ainda é um problema sério, apesar de a população já não percorrer longas distâncias. Segundo as autoridades municipais, actualmente a cobertura quanto ao fornecimento de água potável ronda nos 55 por cento. Foi aberto um furo com um sistema de pequeno porte para o abastecimento de água aos bairros de Topelane, 28 de Setembro e Muaria. O município conta com poucos fontenários, razão pela qual é comum ver dezenas de pessoas com recipiente nas mãos à procura de água para o consumo.



Apesar de a cada ano haver melhorias no fornecimento de água, todos os dias, sobretudo

A CONTECEU

A verdade em cada palavra.

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

SMS: 90440 WhatsApp: 84 399 8634

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique



durante as manhãs e no fim da tarde, a imagem continua a mesma. Nas ruas da autarquia é possível ver homens, mulheres e crianças a circularem com diversos recipientes à procura de água potável. É, na verdade, um martírio que perdura há vários anos. Mas, de acordo com a edilidade, o cenário tem vindo a mudar de forma paulatina. Antigamente, a situação era caótica. Quase diariamente havia relatos de ataques de crocodilos aos municíipes que se faziam ao rio Monapo em busca do precioso líquido.



Ao nível do distrito, verifica-se que na sua maioria a população é abastecida por furos e poços artesianos e cerca de 18 porcento recorrem aos rios e lagos. No entanto, ao contrário de água potável cujo acesso tem vindo a aumentar, o mesmo não pode se dizer relativamente à oportunidades de emprego. Os municíipes, principalmente os jovens, continuam a desesperar.

Américo Chunze, de 28 anos de idade, afirma que, apesar de Monapo ser a vila sede do distrito com o mesmo nome e dispor de condições favoráveis para o crescimento económico local, não lhe é dada a devida atenção. "Temos fábricas que poderiam empregar muita gente, mas encontram-se quase todas paralisadas. Não há investimentos, que poderiam permitir desenvolver mais o município, uma vez que tem condições para isso", diz e acrescenta que as autoridades locais não estão preocupadas em proporcionar boa qualidade de vida à comunidade, razão pela qual o índice de desemprego tende a subir.

Para fazer face à situação, as autoridades locais fazem apologia ao empreendedorismo, incentivando os jovens a apostarem no associativismo

de modo a beneficiarem do famoso Fundo de Iniciativas Locais, vulgarmente conhecido por "sete milhões".

Rede eléctrica, lixo e estradas

A expansão da rede eléctrica no município de Monapo ainda acontece de forma tímida. Quase metade dos municíipes não tem electricidade nas suas respectivas casas. Os que dispõem dela, esta não chega nas condições desejáveis. No entanto, têm sido levadas a cabo actividades de renovação da linha ou a substituição dos cabos eléctricos de modo que a energia abranja a todos.

De forma gradual, assiste-se à expansão da rede eléctrica para diversas zonas rurais da área municipal de Monapo, como é o caso de Napacala. "A qualidade de energia eléctrica ainda não é das melhores, mas acreditamos que, num futuro próximo, os municíipes passarão a ter corrente de boa qualidade, além de uma cobertura mais abrangente", afirma João Luís, presidente de Conselho Municipal da vila de Monapo.

O saneamento do meio também preocupa a edilidade e os municíipes de Monapo. O lixo, principalmente resultante do comércio informal, tem vindo a tomar de assalto a autarquia, pondo a olho nu a ineficiência das autoridades municipais locais. Embora o município conte com um carro basculante e um tractor, o processo de recolha de resíduos sólidos ainda é problemático.

A construção desordenada de habitações também é uma das preocupações. Apesar de a edilidade dispor de um projecto de estrutura urbana, nota-se que ainda não existe um plano de ordenamento eficaz dos bairros, razão pela qual se assiste a um índice crescente de construção anárquica de moradias. Algumas vias de acesso ainda não foram asfaltadas, e outras continuam esburacadas e de terra batida.

Criminalidade

No município Monapo vive a maior parte da população do distrito, porém, a questão da criminalidade é quase inexistente. Os casos mais comuns nas comunidades estão relacionados com a violência doméstica, furtos e agressão física.



Breve historial do distrito de Monapo

O distrito de Monapo foi buscar o nome a um dos rios que o atravessa. Devido ao tamanho do seu caudal, nos tempos idos atraiu diversas companhias agrícolas e industriais. Porém, actualmente, a situação mudou, ou seja, grande parte dos projectos implantados deixou de existir. Os primeiros habitantes da sede foram as populações de Nareva, Mossuril e contratados oriundos de outros países e colónias portuguesas para trabalhar nas companhias que se dedicavam à produção de sisal.

A primeira administração foi construída em Malutine, e as primeiras escolas erguidas em Monapo-sede atendiam apenas os filhos de assimilados e trabalhadores da Companhia de Caju. Os proprietários dos primeiros estabelecimentos comerciais eram de nacionalidade indiana. Em 1914 foi construída a linha férrea para Lumbo e, no posto administrativo de Itoculo, os portugueses, na sua maioria atraídos pelas condições favoráveis do solo, construíram a primeira pista de aterragem de avionetas.

Monapo em números

População: 129.149 habitantes

Acesso a água potável: 55 porcento

Água canalizada: 24 porcento

Electricidade: 12 porcento

Escolas: 16

Unidades sanitárias: 12

Gado bovino: + 337

Receita anual: 34 milhões de meticais



Transporte público e acesso à saúde

O transporte público ainda é insignificante em Monapo. A título de exemplo, os municíipes que se queiram deslocar de/para Monapo-rio têm de esperar os chapas que fazem a ligação entre a Ilha de Moçambique e o Monapo. E nem sempre tem havido carros. Como alternativa, os moradores recorrem às moto-taxis. O único autocarro de que o município dispõe garante o transporte de estudantes da vila para a zona de Carapira, que dista oito quilómetros, e vice-versa.

O acesso à saúde ainda é uma preocupação, apesar de o distrito contar com 12 unidades sanitárias. Presentemente, o desafio é melhorar o atendimento e aumentar o serviço, de modo a incrementar o acesso da população aos serviços básicos de saúde, que neste momento se configura insuficiente. A malária e as doenças diarreicas têm sido as principais causas de internamento.

ALERTAR

A verdade em cada palavra.

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

• SMS: 90440

• WhatsApp: 84 399 8634

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique

Cidadania

  **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

CIDADÃO Arlindo REPORTA:

Incrível. A Organização Nacional dos Professores (ONP) coligada ao Ministério de Educação no ideário de conter a insatisfação dos professores. Simplesmente caricato e absurdo. Que negociações? Nenhuma que se saiba ou serão secretas? É tempo de reflectir e agir. A onp não deve ser o tampão mas voz.

 **Marcião Julio** Se a ONP foi fundada pelo governo.

Dificilmente vai apoiar os professores **Gosto** • 2 • 16/5 às 21:25

 **Stelio Chau** A ONP precisa de trabalhar fora dos gabinetes e fazer se sentir durante o ano e não apenas no dia 12 de Outubro pelas mensagens cansadas! **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:54

 **Marcião Julio** Claro nem, + aki em Moz quanto + trabalhas menor e o vencimento. • 17/5 às 23:29

 **Lobo Mau Mau** Nao nos surpreende, contudo oki temos de fazer pela frente, oh carissimos clgas prof.s, é "transformar a realidade injustamente vivida porki tudo ki se fez ate hoje ao foi interpreta-la" (MARX), enquanto na verdade tudo ja xta dito e sabido qto a ONP. **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:20

 **Nelson Bernardo** A ONP so eh mais uma celula da frelimo na educacao, a mae de todas. Os professores nao devem aceitar isso! • Sábado às 14:30

 **Lobo Mau Mau** Proponho a CRIACAO DE UMA "ordem dos professores", com accoes dinamicas, constitucionais, imparciais e concretas em prol da salvaguarda das condicoes materiais (salario, habitacao, nr d alunos pr sala, etc) tecnico-profissionais da class (formacao, etc) • 17/5 às 8:22

 **Zefas Kwossa** os professores é que são os verdadeiros culpados. eles murram de fora, ficam no silencio. Façam o que os medicos estao a fazer. k tedio, pensar que pensar diferente é da oposicao. • 17/5 às 7:33

 **Filodio Conrado** Mais uma vez na vida deu pa enteder k os moçambicanos nao sao unidos, nao sei se é medo d serem curificados d depois da manifestacao e mais. A uniao faz a forxa ja k tava dito devia haver manifestacao. Eu nao fui trabalhar, colegas 9% é pouco isso é ser cumplixé d mais. **Gosto** • Responder • 17/5 às 5:17

 **Mateus Navaia** Para mim não faz sentido k na função publica as tabelas salariais com o mesmo nível, alguns recebem salarios bem gordos do k outros! Afinal será há sectores mais importantes do

Marcião Julio Se a ONP foi fundada pelo governo.

Dificilmente vai apoiar os professores **Gosto** • 2 • 16/5 às 21:25

Stelio Chau A ONP precisa de trabalhar fora dos gabinetes e fazer se sentir durante o ano e não apenas no dia 12 de Outubro pelas mensagens cansadas! **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:54

Marcião Julio Claro nem, + aki em Moz quanto + trabalhas menor e o vencimento. • 17/5 às 23:29

Lobo Mau Mau Nao nos surpreende, contudo oki temos de fazer pela frente, oh carissimos clgas prof.s, é "transformar a realidade injustamente vivida porki tudo ki se fez ate hoje ao foi interpreta-la" (MARX), enquanto na verdade tudo ja xta dito e sabido qto a ONP. **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:20

Nelson Bernardo A ONP so eh mais uma celula da frelimo na educacao, a mae de todas. Os professores nao devem aceitar isso! • Sábado às 14:30

Lobo Mau Mau Proponho a CRIACAO DE UMA "ordem dos professores", com accoes dinamicas, constitucionais, imparciais e concretas em prol da salvaguarda das condicoes materiais (salario, habitacao, nr d alunos pr sala, etc) tecnico-profissionais da class (formacao, etc) • 17/5 às 8:22

Zefas Kwossa os professores é que são os verdadeiros culpados. eles murram de fora, ficam no silencio. Façam o que os medicos estao a fazer. k tedio, pensar que pensar diferente é da oposicao. • 17/5 às 7:33

Filodio Conrado Mais uma vez na vida deu pa enteder k os moçambicanos nao sao unidos, nao sei se é medo d serem curificados d depois da manifestacao e mais. A uniao faz a forxa ja k tava dito devia haver manifestacao. Eu nao fui trabalhar, colegas 9% é pouco isso é ser cumplixé d mais. **Gosto** • Responder • 17/5 às 5:17

Mateus Navaia Para mim não faz sentido k na função publica as tabelas salariais com o mesmo nível, alguns recebem salarios bem gordos do k outros! Afinal será há sectores mais importantes do

Marcião Julio Se a ONP foi fundada pelo governo.

Dificilmente vai apoiar os professores **Gosto** • 2 • 16/5 às 21:25

Stelio Chau A ONP precisa de trabalhar fora dos gabinetes e fazer se sentir durante o ano e não apenas no dia 12 de Outubro pelas mensagens cansadas! **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:54

Marcião Julio Claro nem, + aki em Moz quanto + trabalhas menor e o vencimento. • 17/5 às 23:29

Lobo Mau Mau Nao nos surpreende, contudo oki temos de fazer pela frente, oh carissimos clgas prof.s, é "transformar a realidade injustamente vivida porki tudo ki se fez ate hoje ao foi interpreta-la" (MARX), enquanto na verdade tudo ja xta dito e sabido qto a ONP. **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:20

Nelson Bernardo A ONP so eh mais uma celula da frelimo na educacao, a mae de todas. Os professores nao devem aceitar isso! • Sábado às 14:30

Lobo Mau Mau Proponho a CRIACAO DE UMA "ordem dos professores", com accoes dinamicas, constitucionais, imparciais e concretas em prol da salvaguarda das condicoes materiais (salario, habitacao, nr d alunos pr sala, etc) tecnico-profissionais da class (formacao, etc) • 17/5 às 8:22

Zefas Kwossa os professores é que são os verdadeiros culpados. eles murram de fora, ficam no silencio. Façam o que os medicos estao a fazer. k tedio, pensar que pensar diferente é da oposicao. • 17/5 às 7:33

Filodio Conrado Mais uma vez na vida deu pa enteder k os moçambicanos nao sao unidos, nao sei se é medo d serem curificados d depois da manifestacao e mais. A uniao faz a forxa ja k tava dito devia haver manifestacao. Eu nao fui trabalhar, colegas 9% é pouco isso é ser cumplixé d mais. **Gosto** • Responder • 17/5 às 5:17

Mateus Navaia Para mim não faz sentido k na função publica as tabelas salariais com o mesmo nível, alguns recebem salarios bem gordos do k outros! Afinal será há sectores mais importantes do

Marcião Julio Se a ONP foi fundada pelo governo.

Dificilmente vai apoiar os professores **Gosto** • 2 • 16/5 às 21:25

Stelio Chau A ONP precisa de trabalhar fora dos gabinetes e fazer se sentir durante o ano e não apenas no dia 12 de Outubro pelas mensagens cansadas! **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:54

Marcião Julio Claro nem, + aki em Moz quanto + trabalhas menor e o vencimento. • 17/5 às 23:29

Lobo Mau Mau Nao nos surpreende, contudo oki temos de fazer pela frente, oh carissimos clgas prof.s, é "transformar a realidade injustamente vivida porki tudo ki se fez ate hoje ao foi interpreta-la" (MARX), enquanto na verdade tudo ja xta dito e sabido qto a ONP. **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:20

Nelson Bernardo A ONP so eh mais uma celula da frelimo na educacao, a mae de todas. Os professores nao devem aceitar isso! • Sábado às 14:30

Lobo Mau Mau Proponho a CRIACAO DE UMA "ordem dos professores", com accoes dinamicas, constitucionais, imparciais e concretas em prol da salvaguarda das condicoes materiais (salario, habitacao, nr d alunos pr sala, etc) tecnico-profissionais da class (formacao, etc) • 17/5 às 8:22

Zefas Kwossa os professores é que são os verdadeiros culpados. eles murram de fora, ficam no silencio. Façam o que os medicos estao a fazer. k tedio, pensar que pensar diferente é da oposicao. • 17/5 às 7:33

Filodio Conrado Mais uma vez na vida deu pa enteder k os moçambicanos nao sao unidos, nao sei se é medo d serem curificados d depois da manifestacao e mais. A uniao faz a forxa ja k tava dito devia haver manifestacao. Eu nao fui trabalhar, colegas 9% é pouco isso é ser cumplixé d mais. **Gosto** • Responder • 17/5 às 5:17

Mateus Navaia Para mim não faz sentido k na função publica as tabelas salariais com o mesmo nível, alguns recebem salarios bem gordos do k outros! Afinal será há sectores mais importantes do

Marcião Julio Se a ONP foi fundada pelo governo.

Dificilmente vai apoiar os professores **Gosto** • 2 • 16/5 às 21:25

Stelio Chau A ONP precisa de trabalhar fora dos gabinetes e fazer se sentir durante o ano e não apenas no dia 12 de Outubro pelas mensagens cansadas! **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:54

Marcião Julio Claro nem, + aki em Moz quanto + trabalhas menor e o vencimento. • 17/5 às 23:29

Lobo Mau Mau Nao nos surpreende, contudo oki temos de fazer pela frente, oh carissimos clgas prof.s, é "transformar a realidade injustamente vivida porki tudo ki se fez ate hoje ao foi interpreta-la" (MARX), enquanto na verdade tudo ja xta dito e sabido qto a ONP. **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:20

Nelson Bernardo A ONP so eh mais uma celula da frelimo na educacao, a mae de todas. Os professores nao devem aceitar isso! • Sábado às 14:30

Lobo Mau Mau Proponho a CRIACAO DE UMA "ordem dos professores", com accoes dinamicas, constitucionais, imparciais e concretas em prol da salvaguarda das condicoes materiais (salario, habitacao, nr d alunos pr sala, etc) tecnico-profissionais da class (formacao, etc) • 17/5 às 8:22

Zefas Kwossa os professores é que são os verdadeiros culpados. eles murram de fora, ficam no silencio. Façam o que os medicos estao a fazer. k tedio, pensar que pensar diferente é da oposicao. • 17/5 às 7:33

Filodio Conrado Mais uma vez na vida deu pa enteder k os moçambicanos nao sao unidos, nao sei se é medo d serem curificados d depois da manifestacao e mais. A uniao faz a forxa ja k tava dito devia haver manifestacao. Eu nao fui trabalhar, colegas 9% é pouco isso é ser cumplixé d mais. **Gosto** • Responder • 17/5 às 5:17

Mateus Navaia Para mim não faz sentido k na função publica as tabelas salariais com o mesmo nível, alguns recebem salarios bem gordos do k outros! Afinal será há sectores mais importantes do

Marcião Julio Se a ONP foi fundada pelo governo.

Dificilmente vai apoiar os professores **Gosto** • 2 • 16/5 às 21:25

Stelio Chau A ONP precisa de trabalhar fora dos gabinetes e fazer se sentir durante o ano e não apenas no dia 12 de Outubro pelas mensagens cansadas! **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:54

Marcião Julio Claro nem, + aki em Moz quanto + trabalhas menor e o vencimento. • 17/5 às 23:29

Lobo Mau Mau Nao nos surpreende, contudo oki temos de fazer pela frente, oh carissimos clgas prof.s, é "transformar a realidade injustamente vivida porki tudo ki se fez ate hoje ao foi interpreta-la" (MARX), enquanto na verdade tudo ja xta dito e sabido qto a ONP. **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:20

Nelson Bernardo A ONP so eh mais uma celula da frelimo na educacao, a mae de todas. Os professores nao devem aceitar isso! • Sábado às 14:30

Lobo Mau Mau Proponho a CRIACAO DE UMA "ordem dos professores", com accoes dinamicas, constitucionais, imparciais e concretas em prol da salvaguarda das condicoes materiais (salario, habitacao, nr d alunos pr sala, etc) tecnico-profissionais da class (formacao, etc) • 17/5 às 8:22

Zefas Kwossa os professores é que são os verdadeiros culpados. eles murram de fora, ficam no silencio. Façam o que os medicos estao a fazer. k tedio, pensar que pensar diferente é da oposicao. • 17/5 às 7:33

Filodio Conrado Mais uma vez na vida deu pa enteder k os moçambicanos nao sao unidos, nao sei se é medo d serem curificados d depois da manifestacao e mais. A uniao faz a forxa ja k tava dito devia haver manifestacao. Eu nao fui trabalhar, colegas 9% é pouco isso é ser cumplixé d mais. **Gosto** • Responder • 17/5 às 5:17

Mateus Navaia Para mim não faz sentido k na função publica as tabelas salariais com o mesmo nível, alguns recebem salarios bem gordos do k outros! Afinal será há sectores mais importantes do

Marcião Julio Se a ONP foi fundada pelo governo.

Dificilmente vai apoiar os professores **Gosto** • 2 • 16/5 às 21:25

Stelio Chau A ONP precisa de trabalhar fora dos gabinetes e fazer se sentir durante o ano e não apenas no dia 12 de Outubro pelas mensagens cansadas! **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:54

Marcião Julio Claro nem, + aki em Moz quanto + trabalhas menor e o vencimento. • 17/5 às 23:29

Lobo Mau Mau Nao nos surpreende, contudo oki temos de fazer pela frente, oh carissimos clgas prof.s, é "transformar a realidade injustamente vivida porki tudo ki se fez ate hoje ao foi interpreta-la" (MARX), enquanto na verdade tudo ja xta dito e sabido qto a ONP. **Gosto** • 1 • 17/5 às 0:20

Nelson Bernardo A ONP so eh mais uma celula da frelimo na educacao, a mae de todas. Os professores nao devem aceitar isso! • Sábado às 14:30

Lobo Mau Mau Proponho a CRIACAO DE UMA "ordem dos professores", com accoes dinamicas, constitucionais, imparciais e concretas em prol da salvaguarda das condicoes materiais (salario, habitacao, nr d alunos pr sala, etc) tecnico-profissionais da class (formacao, etc) • 17/5 às 8:22

Zefas Kwossa os professores é que são os verdadeiros culpados. eles murram de fora, ficam no silencio. Façam o que os medicos estao a fazer. k tedio, pensar que pensar diferente é da oposicao. • 17/5 às 7:33

Filodio Conrado Mais uma vez na vida deu pa enteder k os moçambicanos nao sao unidos, nao sei se é medo d serem curificados d depois da manifestacao e mais. A uniao faz a forxa ja k tava dito devia haver manifestacao. Eu nao fui trabalhar, colegas 9% é pouco isso é ser cumplixé d mais. **Gosto** • Responder • 17/5 às 5:17

Mateus Navaia Para mim não faz sentido k na função publica as tabelas salariais com o mesmo nível, alguns recebem salarios bem gordos do k outros! Afinal será há sectores mais importantes do

Marcião Julio Se a ONP foi fundada pelo governo.

Dificilmente vai apoiar os professores **Gosto** •

Selo d'@Verdade

Os Contornos da Greve do Pessoal de Saúde: Análise de um Técnico de Saúde

Associação Médica de Moçambique (AMM)

É conhecido o poder de persuasão da AMM, onde despontam os médicos da nova geração, pouco alinhados com o sistema e excluídos do pacote de incentivos que o Ministério da Saúde negocou com os seus parceiros para os médicos especialistas. Não importam os nomes que se queira dar ao seu respectivo presidente, Dr. Jorge Arroz, visto por muitos como um corajoso e herói, embora seja considerado agitador da classe por alguns governantes; ele que, aliás, como fez lembrar S.Excia o ministro da Saúde, Dr. Alexandre Manguele, abandonou o Estado à procura de melhores condições de vida e vem agitar os outros.

Mas é aqui onde o Dr. Arroz ganha heroicidade, porque luta por uma causa da classe e não por um problema pessoal, ele que se fosse igual a muitos dos nossos dirigentes actuais, que pensam mais pelo umbigo, poderia simplesmente deixar os seus pares à sua sorte. Não podendo todos os médicos moçambicanos ter a sorte que ele teve, de encontrar um emprego que melhor o remunera, decidiu abraçar a causa de todos. Todos os Heróis Nacionais o são pelos mesmos motivos: lutaram pela causa das maiorias oprimidas pelas minorias detentoras de poder e privilégios exclusivos.

Associação Nacional dos Enfermeiros de Moçambique (ANEMO)

A ANEMO, a maior associação profissional na área da Saúde em Moçambique, é vista como bestial e besta, conforme o interesse do observador. Bestial para o Governo, porque ao não aderir à greve previne um escândalo sem precedentes no SNS. Bestial ainda para a maioria da população porque mostra maturidade ao privilegiar o diálogo para a solução dos problemas da classe e, por extensão, de todos os profissionais da Saúde, garantindo, deste modo, a continuidade da prestação dos cuidados sanitários à população.

Mas a maioria dos profissionais da Saúde considera a ANEMO como uma besta, sobretudo a sua direcção, porque assume uma posição que não foi decidida pelos seus associados. É estranho que até os jornalistas mais célebres da nossa praça nunca tenham questionado à Direcção da ANEMO quando é que já reuniu os seus associados e, se privilegia o diálogo e a negociação nas suas reivindicações, onde está a cópia do documento que submeteu ao Governo, que aspectos concretos reivindica e quais são as suas propostas enquanto parceiro do Governo nesse processo de negociação.

Quando é que as representações da ANEMO nas províncias e distritos auscultaram os seus associados, para levarem os seus posicionamentos à Direcção Nacional da ANEMO? Afinal, esta, a quem representa? Ao Ministério da Saúde nas unidades sanitárias, ou aos enfermeiros no Ministério da Saúde? Sabemos que em Janeiro último a AMM convocou uma reunião extraordinária para discutir o salário e o Estatuto do Médico, onde foi tomada, por unanimidade, a decisão de ir à greve.

O mesmo não se pode dizer da ANEMO sobre a decisão de não ir à greve, esta decisão foi tomada somente pela Direcção e pode não reflectir a vontade da maioria dos enfermeiros.

Sobre a Associação dos Técnicos de Laboratório de Análises Clínicas (ATLAC) e dos Técnicos de Farmácia, pouco tenho a dizer, até

porque são recentes e dificilmente poderiam tomar uma decisão contrária à da ANEMO, mais robusta, mais extensiva e com maior poder de influenciar os "decision makers". Escusado seria dizer, por experiência própria, que muitos dos técnicos de outras áreas clínicas foram antes enfermeiros e a sua ligação umbilical à ANEMO é muito forte.

Comissão dos Profissionais de Saúde Unidos

Se a ANEMO conseguiu "engolir" as outras associações pequenas dentro do Serviço Nacional de Saúde (SNS), certamente a AMM conseguiu ganhar um aliado que robustece as suas pretensões, até porque em muitas unidades sanitárias de nível primário a falta de um médico nunca foi sentida (por nunca ter existido). Provavelmente, esta comissão é composta por outros profissionais da Saúde fora dos enfermeiros, técnicos de laboratório e de farmácia. Pode-se destacar os agentes e técnicos de medicina geral, de radiologia, de fisioterapia, de odontoestomatologia, de medicina preventiva, de oftalmologia, de acção social, de psiquiatria e saúde mental, de administração hospitalar, de administração pública, motoristas, serventes, etc.

Numa coisa o MISAU tem razão: esta comissão não existe legalmente, não se conhece o seu objecto, nem os seus membros, por isso não pode aparecer a defender alguém que não lhe tenha dado mandato. Eu pessoalmente nunca tinha ouvido falar deste órgão antes, com ele não me identifico (ainda) e nunca fui consultado para emitir a minha opinião sobre as suas pretensões, por isso difficilmente poderei obedecer ao seu comando.

Mas fica um aviso a quem de direito: o descontentamento no seio do SNS é geral e já não pode ser camouflado com discursos de juraamento de servir o povo porque todos os demais profissionais e dirigentes juram o mesmo e nunca disseram publicamente que para levarem avante a sua missão precisariam de andar de helicópteros ou mercedes, alienar mansões, exportar ilegalmente madeira, negociar 5% em todos os investimentos estrangeiros, comprar casas pessoais com milhões e milhões do erário, entre outras coisas. Exigir um salário justo é exigir a observância de um direito constitucional e estatutariamente consagrado, ou não teríamos todos o direito de ser ricos, como frisa o magistrado número um da nação, cuja fonte de riqueza de um funcionário honesto é o salário.

Governo de Moçambique

Temos ouvido repetidamente, sobretudo através do porta-voz da FRELIMO, o camarada Damião José, que o Governo é pelo diálogo. Estranhamente, o mesmo Governo não conversa com os "madjermanes", tão-pouco com os desmobilizados. Agora é com os funcionários públicos que não dialoga. O MISAU e S. Excia o Ministro da Saúde parecem navegar sozinhos contra a maré do Governo, que é de ignorar as reivindicações dos médicos, dos profissionais da Saúde e de todos os funcionários do Estado.

A arrogância atingiu tal ponto, que o Governo não cumpre com o que promete. Sabe-se que, antes da greve de Janeiro, o Governo propôs um salário base de 20.000,00 Meticais, contra os 25.000,00 Mt propostos pela AMM, mas enquanto decorriam as negociações, eis que o mesmo Governo apresenta uma proposta de 18.000,00 MT, bem abaixo da proposta inicial. Quando se espera-

va pela "revolução salarial" depois da concertação social, eis que o Governo aparece com um aumento de 15%, o que equivale a dizer que o salário base actual de 15.278,00 Mt para o médico passa para 17.569,70 Mt, mais uma vez abaixo da proposta de 18.000,00 MT que levou os médicos a irem à greve em Janeiro último. Um Governo sério, que respeita os seus servidores, não deveria agir assim.

Outra constatação importante é que no SNS existem outras especialidades clínicas com nível académico de licenciatura, os denominados Técnicos Superiores de Saúde N1, cujo salário base actual é de 14.355,00 MT, vai sofrer um reajuste de 9%, passando para 15.646,95 MT. Mesmo admitindo que o médico e os demais técnicos superiores de Saúde N1 beneficiam dos mesmos subsídios quando em iguais circunstâncias e locais de trabalho, sabe-se que o bónus especial do médico é de 75%, contra 60% dos demais técnicos superiores N1. Esta situação coloca um fosso salarial cada vez maior entre os médicos e outros licenciados dentro do SNS, agravando o descontentamento que se tenta, a todo o custo, amenizar.

Perante estes factos, o que se pode esperar do SNS e da Função Pública, no geral?

Não se pode esperar outra coisa senão um descontentamento generalizado e atitudes discriminatórias dentro do SNS entre os médicos e outros profissionais da Saúde; o que em Janeiro era apenas greve dos médicos hoje virou greve de todo o pessoal da Saúde. Os médicos e outros profissionais da Saúde vão continuar a pedir licenças ilimitadas, à procura de melhores remunerações nas ONG's, agravando cada vez mais o crónico problema de insuficiência de pessoal nas unidades sanitárias. Não admira que os casos de cobranças ilícitas, de desvio de medicamentos e de fundos continuem a crescer, justificadas pela necessidade de aceder ao nível de vida que o salário não pode proporcionar.

Ao nível da Função Pública, no geral, se não podemos prever mais greves, pelo menos podemos continuar a assistir à letargia que se vive nas instituições do Estado, com fugas frequentes de quadros qualificados.

Sabe-se que o país ainda não pode pagar salários fabulosos, mas essa dificuldade deveria ser sentida por todos, como acontecia no tempo de Samora Machel. Mas enquanto aquele que só pega num processo preparado pelos outros, e julga, receber o triplo daquele que cura vidas; enquanto aquele que só profere discursos, receber dez vezes mais do que aquele que garante a ordem, segurança e tranquilidade públicas; enquanto aquele que só se senta atrás dum grande secretário, à espera de colectar o imposto dos que realmente trabalham, receber cinco vezes mais do que aquele que tem a missão de difundir e perpetuar o conhecimento às crianças moçambicanas, muitas vezes debaixo de uma árvore, exposto ao vento, ao sol e à chuva, a Administração Pública continuará doente.

Vamos todos partilhar dificuldades, ou tenhamos todos as mesmas regalias. Que os salários base de cada nível académico sejam iguais, diferindo apenas nos subsídios de cada sector específico de actividades. A isso se chama equidade e justiça social, princípios plasmados na nossa "Lei Mãe", a Constituição da República de Moçambique.

Mahadulane

ALER TAR
A verdade em cada palavra.

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

✉ SMS: 90440

✉ WhatsApp: 84 399 8634

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

Os cornos de rinoceronte valem o seu peso em ouro no Vietname

À primeira vista, o cartaz parece ser a típica publicidade de um safari: um grande rinoceronte em num terreno aberto e escarpado. Mas, olhando mais de perto, vê-se algo estranho.

Texto: Marwaan Macan-Markar/IPS • Foto: Taslima Akhter

Produzidos em conjunto pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e pela também ambientalista organização Traffic, estes cartazes aparecerão em breve em lugares públicos em importantes cidades vietnamitas, entre elas Hanói, a capital, e Ho Chi Minh. Prédios de escritórios e de apartamentos e também aeroportos servirão de cenário para a campanha, que procura acabar com o comércio ilegal e internacional de cornos de rinoceronte, que colocam estes animais à beira da extinção.

Os especialistas afirmam que não há lugar melhor do que esta nação do sudeste asiático, com 87 milhões de habitantes, para levar a outros países esta dura mensagem. Organizações internacionais que controlam o comércio ilegal de biodiversidade acusam há tempos o Vietname pelo drástico aumento da demanda de cornos de rinocerontes africanos. Cerca de 290 dos 20 mil rinocerontes que restam na África do Sul foram mortos para retirada dos cornos desde o começo deste ano, segundo conservacionistas preocupados por tal prática voltar a atingir a cifra recorde de 668 rinocerontes mortos por caçadores ilegais em 2012.

“Estamos perante uma crise de caça ilegal de rinocerontes”, disse à IPS o veterinário britânico Mark Jones, director da Humane Society International, com sede em Londres. Nos últimos tempos, o Vietname converteu-se no principal mercado para os cornos destes animais, destacou. O aumento da demanda esteve pautado por uma crença popular que se aprofundou nos últimos cinco anos, de que os cornos de rinoceronte têm propriedades medicinais especiais, que incluem a capacidade de curar cancro, ressacas e actuar como afrodisíaco.

Naomi Doak, coordenadora do Programa do Grande Mekong na organização Traffic, disse que o desenho do cartaz da nova campanha foi criado depois de os especialistas terem dado conta de que “uma grande proporção do público vietnamita” não está consciente de que os cornos de rinoceronte, uma massa de cabelo aglutinado, são compostos por queratina, a mesma substância básica que forma as unhas das pessoas. Doak espera que trazer à luz este facto faça as pessoas “pensarem duas vezes antes de consumirem cornos de rinoceronte”. De todo modo, levar para casa esta mensagem será uma tarefa “prolongada e difícil”, admitiu a activista à IPS. “Por haver poucas sanções e consequências, as pessoas não se preocupam realmente com o impacto que



tem o consumo desses chifres, seja nos animais, seja nas pessoas”, ressaltou. Para compreender a que as organizações ambientalistas se opõem, basta percorrer a famosa parte antiga de Hanói, um colorido emaranhado de 36 ruas onde há séculos se vende artesanato e produtos locais. Aqui, comerciantes especializados em medicina tradicional chinesa atraem dezenas de clientes que procuram remédios feitos com partes de animais selvagens, o que inclui o corno de rinoceronte.

No seu documentário mais recente, Bad Medicine - Illegal Trade in Rhinoceros Horns (Má Medicina: o Comércio Ilegal de Cornos de Rinocerontes), o cineasta e conservacionista Karl Ammann traça as rotas dos traficantes ilegais, desde os cenários naturais africanos até as ruas do Vietname, onde esses elementos “também são um símbolo de status”, afirmou.

Isto explica porque o ouro, antes presente favorito entre a classe em expansão de cidadãos ricos neste país, foi destronado pelos cornos de rinoceronte, que actualmente chegam a custar 65 mil dólares o quilo. Isto é “mais do que ouro, grama por grama”, explicou o veterinário Jones. Embora o peso dos cornos varie, apenas um pode ser vendido por até 150 mil dólares.

A previsão é de que a pressão sobre o Vietname para que reduza a demanda de cornos ilegais de rinoceronte aumentará, após as resoluções aprovadas na reunião realizada entre 3 e 14 de Março nesta cidade, pela Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Silvestres (Cites). Apesar da linguagem dura empregada no encontro, no qual participaram 178 países-membros, não se conseguiu impor sanções ao Vietname.

O Governo desse país nega inconsistentemente as acusações de que seja um mercado importante neste comércio mundial. Frequentemente, aponta o dedo acusador para o seu poderoso vizinho do norte, a China, que também está sob observação por estimular o comércio ilegal de biodiversidade, particularmente de partes de tigres. Mas os activistas têm provas, e não pensam em ficar calados.

Do Quang Tung, vice-director dos escritórios vietnamitas da Cites e que presidiu a delegação do seu país a Banguecoque, disse no final de Março a um jornal do seu país: “Desde 2004 até agora, foram presos 13 indivíduos envolvidos no tráfico de rinocerontes, com um total de 150 quilos de cornos destes animais. Dois destes casos ocorreram no começo de 2013”. “No comércio ilegal de cornos de rinoceronte participam grupos criminosos altamente organizados, de grande mobilidade e com bom financiamento, integrado principalmente por cidadãos asiáticos radicados em África”, revelou no começo deste ano um informe divulgado pela Traffic e pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

“Estas redes recrutam pseudocajadores, entre os quais cidadãos vietnamitas, prostitutas tailandesas e caçadores da República Checa e da Polónia, para obter cornos de rinocerontes na África do Sul”, afirma o estudo. “A pseudocajação diminui significativamente devido à decisão de Abril de 2012, de impedir que cidadãos vietnamitas obtenham licença de caça e mudanças nas leis sul-africanas”, acrescenta o informe. Outro motivo de vergonha para o Vietname tem a ver com os escândalos envolvendo os seus diplomatas na missão sul-africana, que foram acusados de contrabando de cornos de rinoceronte em 2006 e 2008. Quando confrontado com estes incidentes na reunião da Cites em Banguecoque, um funcionário do Governo afirmou que esses diplomatas foram “punidos” pelas suas acções.

Há grande esperança de que a campanha com os cartazes cumpra o papel de educar o público e acabar com o comércio. Mas frear a crescente demanda exigirá mais do que duas organizações de defesa dos direitos dos animais. Nguyen Thuy Quynh, do WWF Vietname, disse à IPS: “Procuramos apoio e cooperação de muitas empresas, celebridades, universidades, organizações internacionais e meios de comunicação, todos os que têm voz activa na hora de chegar à comunidade e nela influir”.

Governo angolano ameaça encerrar jornal e rádio desalinados

O Governo angolano ameaça suspender dois órgãos de comunicação social desalinados por, alegadamente, apelarem à desordem pública. Os visados são a Rádio Despertar e o semanário Folha 8.

Texto: jornal Público

A intenção consta de um comunicado divulgado na quarta-feira da semana passada em que o Ministério da Comunicação Social “insta” a Rádio Despertar e o semanário Folha 8 a corrigirem a sua conduta. A Rádio Despertar está ligada ao principal partido da oposição, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). O Folha 8 é dirigido por William Tonet, jornalista, advogado e militante da Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), uma força política criada em 2012. Os dois órgãos de comunicação são acusados pelo ministério de apelarem à desordem pública e à sublevação e de ofensas e calúnias contra instituições do Estado e titulares de

órgãos de soberania - segundo a leitura do comunicado feita pela agência noticiosa oficial, a Angop. O ministério avisa que se a decisão não for acatada, poderão ser tomadas medidas administrativas que “podem culminar na suspensão temporária das emissões da Despertar, até decisão definitiva dos órgãos judiciais”. O mesmo se aplica, segundo a Angop, ao Folha 8.

Numa entrevista à Radio France International, William Tonet considerou a ameaça de suspensão um “comportamento anormal de quem não sabe conviver com a democracia”. Afirma que o comunicado não explica como apelou o jornal à desobediência e questiona se dizer que a dívida pública angolana foi mal negociada com o Governo russo ou falar da necessidade de acabar com o fosso entre muito ricos e milhões de pobres é “incitar à violência”. A tomada de posição do Governo visou, disse, “os dois únicos órgãos que ainda não foram comprados”. O jornalista afirmou que o semanário que dirige “não é ligado à oposição, é ligado à democracia, à liberdade de imprensa e à liberdade de expressão”. “Ninguém da oposição põe um tostão na Folha 8.”

A Rádio Despertar e o Folha 8 têm um histórico de problemas com o poder político angolano. O conteúdo da programação da emissora foi no passado contestado pelo Governo do Presidente José

Eduardo dos Santos. Um jornalista foi morto em 2010 em circunstâncias nunca esclarecidas. William Tonet já esteve detido e foi condenado por difamação, num caso de denúncias de enriquecimento ilícito de generais. Em 2012, os computadores do jornal que dirige foram confiscados pela Polícia. Defensor, como advogado, de jovens que protagonizaram diversas ações de contestação ao regime, nos dois últimos anos, afirma na entrevista à RFI que se considera um “alvo a abater”. “Sinto-me perseguido e pronto a receber uma bala”, declarou também.

Tragédia expõe debilidade das trabalhadoras têxteis no Bangladesh

Até há um mês, a jovem Shapla era apenas mais uma empregada de uma fábrica da localidade de Savar, nos arredores da capital de Bangladesh.

Texto: Suvendrini Kakuchi/IPS • Foto: Taslima Akhter



Actualmente, é uma sobrevivente com incapacidade de um dos piores acidentes da indústria têxtil deste país. A queda do grande Rana Plaza, um prédio com cinco fábricas, enterrou, no dia 24 de Abril, uma enorme quantidade de trabalhadoras e trabalhadores sob um bloco de betão e vidro. Havia quase mil mortes registadas, mas as buscas nos escombros prosseguiram.

“Fico preocupada com o futuro”, declarou Shapla, de 18 anos. Um sentimento compartilhado por centenas de mulheres que, como ela, perderam algum membro naquele dia fatídico. Esta jovem mãe recupera num

hospital de Daca da amputação das suas mãos. É considerada uma das “felizardas” por sobreviver à queda, mas ela recusa-se a ver um lado bom da tragédia, pois agora, seguramente, estará impedida de encontrar trabalho.

As mulheres, que constituem 80% da força de trabalho da pujante indústria do vestuário deste país, foram as mais afectadas pela tragédia. Também representam 80% das pessoas que morreram ou ficaram feridas no desastre. “Elas têm uma forte desvantagem social e económica”, apontou Mashud Khatun Shefali, fundadora e directora do Nari Uddung Kendra (Centro de Iniciativas de Mulheres).

Publicidade

Ideias Iluminadas Merecem sério investimento

REAJA AGORA COM REACT MOÇAMBIQUE!

Você precisa de investimento para estimular o seu negócio?

Seu negócio pode:

- Aumentar a produtividade rural e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas dos pequenos agricultores?
- Aumentar resiliência e valores dentro das cadeias de valor da pecuária inclusive em comunidades pastorais e situadas em terras áridas?
- Gerir ecossistemas frágeis a fim de conservá-los e gerar renda (e.g. turismo ou pesca sustentável)?
- Proporcionar acesso aos mercados para produtos artesanais e serviços que provém de regiões áridas ou semi-áridas e outras regiões ecologicamente vulneráveis?
- Transformar a gestão de recursos hídricos, especialmente em regiões áridas (e.g. irrigação, sistemas de colheita de água)?

Então reaja agora com REACT MOÇAMBIQUE!

Saiba mais ou inscreva-se para concorrer:

www.aecfafrica.org/react/

Inscrições encerram-se no dia 31 de Maio 2013

Esta organização, que se dedica a defender melhores condições de trabalho, ajuda as sobreviventes a superar o trauma do acidente, explicou Shefali. Algumas “ficaram tão mal que dizem que jamais voltarão a trabalhar numa fábrica. Elas precisam de reabilitação física e psicológica de longo prazo, e que as suas famílias e a sociedade as aceitem como pessoas com incapacidades”, destacou. Bangladesh, onde a pobreza afecta 49% dos seus 150 milhões de habitantes, desempenha há uma década um papel crucial no comércio internacional, ao oferecer uma vasta mão-de-obra barata. A indústria têxtil local é a terceira maior do mundo, a seguir à China e ao Vietname, com 20 biliões de dólares por ano, que representam 80% da entrada de divisas estrangeiras no país. Grandes firmas do Ocidente ou de ricos países asiáticos, como Japão e Coreia do Sul, começaram a mudar os seus centros de produção para Bangladesh quando os velhos pólos produtivos, como a Tailândia, aumentaram os salários. Companhias como Gap, Primark, HMV, Walmart, Sears e American Apparel produzem aqui roupa barata em massa, que depois é vendida aos países importadores.

Mais de cinco mil fábricas, com 3,5 milhões de trabalhadores que ocupam totalmente altos prédios em Daca e arredores, funcionam de forma ininterrupta. O quadro das empresas, das grandes e das pequenas, é principalmente de mulheres jovens de zonas rurais que emigram para a cidade esperando obter a capacitação à qual não têm acesso nas regiões agrícolas. Na cidade costumam morar juntas em lugares pequenos e dividir os sanitários e os alimentos.

Analfabetas e sem formação, as trabalhadoras têxteis têm poucos meios para conseguir uma renda estável. A sua vulnerabilidade converte-as em presas fáceis dos empresários, os quais argumentam que, para continuarem “competitivos” no mercado mundial, devem gastar o menos possível com mão-de-obra.

Shefali contou que as jovens costumam começar como aprendizes e não recebem um salário, mas um pagamento que pode ser de apenas um dólar ao mês. Com o tempo passam a operar máquinas mais complexas e a ganhar um salário regular, disse a activista. A maioria das mulheres costura, lava e empacota a roupa pelo equivalente a 30 ou 40 dólares, despendendo no trabalho uma média de dez horas por jornada os sete dias da semana. Já os homens costumam ocupar cargos mais altos, como controlo de qualidade ou gerência.

O sector do vestuário é o que oferece maior número de emprego e proporciona um salário a milhares de mulheres. Entretanto, nos últimos tempos, uma série de tragédias expõe as duras condições de trabalho no sector. Em Novembro morreram cerca de cem trabalhadoras no incêndio da fábrica Tazreen Fashion, nos arredores de Daca. As sobreviventes denunciaram que os gerentes trancaram-nas quando tentaram escapar do fogo.

No acidente de 24 de Abril, os responsáveis pela fábrica ameaçaram demitir as empregadas que não se apresentassem na fábrica, apesar da advertência sobre a segurança do prédio de oito andares, que tinha autorização de construção para apenas cinco. Uma semana antes da tragédia, começaram a aparecer grandes rachas nos tectos e os engenheiros alertaram que a queda era inevitável. A negligência em matéria de segurança no trabalho é uma das muitas violações de direitos que sofrem as empregadas das fábricas. Às vezes, devem cumprir um turno de 14 horas para produzir uma partida que gerará um rápido benefício aos proprietários. Alguns activistas dizem que, num país muçulmano com altos índices de pobreza, a indústria têxtil oferece às mulheres uma oportunidade para sair das suas casas e melhorar o seu status, pois passam de trabalhadoras do lar para provedoras da família.

A professora Sharmin Huq, aposentada da Universidade de Daca e especialista em limitações físicas, teme que a discriminação social torne mais complicada a vida das mulheres.

Também disse à IPS que as generosas doações que chegam de países como Alemanha e Estados Unidos para ajudar os sobreviventes devem ser canalizados para “a grande quantidade de trabalhadoras afectadas e ajudá-las a recomeçarem as suas vidas”.

O capitalismo selvagem

Zahangir Kabir, proprietário da Rahman Apparels, com sede em Daca, reconhece que as condições de trabalho do sector têxtil são muito duras, mas argumentou que os empregadores são submetidos a “uma forte pressão”, e afirmou que pequenas companhias, como a sua, têm a obrigação de cumprir altos padrões comerciais e assumir perdas enormes.

Kabir tem duas fábricas, uma que costura e outra que lava jeans.

O seu quadro de funcionários com 500 pessoas, na maioria mulheres, produz jaquetas e calças vendidas nos mercados europeus e norte-americanos. Mas os rígidos padrões de qualidade e prazos impostos pelas matrizes do Ocidente são difíceis de serem cumpridos em Bangladesh.

“Agitações políticas imprevistas e regulares cortes de electricidade impedem o cumprimento dos prazos e a entrega de produtos baratos”, explicou Kabir. Os fornecedores de Bangladesh trabalham por uma prometida substancial renda, mas também enfrentam grandes riscos no “selvagem mercado capitalista”, afirmou.

Arbitragem: Persistem os problemas em Nampula

A Comissão Provincial de Árbitros de Futebol (COPAF), a nível da província de Nampula, entrou na presente época desportiva com um novo elenco, constituído maioritariamente por antigos árbitros de futebol. Aliás, os novos timoneiros da arbitragem em Nampula que, como se diz nos "corredores" desportivos, assumiram o comando desta agremiação por forte imposição dos associados após a saída de Alfredo Chirindza e Asselam Kham no passado mês de Outubro, assumem que têm pela frente uma responsabilidade muita dura. É em torno deste assunto que nesta semana o @Verdade conversou com André Janna, recém-empossado presidente desta agremiação que, durante a entrevista, deu a conhecer as razões de fundo que fazem com que esta região do país tenha muitos problemas relacionados com os juízes, que muitas vezes culminam em actos de violência e de puro vandalismo.

Texto & Foto: Júlio Paulino

@Verdade - Qual é o estágio actual da arbitragem em Nampula?

Andre Janna - A arbitragem a nível da nossa província não está tal como se previa que fosse. Ou seja, ela não está bem e continuam os mesmos problemas que forçaram a renúncia do elenco anterior.

@V - Significa então que esses problemas são crónicos?

AJ - Crónicos não diria. Todavia é preciso ressalvar que os problemas não se resolvem colocando o cargo à disposição. Quando há problemas não se pode fugir e muito menos distanciar-mo-nos deles; devemos, sim, procurar soluções, razão pela qual aceitei a presidência da COPAF.

@V - E quais são esses problemas que afectam a arbitragem em Nampula?

AJ - Há que destacar, em primeiro lugar, que em Nampula há falta de cultura desportiva por parte dos adeptos de algumas equipas, sobretudo as que se encontram localizadas nos distritos costeiros. Para este grupo, em qualquer falha no jogo, mesmo tratando-se de omissões técnicas, as culpas recaem imediatamente sobre os árbitros, que são acusados de ser subornados por uma determinada equipa. É por este motivo que assistimos, no ano passado, à invasão constante dos campos por parte do público e o cometimento de actos de puro vandalismo contra os árbitros.

Por outro lado, na minha óptica, persiste a deficiência no funcionamento da máquina da justiça, pois é ela que devia punir de forma exemplar os infractores de modo a desencorajar esses actos.

Em terceiro, temos o fraco policiamento e protecção dos nossos



árbitros, devido ao reduzido efectivo policial que se faz aos campos de futebol.

@V - Qual é o procedimento que se segue para as deslocações dos árbitros em Nampula?

AJ - Este é um outro calcanhar de Aquiles que nos deixa sem sono. Infelizmente, o nosso organismo não tem orçamento próprio. Diria, até, que a nossa associação é um caso excepcional a nível do país. Procurámos, no máximo, escalar os árbitros nos jogos perto das suas zonas residenciais mas, como isto não é possível, toda a logística da arbitragem é suportada pela equipa da casa ou a que recebe o jogo, cujos pagamentos são dependentes das receitas de jogo.

@V - Todos os clubes conseguem arcar com essas despesas?

AJ - Existem clubes que não reúnem o mínimo de condições para que possam alojar os árbitros em pensões e hotéis, daí eles serem obrigados, em último caso, a ficarem em casa de familiares, ou deles, ou dos dirigentes dos clubes, para além de tomarem refeições nas residências dos sócios.

@V - Isto não atropela a verdade desportiva?

AJ - Pode. Mas os árbitros são suficientemente profissionais para não se deixarem levar por este cenário que nos envergonha.

@V - E não será isto que faz com que os adeptos duvidem dos árbitros em Nampula?

AJ - Obviamente, porque eles desconhecem este cenário, e interpretam-no mal, como se de uma situação de suborno se tratasse. É preciso acreditar no profissionalismo da nossa arbitragem. Queria também falar das precárias condições em que os árbitros viajam aos distritos, como, por exemplo, aos de Moma e Angoche, onde os meios de transportes vulgo "chapa cem" são raros, obrigando a que os árbitros viajem "pendurados" em camiões.

@V - Há alguma solução à vista?

AJ - Eu reconheço que o país seja pobre e carente a vários níveis. Mas também penso que se nós quisermos melhorar o nosso desporto a nível da província de Nampula, temos também de melhorar as condições dos árbitros. Numa outra vertente, de modo a acabar com algumas suspeções, avançámos com uma proposta aos clubes para que, aquele que acolher um determinado jogo proceda, dias antes, com um depósito para as despesas inerentes à logística dos árbitros. Nós, como direcção, apenas fámos dar o devido destino aos fundos.

Firmámos, também, um acordo de cooperação com a Associação Provincial de Futebol, que passará a alocar um fundo anual de 20 mil meticais para custear as nossas despesas, o que já é muito bom, sendo a primeira vez na história que isto acontece.

@V - Sobre a iniciativa de os clubes passarem a depositar a taxa de arbitragem nas contas da COPAF, qual foi a resposta obtida?

AJ - A iniciativa não foi acatada, ou seja, nada mudou. A nossa sorte é que neste ano ainda não registámos queixas dos adeptos, por este cenário de os árbitros andarem a reboque dos clubes.

@V - Quanto ganha um árbitro por um jogo?

AJ - Não posso revelar. Mas, por exemplo, por cada jogo, um árbitro recebe um valor estimado em 300 meticais para custear a deslocação, enquanto a equipa anfitriã é responsável pela alimentação e o alojamento.

@V - A província de Nampula tem quantos árbitros?

AJ - Se até ao ano passado nós tínhamos um défice enorme no que diz respeito ao número, em que de um total de 45 árbitros necessários estavam inscritos apenas 30, dos quais 20 eram principais e 10 assistentes, neste ano conseguimos superar a marca, tendo um total de 50 árbitros, dos quais sete são de nível nacional e uma assistente que foi promovida à categoria internacional.

@V - A COPAF tem escritórios próprios?

AJ - Este é um outro problema. Infelizmente, a COPAF não dispõe de escritórios próprios e trabalha a reboque da Associação Provincial de Futebol de Nampula. Foram eles que nos cederam o pequeno escritório no qual só cabem os nossos papéis.

@V - E como é que adquirem o material desportivo?

AJ - Debatemos-nos, ainda, com o valor elevado do equipamento desportivo que chega a custar cerca de 2000 meticais. É muito para nós. Mas, graças ao apoio de algumas individualidades e do próprio sector privado, temos, a passo de cama-leão, conseguido adquirir o material.



Seja um Cidadão e Reporte a Verdade

SMS: 90440

WhatsApp: 84 399 8634

@Verdade
www.verdade.co.mz
O Jornal mais lido em Moçambique.

Moçambique: Liderança em mãos “incertas”

Disputou-se, no passado fim-de-semana (18 e 19), a nona jornada do Campeonato Nacional de Futebol, o Moçambique, edição 2013. O destaque foi para o HCB de Songo que, depois de perder a liderança na ronda anterior, reassumiu o comando da prova ao empatar diante do Chingale de Tete. O Matchedje de Maputo, na cauda da tabela classificativa, conquistou mais um ponto.

Texto: David Nhassengo • Foto: Miguel Manguezé

Está renhida a luta pela liderança do Moçambique, edição 2013, em que, volvidas nove jornadas, três equipas estão igualadas no topo da tabela classificativa com 15 pontos cada. Trata-se do HCB de Songo, do sensacional Desportivo de Nacala e do campeão nacional em título, o Maxaquene.

Já na zona abaixo da linha de água, o Matchedje de Maputo, último classificado, reduziu para três pontos a diferença com o Estrela Vermelha da Beira, 13º lugar e para quatro com o Ferroviário de Nampula, 12º, o que, de certa forma, torna também interessante a luta pela manutenção. Um dado curioso é que equipa que está a um posto acima da despromoção, ou seja, na décima primeira posição, como é o caso do Têxtil de Punguè, tem menos quatro pontos do que o pelotão de comando.

Matchedje e Vilankulo FC “vulgarizam” o futebol

O Matchedje de Maputo e o Vilankulo FC protagonizaram, no sábado (18), um arranque de jornada muito fraco ao empatarem sem abertura de contagem no campo do Machava. Durante os noventa minutos, as duas equipas não foram capazes de justificar que estão em alta competição, oferecendo ao público uma partida de futebol bastante fraca em termos de ocasiões de golo.

Aliás, quer os “militares” da capital, quer os “marlins” de Inhames, conseguiram disfarçar a necessidade de pontuar para fugir da zona crítica, a que os remete aos respectivos campeonatos provinciais. Por incrível que pareça, e, apesar do ligeiro equilíbrio entre as partes, os primeiros quarenta e cinco minutos terminaram sem lances de perigo dignos de registo, para a desilusão completa da massa associativa afecta às duas equipas.

No reatamento, o Matchedje de Maputo entrou disposto a contrariar o ritmo da primeira parte, encostando o Vilankulo FC no seu terreno recuado. Transcorridos 61 minutos, Eka, o goleador ao serviço da equipa “militar”, após um lance de belíssima criação individual, desferiu um remate perigoso com o esférico a ir parar nas malhas laterais do guarda-redes Martinho.

Os visitantes não responderam e a cada distração da sua defensiva viam Eka, ainda que sem arte, tentar o golo. Mas, já no período de compensação, quando os centrais do Vilankulo FC se preocupavam com a defesa zona de modo a não permitir a invasão do adversário na sua grande área, o extremo “militar” Bila, pela esquerda, driblou dois adversários que teve na frente mas atrapalhou-se no cruzamento conseguindo, porém, desferir um remate por cima da baliza.

Já perto do apito final, a vez foi de Eka entrar em cena para “testar” a vigilância de Martinho. Neste lance, o ponta de



lança rematou de fora da grande área obrigando o guarda-redes a esticar-se e a usar a ponta dos dedos para evitar o golo certo do Matchedje. Com o nulo a prevalecer, o árbitro Aureliano Mabote deu por encerrada a partida.

Campeão nacional tropeça em Chibuto

No domingo (19), o Maxaquene foi a Chibuto com o objectivo de conquistar os três pontos e manter a sua posição de líder, visto que à entrada da nona jornada assumia isolado o comando da prova. Contudo debalde. Encontrou um Clube de Chibuto disposto a contrariar, com Johane na frente de ataque que não deu tréguas aos defesas tricolores.

Todavia, numa partida bastante equilibrada e, acima de tudo emotiva, os campeões nacionais em título foram os primeiros a dar indicações de quererem marcar, ao minuto 37, quando Isac, aproveitando-se da distração dos centrais adversários, no meio da rua, fez um “chapéu” ao guarda-redes do Chibuto com o esférico a ganhar velocidade, passando ao lado da baliza.

A resposta ao lance, por parte da equipa da casa, surgiu cinco minutos mais tarde quando Johane, em tarde inspirada, recebeu a bola no centro e iniciou uma jogada individual de ataque, fugindo para o lado esquerdo da grande área onde, numa posição quase impossível, rematou para defesa espectacular de Acácio.

Na segunda parte, a equipa do Chibuto mudou completamente de estratégia e passou a jogar somente ao erro do adversário. Porém, foi graças a um lance de bola parada cobrado por Johane que chegou ao golo, a doze minutos do fim do encontro.

Este resultado, diga-se, em abono da verdade, foi muito bem aproveitado pelo HCB de Songo que recebeu, também

no domingo em casa, o Chingale em derby da província de Tete. Os visitantes abriram o marcador por intermédio de Rogério na cobrança de uma grande penalidade, transcorridos 45 minutos da primeira parte mas, logo a seguir, ou seja, no primeiro minuto de compensação, consentiram um golo assinado por Jacob.

Na segunda parte, apesar do ligeiro equilíbrio com que prosseguiu a partida, as duas equipas não foram capazes de montar estratégias suficientes para chegarem ao golo, mantendo a igualdade no marcador até ao apito final do árbitro.

Desportivo de Nacala no assalto ao pódio

O estreante no Moçambique, Desportivo de Nacala, comprovou a sua alcunha de equipa sensação da competição ao derrotar, no seu reduto, o também novato Estrela Vermelha da Beira, por 2 a 0. Os golos surgiram somente na segunda parte e tiveram as assinaturas de Coutinho, ao minuto 60, na transformação de uma grande penalidade, e de Gito, dois minutos mais tarde, num remate de fora da grande área.

Com a vitória, o Desportivo de Nacala ascendeu à segunda posição do campeonato, com quinze pontos, igualando o líder HCB e o campeão nacional em título, o Maxaquene, ainda que este último se encontre no terceiro lugar.

Quadro de resultados

9ª Jornada

Fer. da Beira	2	x	2	Fer. de Nampula
Têxtil de Punguè	0	x	1	Fer. Maputo
Clube de Chibuto	1	x	0	Maxaquene
HCB de Songo	1	x	1	Chingale de Tete
Matchedje	0	x	0	Vilankulo FC
Desp. de Nacala	2	x	0	Estrela Vermelha
*Costa do Sol	-	x	-	Liga Muçulmana

*Adiado

PRÓXIMA JORNADA

Fer. de Nampula	x	Costa do Sol
Fer. Maputo	x	Fer. da Beira
Maxaquene	x	Têxtil de Punguè
Chingale de Tete	x	Clube de Chibuto
Vilankulo FC	x	HCB de Songo
Estrela Vermelha	x	Matchedje
Liga Muçulmana	x	Desportivo de Nacala

L	Clubes	J	V	E	D	GM	GS	DG	P
1º	HCB de Songo	9	4	3	2	11	7	4	15
2º	Desp. Nacala	9	4	3	2	6	3	3	15
3º	Maxaquene	8	5	0	3	8	6	2	15
4º	Clube de Chibuto	9	4	2	3	10	12	-2	14
5º	Liga Muçulmana	6	4	1	1	11	3	8	13
6º	Costa do Sol	8	3	3	2	9	6	3	12
7º	Fer. da Beira	9	3	3	3	11	10	1	12
8º	Fer. Maputo	9	3	3	3	7	7	0	12
9º	Chingale de Tete	9	3	3	3	6	6	0	12
10º	Vilankulo FC	8	3	2	3	3	5	-2	11
11º	Têxtil de Punguè	9	3	2	4	6	10	-4	11
12º	Fer. de Nampula	9	2	3	4	7	10	-3	9
13º	Estrela Vermelha	9	2	2	5	5	9	-4	8
14º	Matchedje	9	1	2	6	4	10	-6	5

Atletismo: Creve Machava “brilha” mas o Núcleo de Bagamoio termina no topo

O Núcleo Atlético de Bagamoio conquistou, no passado fim-de-semana (18 e 19), em equipas, o Campeonato de Atletismo da Cidade de Maputo no escalão de juvenis masculinos. Em femininos, o troféu foi para o Clube Ferroviário de Maputo enquanto, a nível individual, o destaque foi para os atletas Creve Machava e Belmira Uqueio que ganharam medalhas de ouro em todas as provas que estiveram inseridos.

Texto: David Nhassengo • Foto: Miguel Manguezze

A Associação de Atletismo da Cidade de Maputo organizou, nas pistas do Estádio Nacional do Zimpeto, provas de juvenis em ambos os sexos que congregaram, em dois dias, atletas de doze clubes da capital do país. No que diz respeito à classificação geral, em masculinos, o Núcleo Atlético de Bagamoio surpreendeu a todos ao terminar no topo da tabela, com um total de 127 pontos, mais 14 do que o seu principal seguidor, o favorito e tradicional Clube Ferroviário de Maputo.

O pódio ficou completo com a presença da Universidade A Politécnica que conquistou um total de 83 pontos no fim da competição. A Universidade Pedagógica, o Clube Ferroviário das Mahotas e o Clube dos Desportos Matchedje de Maputo ocuparam as restantes posições com 52, 37 e 36 pontos, respectivamente.

Em femininos, o Ferroviário de Maputo voltou a patentear a sua supremacia no atletismo ao terminar na primeira posição, com 120 pontos, contra 106 do Núcleo Atlético de Bagamoio na segunda, cabendo à Universidade A Politécnica o terceiro lugar, com 92 pontos.

Na quarta posição ficou o Clube Ferroviário das Mahotas, com um total de 40 pontos, 15 couberam à Universidade Pedagógica na quinta e apenas 13 ao Clube Desportivo Ajovo no sexto e último lugar da tabela classificativa final. De referir que este último clube



é do distrito da Moamba, província de Maputo, e participa na edição 2013 do Campeonato de Atletismo da Cidade de Maputo na qualidade de convidado.

Creve Machava domina em provas individuais

Se a nível colectivo as provas de juvenis masculinos foram dominadas pelo Núcleo Atlético de Bagamoio, individualmente, também em masculinos, um nome retumbou: o de Creve Machava. A jovem promessa do atletismo moçambicano que recentemente arrecadou uma medalha no primeiro Campeonato Africano de Atletismo em juvenis, garantindo, por outro lado, a presença de Moçambique pela primeira vez no Campeonato Mundial do escalão, conquistou um total de quatro medalhas de ouro, em igual número de provas que participou.

O atleta do Ferroviário de Maputo sagrou-se vencedor nos 110 metros barreiras, com o tempo de 14 segundos e oito centésimos; nos 100 metros com 11 segundos e três centésimos; nos 400 metros barreiras com 58 segundos e três centésimos; e nos 200 metros com 22 segundos e um centésimo.

O pódio nas quatro corridas ficou concluído com as presenças de Bedardino Comé do Bagamoio e Milton Tamele do Matchedje (110 metros barreiras); de Dinis Mavie do Matchedje e Salomão Zandamelha do Bagamoio (100 metros); de Leonardo Wate da A Politécnica e mais uma vez de Bedardino Comé (400 metros barreiras); e, por fim, de Dinis Mavie e Salomão Zandamelha (200 metros).

Ainda em masculinos, os atletas da Universidade Pedagógica, Elídio Machava, com o tempo de 50 segundos e sete centésimos, e Donaldo Machava do Ferroviário das Mahotas, com nove minutos, 32 segundos e um centésimo, dominaram as provas dos 400 e 3000 metros, respectivamente. Elídio Machava conquistou também uma medalha de ouro nos 800 metros.

Em femininos, o destaque foi para a atleta do Ferroviário de Maputo, Belmira Uqueio, que arrecadou medalhas de ouro nos 100 e nos 400 metros, com os tempos de 13 segundos e sete centésimos, e 64 segundos e 6 centésimos, respectivamente.

Já Alexandrina David, do Núcleo de Bagamoio, com 18 segundos e cinco centésimos, dominou a prova dos 100 metros barreiras, enquanto Leonor Ndimande, com um tempo de dois minutos, 20 segundos e quatro centésimos, venceu nos 800 metros.

As outras vencedoras das provas juvenis de atletismo do Campeonato da Cidade de Maputo foram a Aida Mondlane nos 400 metros barreiras; Virgínia Chichava do Núcleo do Parque dos Continuadores nos 200 metros rasos e Zeferina Marinho, com o ouro nos 1500 metros.

De referir que entre os dias 01 e 02 de Junho, também no Estádio Nacional do Zimpeto, vão decorrer as provas do escalão de juniores em ambos os sexos.

Publicidade

**NOVA 2M TXÔTI
SHOT
DE FRESCURA**

A 2M TXÔTI É A IRMÃ MAIS NOVA DA 2M. É MAIS PEQUENA, VIVA E LEVE E FICA GELADA ATÉ AO FIM. PEDE UMA 2M TXÔTI E REFRESCA OS TEUS BONS MOMENTOS COM UM SHOT DE FRESCURA.

2M REFRESCA À NOSSA MANEIRA

SEJA RESPONSÁVEL, BEBA COM MODERAÇÃO.

MotoGP: Pedrosa vence corrida cheia de drama em Le Mans

Dani Pedrosa tornou-se o primeiro piloto este ano a vencer duas corridas de MotoGP, depois de ter partido da sexta posição da grelha em condições mistas de Le Mans. Ele lidera agora o campeonato à frente do companheiro de equipa na Repsol Honda Team, Marc Márquez, que lutou para recuperar posições e terminar no pódio atrás do britânico Cal Crutchlow, depois de uma má partida.

Texto: Redacção/ Agências • Foto: MotoGP.com

Sexto da grelha de partida após uma má qualificação, Dani Pedrosa (Repsol Honda) brilhou sob as condições muito difíceis que se fizeram sentir no passado domingo (19) em Le Mans para assinar a segunda vitória da época (segunda consecutiva) e assumir a liderança da classificação geral. Recuperando até à terceira posição na largada feita em pista molhada, o catalão cedo se colocou na ilharga de Andrea Dovizioso (Ducati), que saltou do terceiro posto da grelha para a primeira posição.

Os dois pilotos mantiveram-se juntos e chegaram a trocar de posições algumas vezes até à 14ª volta, altura

em que Pedrosa começou a garantir uma boa margem na dianteira para nunca mais a perder. Com a pista a seca gradualmente Dovizioso passou então a ter de se ver com Cal Crutchlow (Monster Yamaha Tech3), que acabou por se impor para garantir o melhor resultado da carreira com o segundo posto e dar um pódio em casa à equipa de Hervé Poncharal.

Vindo da pole, Marc Márquez (Repsol Honda) fez uma má partida dando por si no nono lugar ao cabo da primeira volta. O estreante e então ainda líder da classificação cometeu muitos erros nos momentos iniciais da prova, a primeira disputada na pista molha-

da desde que entrou para a categoria rainha. Contudo, Márquez foi progredindo e melhorando de forma gradual para acabar mesmo por ascender ao mais baixo do pódio, o que o deixou a seis pontos de distância de Pedrosa no Campeonato.

Privado de um primeiro pódio com a Ducati, Dovizioso logrou terminar em quarto após uma brilhante prestação, enquanto o companheiro de equipa Nicky Hayden (Ducati) ficou logo atrás, seguido de Álvaro Bautista (GO&FUN Honda Gresini) e de Jorge Lorenzo (Yamaha Factory Racing), que teve uma jornada para esquecer. Depois de ser batido por Pedrosa na



partida, o campeão em título acabou por ver passar por si o companheiro de equipa Valentino Rossi (Yamaha Factory Racing), Cal Crutchlow e Nicky Hayden até à nona volta. Contudo, Lorenzo acabou por terminar em sétimo fruto do azar de outros, mas não deixou de assinar o pior resultado desde a época de estreia na categoria de MotoGP (2008).

Um dos azarados foi precisamente Rossi, que foi ao chão na 18ª volta, mesmo antes de Stefan Bradl (LCR Honda). O italiano teve de se contentar com o 12º posto final, atrás de Andrea Iannone (Energy T.I. Pramac Racing), do germânico, que foi décimo, de Bradley Smith (Monster Yamaha Tech3) de Michele Pirro (Ignite Pramac Racing).

Randy de Puniet (Power Electronics Aspar) também foi ao chão, na 16ª volta, enquanto o melhor piloto CRT foi o seu companheiro de equipa Aleix Espargaró, que viu a bandeira de xadrez em 13º.

Graças a esta segunda vitória, Pedrosa lidera o Campeonato do Mundo com mais seis pontos que Márquez e mais 17 que Lorenzo.

1ª Liga: Porto tricampeão português

Um triunfo por 2-0, em Paços de Ferreira, valeu ao FC Porto a conquista do seu terceiro campeonato português de futebol consecutivo, num dia em que Moreirense e Beira-Mar foram despromovidos. O Estoril está em festa.



Texto: Redacção/ Agências • Foto: LUSA

A equipa de Vítor Pereira sabia que uma vitória frente ao terceiro classificado seria sinônimo de festes, fruto do ponto de vantagem sobre o Benfica. O sucesso dos "dragões", que assim terminaram a Liga sem qualquer derrota pela segunda vez no seu historial, começou a ser construído com o golo do capitão Lucho González, aos 23 minutos, na conversão de uma grande penalidade que também ditou a expulsão do pacense Ricardo.

Jackson Martínez cimentou a condição de melhor marcador do campeonato com a obtenção do seu 26º golo da temporada, aos 52 minutos, mas a expulsão de Danilo, quatro minutos volvidos, por acumulação de cartões amarelos, ainda lançou alguma emoção na partida. Porém, os "azuis-e-brancos" não vacilaram e fizeram mesmo a festa do seu 27º título na Mata Real. Vítor Pereira disse: "Fizemos um jogo tranquilo, consistente. Neste momento o fundamental é agradecer a todos jogadores e aos nossos adeptos, que nunca nos abandonaram".

Ainda a recuperar da desilusão que constituiu a derrota na final da UEFA Europa League, o Benfica estava obrigado a vencer o Moreirense e esperar que o FC Porto não conseguisse bater o Paços de Ferreira. O conjunto de Jorge

Jesus foi, contudo, surpreendido pelo golo de Vinicius a dois minutos do intervalo. Os "encarnados" empataram aos 50 minutos, por intermédio de Óscar Cardozo, antes de Lima marcar o segundo golo, consumar a reviravolta (3-1) no marcador e ditar, ao mesmo tempo, a despromoção do adversário.

Já com o quarto posto confirmado antes da derradeira ronda, o SC Braga despediu-se com um triunfo por 1-0, golo apontado por Zé Luiz, no reduto do Vitória FC, formação que, ainda assim, garantiu a continuidade no escalão principal. Em festa está igualmente o Estoril-Praia, cuja vitória por 3-1 frente ao Gil Vicente confirmou o quinto lugar e o apuramento para a próxima edição da UEFA Europa League, na qual que será a primeira presença de sempre do clube numa prova europeia.

O Sporting Clube de Portugal terminou no sexto lugar depois de bater fora o "lanterna vermelha" Beira-Mar por 4-1, num desfecho que ditou a descida de divisão do emblema de Aveiro. Quem respirou de alívio foi o Olhãoense, a quem o nulo na recepção ao Marítimo acabou por ser suficiente para se manter na Liga. O Rio Ave venceu fora o Vitória SC, por 1-0, enquanto o Nacional recebeu e bateu a A. Académica de Coimbra, por 2-1.

Taça CAF: Liga Muçulmana goleada pelo TP Mazembe

A Liga Desportiva Muçulmana de Maputo perdeu, no passado domingo (19), diante do TP Mazembe da República Democrática do Congo, por 0 a 4, em confronto da primeira "mão" dos play-offs que dão acesso à fase de grupos da Taça CAF. O jogo teve como palco o Stade TP Mazembe em Lubumbashi.

Texto: Redacções

Está complicada a continuidade da Liga Muçulmana na segunda maior competição futebolística do continente africano a nível de clubes. Na primeira "mão" da última eliminatória de acesso à fase de grupos, os vencedores da Taça de Moçambique averbaram uma pesada derrota diante do TP Mazembe, por 0-4. O primeiro golo foi apontado à passagem do minuto 16, por intermédio de Richard Boateng, na sequência de um pontapé de canto em que o esférico sobrevoou a zona da grande área antes de ser desviada de cabeça pelo internacional ganês para o fundo das malhas.

A equipa comandada por Litos não se abalou e correu atrás do prejuízo, fazendo com que a partida prosseguisse equilibrada, ainda que com os donos da casa mais perigosos nas jogadas de ataque. Foi num lance similar ao do primeiro golo que a Liga Muçulmana sofreu o segundo, apontado, também de cabeça, por Given Sincaluma, ao minuto 34, encerrando as contas no marcador em dois a zero ao intervalo.

No reatamento, Litos operou mudanças na zona mais adiantada do terreno, inserindo Hélder Peleme no lugar de Sonito, com o propósito de dar maior dinâmica ao jogo ofensivo da sua equipa. Porém, foi o TP Mazembe que chegou mais uma vez ao golo, transcorridos 53 minutos, ou seja, no oitavo minuto da segunda parte com a assinatura de Mbuana Samatta. Neste lance, o esférico é rematado do meio da rua para a defesa incompleta do guarda-redes Nelinho, surgindo isolado o ponta de lança congolês para fazer o 3 a 0.

O quarto e último tento que acabou definitivamente com as aspirações dos moçambicanos que, apesar da larga desvantagem, lutavam também para modificar o marcador, despontou a dez minutos do apito final na cobrança de uma grande penalidade apontada por Natau Sincala.

Para o jogo da segunda "mão", agendado para o próximo fim-de-semana (01 e 02) no campo da Liga Muçulmana, na Matola, a equipa moçambicana precisa de marcar, sem sofrer, cinco golos, tarefa que se antevê difícil sobretudo quando se sabe, de antemão, que não poderá contar com o tecnicista Josimar castigado por acumulação de amarelos. Aliás, diga-se, em abono da verdade, que o TP Mazembe vem a Moçambique na sua máxima força e com o seu próprio público.

Arautos do Evangelho: Uma actuação além da música

Na última peregrinação à Paróquia da Namaacha, conhecemos um grupo de artistas que explora as artes – o teatro e a música, por exemplo – para, de forma lúdica, levar a juventude a Deus. Nasceram no Brasil, em 2001, estão espalhados por 78 nações, no nosso país o seu número não ultrapassa os 16 e vivem em comunidade no bairro de Nkobe. São jovens e chamam-se Arautos do Evangelho.

Texto & Foto: Inocêncio Albino

Quando observados por um descrente, amante das artes, a executarem instrumentos musicais como, por exemplo, a lira, o batuque, a flauta e o trompete – com alguma mestria – os Arautos do Evangelho não diferem de uma colectividade artística.

Vestem túnicas especiais que os distinguem dos demais crentes. Ainda que jovens, têm restrições que os tornam especiais quando comparadas com pessoas da sua idade: “praticam o celibato, e dedicam-se integralmente ao apostolado, vivendo em casas destinadas especificamente a rapazes ou a moças, os quais alternam a vida de recolhimento, estudo e oração com actividades de evangelização nas dioceses e paróquias, dando especial ênfase à formação da juventude”, explica-se na sua página oficial da Internet.

No ano da sua criação pelo brasileiro Monsenhor João Clá Dias, os Arautos do Evangelho foram aprovados pelo Papa João Paulo II e, em 2007, por Bento XVI.

“Temos como carisma evangelizar através do belo, levando as pessoas à adoração da Nossa Senhora de Fátima, à devoção da Eucaristia e ao Papa. Auxiliamos os jovens, sobretudo os que procuram um rumo na vida”, explica o arauto Alexandre Schurg.

A par dos 16, em Moçambique existe um grupo de 20 jovens em experiência vocacional. No entanto, o primeiro arauto moçambicano tornou-se diácono no dia 26 de Abril último.

Associando-se todos os critérios da Igreja Católica, os estudos filosóficos e teológicos (parte dos quais é ministrada em São Paulo, na Escola de Formação de Arautos) são indispensáveis para quem quiser tornar-se membro do grupo. “A Nossa Senhora de Fátima, quando apareceu em 1917, trouxe uma mensagem sobre os dias actuais que nós difundimos”.

Sobre a peregrinação à Paróquia da Namaacha, Alexandre Schurg um arauto brasileiro recém-chegado a Mo-



çambique, disse: “Estou maravilhado com o que vi. Todo o trabalho que se refere à devoção da Nossa Senhora de Fátima tem evoluído porque ela é uma mãe que conforta e auxilia quem experimenta dificuldades na vida”.

Era impossível não cantar – ou, no mínimo, murmurar para quem não conhece – aquelas canções, pois elas foram entoadas em línguas locais moçambicanas sob a produção sonora dos anunciantes do Evangelho, os arautos. “As nossas actividades decorrem nas paróquias, em procissões, nas escolas, incluindo outras partes das comunidades onde ministrámos cursos de teatro a fim de difundir a mensagem de Deus”.

Preocupados em introduzir instrumentos locais como, por exemplo, a Timbila, os arautos fazem um treinamento. As suas actuações, verdadeiros concertos, estão além disso. Constituem um momento de devoção a Deus.

Isto é



Inocêncio Albino
Inno.albino@gmail.com

Calo-me

O silêncio
pode ter vários significados
pode ser um enigma
indecifrável

Mas o silêncio é uma
ferramenta que preserva
a virtude das palavras

Então,
em relação a este assunto,
calo-me

As palavras (com a sua força)
têm a mania de pensar que
são rainhas
mandei-lhas à merda

Quero que elas sintam
o (sabor do) meu silêncio
para que percebam que se
eu me calar, posso ser muito
mais poderoso
e, se quisermos, muito mais
perverso
do que quando falo

Portanto, calo-me

Calo-me, sim
para que se perceba
o (valor do) meu silêncio

Calo-me para que se
mendigue
a minha opinião

Calo-me
para que se sinta a falta da
crítica
para que (finalmente)
se compreenda que o silêncio
é minha lavra
e que não vejo vaidade
nenhuma na palavra

O Silêncio (não precisa de
ser)
Escancarado
como Nogar (na sua poesia
romântica)
pensa

O silêncio é uma fala
é um grito
são palavras ditas sem
palavras

Calo-me sim
para que, em fim,
percebam que no silêncio
também (existo e) falo.

ALERAR
A verdade em cada palavra.

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade
SMS: 90440 WhatsApp: 84 399 8634

0 Jornal mais lido em Moçambique.

A capulana pode ser património da humanidade

A capulana que resguarda o rosto de Martinha Faztudo* – nesta foto captada no município de Namaacha, aquando da recente peregrinação – faz-se um advérbio, modificado o sentido do tema. Mas antes, em Impaputo, na província de Maputo, onde encontrámos as avós Gina e Fátima, apesar da vivacidade das cores que possui, essa vestimenta não suavizou a mágoa contida nos seus semblantes. Antes pelo contrário, piorou.

Texto: Inocêncio Albino

Foto: Benilde Matsinhe, Mercedes Sayagues e Inocêncio Albino

Nas fotografias de Mercedes Sayagues, também captadas em Namaacha, estas senhoras que – naquele domingo friorento de 12 de Abril – desafiaram a chuva e a cacimba para expressar a sua devoção a Deus gerou um espetro belo e contemplativo. No entanto, na vida de muitas moçambicanas, para não dizer de todas, a capulana é uma peça indispensável. Acompanha-as em quase todas as circunstâncias. Na vida e na morte.

No decurso dos tempos, ainda que pouco se tenha reflectido nisso, esta peça de vestuário – com um valor de múltiplos usos – cruzou gerações, gerou histórias, perpetuando-se no tempo. Em Moçambique, e se calhar em África, pela primeira vez neste ano, será realizado o Festival da Capulana, em Setembro. O evento será um tributo merecido a uma peça que (re)constrói o sentido da vida.

O Guinness Book, o livro de recordes para o qual o nosso país concorre com o signo capulana, exigiu ao Centro de Conhecimento e Desenvolvimento Samora Machel que realize o Festival da Capulana, na baía de Pemba, na província de Cabo Delgado, que o evento tenha no máximo 500 mulheres vestidas de tal peça de modo que seja incluída na publicação. No entanto, os moçambicanos, que têm uma relação familiar com o artigo, julgam a cifra diminuta: “Nós estamos a concorrer para entrar no Guinness Book com um máximo de 15 mil mulheres vestidas de capulana no respectivo festival. Esse é o nosso desafio”, comenta um dos organizadores do evento.

O entusiasmo em relação à capulana é tão grande de tal sorte que se pensa em submetê-la à Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura, UNESCO, para que seja elevada à categoria de património universal da humanidade.

De uma ou de outra forma, a história do primeiro Festival da Capulana pode ser narrada de outra forma.

Como surge a ideia

O Governo moçambicano, no âmbito da passagem dos 25 anos do acidente de Mbuzine (em que faleceu o primeiro Presidente de Moçambique) criou o Centro de Conhecimento e Desenvolvimento Samora Machel. No rol das suas acções, a organização tem a missão de realizar pesquisas, em diversos contextos, e disseminar essa informação.

Por diversas razões, uma das quais a afeição de Samora por ela, a capulana atrai as atenções da instituição.

“Mas como ela chegou a Moçambique? De qua modo foi recebida? Que futuro tem? Que histórias, relacionadas com a capulana, existem? Então, queremos desenvolver esta discussão, gerando um conhecimento que pode ser disseminado”, contextualiza Olívia Machel, a coordenadora do Festival Capulana.



Nesse sentido, Olívia Machel – que comunga com o exposto – afirma: “Entre os dias 27 e 29 de Setembro nós, os moçambicanos, vamos fazer o registo da capulana no Guinness Book como sendo um traje tradicional da na nossa terra, ainda que saibamos que outros povos asiáticos, americanos, por exemplo, têm-na como sua vestimenta. Ela é uma peça de vestuário universal”.

Um sentido inesgotável

Na verdade, como se percebe, a capulana é um signo que, como tal, não se deixa interpretar na sua totalidade. Às vezes, não raras, no corpo de uma mulher (ou de um homem) modifica os sentidos, criando alguns, ampliando outros.

“Quem está contra a capulana, está contra si mesmo. Por isso, nós aliamo-nos à organização do Festival da Capulana em Pemba”, comenta um agente da DDS, uma organização que se associa à iniciativa.

Convenhamos, então, que a capulana possui múltiplas utilidades. Nas zonas rurais, por exemplo, em momentos trágicos, ela tem sido o primeiro abrigo ou refúgio para as pessoas, um intermediário entre a fuga e a salvação. Em momentos de alegria, em cerimónias como o lobolo ou o casamento, ela constitui uma oferenda indispensável. Queremos que o povo moçambicano a tenha como sendo a sua riqueza e tradição em todos os momentos. Este artigo é um símbolo da vida e da nossa identidade”, afirma Olívia Machel.

Como participar

De acordo com o pessoal do Centro de Conhecimento e Desenvolvimento Samora Machel, o Festival da Capulana é o primeiro ponto de partida para uma série de acções que se irão desenvolver em volta do signo. No Guinness Book, onde será registada, já se obteve o código 402180 para o efeito, mas pensa-se ainda na criação do Museu da História da Capulana.

Até Setembro, altura em que se realizará o grande festival, as cidades de Maputo (25 de Junho e 07 de Setembro), Beira, Quelimane (22 de Setembro) e Nampula (21 de Agosto) acolherão eventos paralelos à iniciativa. Nestas realizações a participação está aberta a todas as pessoas, desde que vistam capulana. Mas em Pemba – observando o mesmo princípio – a iniciativa será restrita à mulher.

“Queremos que estes festivais sejam promovidos não só em Moçambique como também noutras países de África. Por isso, gostaríamos de convidar as comunidades africanas a exibirem os seus trajes tradicionais no âmbito do evento”.

*Alguns nomes são fictícios



Um ano cheio de livros em forma de cartão

Um ano depois da sua criação, a Livaningo Cartão d'Arte – uma editora “cartonera” – está longe de abranger, na totalidade, o seu público. Não obstante o facto de ser muito procurada, alguns dos seus públicos-alvo não a compreendem. De qualquer modo, ao longo do percurso, os seus dirigentes chegaram a uma ilação: “É muito melhor publicar nas editoras artesanais do que engavetar os livros”. Pelos seus feitos, hoje, 24 de Maio, há festa na aldeia. O ponto de encontro é a Casa da Paz, no bairro de Laulane, em Maputo. A seguir, Elcídio Bila – escritor e coordenador da organização – explica alguns aspectos afins...

Texto & Foto: Inocêncio Albino

@Verdade: Na história das editoras “cartoneras”, em Maputo, Luís Madureira, com a sua Kutsembo Cartão, é uma figura incontornável. Foi da sua iniciativa que surgiram outras organizações do ramo. O que vos moveu a criar a Livaningo Cartão d’Arte?

Elcídio Bila (EB): Nós, os estudantes da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS/UEM), participámos numa oficina promovida, localmente, pelo Departamento da Comunicação e Imagem, para a criação de livros de cartão. Tratava-se de uma ideia original trazida pelo professor Luís Madureira. Mas quando a iniciativa terminou, sentimos que havia uma necessidade de se dar continuidade à criação de livros de cartão no país.

Foi nesse sentido que, quando retornou aos Estados Unidos, o docente deixou-nos a missão de dar continuidade ao trabalho iniciado. Podíamos manter o nome Kutsembo Cartão ou criar uma iniciativa paralela. Sucedeu que nós que havíamos participado na oficina juntámo-nos e criámos a editora da FLCS que servia apenas os interesses da faculdade. Trabalhámos e publicámos algumas obras. Mas, com o passar do tempo, tivemos de nos afastar da instituição. Queríamos desenvolver um projecto autónomo. Em resultado disso, em Maio de 2012, criámos a Livaningo Cartão d’Arte.

Ou seja, nós não quisemos continuar a utilizar o nome Kutsembo Cartão – cuja editora está sob direcção de Paulo Gwambe – numa altura em que existia outra iniciativa similar levada a cabo pelos alunos da Escola Secundária Eduardo Mondlane.

@Verdade: Que história tem o nome Livaningo Cartão d’Arte?

EB: O nome tem a ver com o facto de que queríamos que a nossa editora tivesse uma identidade diferente, parecida connosco e mais moçambicana. A ideia de agregar a expressão Cartão d’Arte é relacionada com a necessidade de se publicar algo à margem do que se havia introduzido por Madureira, os textos literários. Por isso, incluímos no rol das nossas publicações fotografias e criações dos artistas plásticos.

Queríamos ampliar a nossa esfera de publicação, abarcando outras formas de expressão artística não obstante o facto de que os criadores destes ramos não têm demandado os serviços. O nosso grupo editorial é composto por três pessoas dentre as quais eu, Elcídio Bila, José dos Remédios e o pintor Jossias Gwambe.

“ Infelizmente, muita gente tem a ideia de que publicar um livro é condição para se ter dinheiro – o que não é verdade. Nós não ganhamos nada e, por isso, não pagamos a ninguém **”**

@Verdade: Porque é que se afastaram da Kutsembo?

EB: Pretendímos dar espaço aos escritores emergentes, muitos dos quais não têm a possibilidade de publicar os seus livros nas editoras convencionais e, por meio disso, expandir a literatura nacional para outros cantos do país através da venda de livros a preços baixos.

Também queríamos contribuir para que muitas pessoas pas-



“ Finalmente, depois de um ano de trabalho, as pessoas compreenderam que no lugar de guardar um livro na gaveta, é preferível torná-lo conhecido através das editoras ‘cartoneras’ **”**



sassem a participar nas cerimónias de lançamento de livros – as quais devem deixar de ser eventos estranhos e assustadores, confinando-se a uma certa camada social. Por essa razão, nos nossos rituais de publicação de livros não valorizamos muito a mesa redonda e os demais artefactos que ‘elitizam’ o acontecimento. Estamos mais preocupados em criar cenários capazes de acolher as pessoas e que possibilitem que elas compreendam de que é que trata o livro, sob o ponto de vista do conteúdo.

@Verdade: Com que tipo de temáticas começaram a publicar livros?

EB: Começámos de forma diferente publicando uma tese de licenciatura – que é um ensaio – e uma novela. São dois géneros literários que não são muito aprofundados nas outras editoras.

@Verdade: Quais é que têm sido as dificuldades da editora?

EB: As nossas dificuldades são, acima de tudo, financeiras. Não tem sido fácil fazer a multiplicação dos livros. Conseguimos imprimir entre 30 e 60 exemplares. Gostaríamos de fazer mais cópias e ampliar as distribuições, oferecendo alguns exemplares às bibliotecas. Infelizmente, esta pretensão está longe de ser concretizada porque o valor ganho na venda dos livros é reinvestido na reprodução de outros.

Em relação ao acesso de espaço para a realização dos nossos eventos, notamos que as pessoas têm sido louváveis para com esta actividade. Mesmo sob o ponto de vista da participação de escritores consagrados na elaboração de prefácios e apresentação dos livros, temos sido acarinhados.

@Verdade: Que percepções erradas as pessoas têm sobre a vossa actuação?

EB: Durante os doze meses em que temos estado a trabalhar, muitas pessoas perceberam a necessidade de lançar um livro connosco. Ou seja, compreenderam que no lugar de guardar um livro na gaveta é preferível torná-lo conhecido através das editoras “cartoneras”. De qualquer modo, muita gente tem a ideia de que publicar um livro é condição para se ter dinheiro – o que não é verdade. Nós não ganhamos nada e, por isso, não pagamos a ninguém. Isso, agravado pelo facto de não fazermos uma grande tiragem, faz com que a obra não chegue a um grande público.

O livro acaba por ser distribuído apenas entre as pessoas que participam nos lançamentos. Então são estas as pequenas dificuldades que fazem com que as pessoas não percebam claramente o trabalho da editora. Precisamos de dialogar mais com o público.

@Verdade: Então, quer dizer que os fotógrafos e os artistas plásticos – que também são o vosso público-alvo – não têm procurado os vossos serviços.

EB: Sim. Eles fazem parte do grupo de pessoas que não compreendem a nossa missão, quer porque não sabem onde nos encontrar, quer porque vêm muitos livros de poemas e contos publicados pensando, por isso, que as editoras só publicam textos.

@Verdade: Como será a celebração do primeiro aniversário?

EB: De facto será um evento de celebração em que – a par do lançamento do meu livro, Xiphefu – se irá promover uma feira do livro, onde serão expostos os 13 títulos já publicados até agora. Queremos contar a sua história, o percurso da editora, as dificuldades que está a enfrentar e abrir espaço para que se apreciem o nosso conceito organizacional e a nossa política editorial.

No Complexo 2BT, na Casa da Paz, no bairro de Laulane, onde o evento irá decorrer a partir da 18 horas, serão combinadas também diversas manifestações artístico-culturais desde a declamação de poesia, a realização de concertos por diversos artistas, a exibição de peças teatrais até shows de dança tradicional.

Irão actuar artistas locais como, por exemplo, Mestre Tchaka, Cândida Dambi, a banda Timbone Ta Jah, o grupo de Teatro Ximbítana, incluindo colectividades que praticam capoeira. O evento terminará na manhã do dia seguinte. Também haverá “DJs” que farão a animação musical.

@Verdade: Porque é que escoheram esse lugar para realizar o evento?

EB: A maior parte do nosso público é suburbano. As pessoas que dinamizam as actividades culturais na cidade, nós incluímos, vêm dos bairros. As artes são produzidas nas zonas suburbanas e Laulane é um exemplo. Por isso, realizar a festa do primeiro ano da Livaningo é uma forma de homenagear as nossas origens. Temos a ideia de realizar eventos similares noutras bairros, como forma de atingir a maior parte do público e fazer a produção artística retornar ao local de onde brota.

@Verdade: Quais são os projectos da Livaningo para o futuro?

EB: Todos os dias temos recebido no email cartas de escritores (concebidos e emergentes) a solicitar a chancela e a publicação dos seus livros. Em parte, isso significa que estamos a fazer um trabalho bom. Temos obras para publicar até o próximo ano. No entanto, temos de fazer uma programação para o efeito. De uma ou de outra forma, sentimos que ainda há muito por explorar na literatura moçambicana. Continuaremos a desempenhar o nosso papel.

ENTRETENIMENTO

PARECE MENTIRA...



Na década de 70 um indivíduo de origem sul-africana, de nome Isreal, grande boêmio e proxeneta, era amigado a uma mulher de vida fácil(?) nocturna, que se dedicava à sua profissão na antiga Lourenço Marques, na farnigerada Rua Araújo.

Por alturas do carnaval, todos os seus companheiros de tertúlia já tinham tudo a postos para mais uma das suas farras, mas o dito cujo estava liso que nem um pneu careca, e a atravessar um mau período na relação com a sua parceira.

Depois de muito matutar, surripiou alguma roupa, uns sapatos e um chapéu de alta qualidade, da sua mãe, que conseguiu vender, por interposta pessoa, à sua amiga.

Quando ela se dirigiu ao local onde habitualmente fazia a vida, Isreal, que bem conhecia os cantos à casa, foi "buscar" tudo quanto lhe vendera, voltando a colocar os bens da sua mãe no lugar donde os tinha subtraído sem que a vítima do roubo pudesse imaginar quem seria o autor do desaparecimento das suas mais recentes compras.

São precisos 5000 quilos de violetas para se fazerem 100 gramas de essência destas perfumadas flores, que se destinam ao fabrico de dezenas de litros de perfumes.

Dificilmente se faz uma ideia da solidez do gelo: tendo a espessura de 10 centímetros, suporta facilmente um homem a cavalo.

Em Chicago, já lá vão uns anos, um par de noivos foi acompanhado à igreja pelo mais íntimo dos seus amigos: um cão guia.

O jovem casal era cego. O fiel animal fez-lhe companhia durante a viagem de núpcias.

PENSAMENTOS...



Um negociante que tinha perdido grande quantia de dinheiro recomendou ao filho que guardasse a tal respeito silêncio absoluto, que a ninguém dissesse uma palavra.

- Muito bem, pai - disse o jovem. - Observarei a recomendação, mas peço que me explique por que razão me devo calar...

Respondeu-lhe o pai:

- É para não suportar duas desgraças ao mesmo tempo: o prejuízo que tivemos e a alegria que isso daria aos nossos inimigos. Um homem jamais deve comunicar ao seu inimigo os seus males e misérias, pois na falsa compaixão que se recebe não há senão uma oculta alegria. Isto é quase um insulto, pior que a própria desgraça.

A esperança é quase sempre um cheque que sacamos sobre um banco onde não temos dinheiro.

A palavra pode, às vezes, ferir; mas também o silêncio fere; e o pior mal é esse: Nunca um insulto feriu tanto como uma carícia esperada e recusada; e nunca uma indisciplina cometida foi tão sentida como a palavra que não se disse.

SAIBA QUE...



Os olhos escuros permitem, à noite, uma melhor visão do que os olhos claros.

O Sionismo é um movimento político que defende o restabelecimento de uma pátria judaica na Palestina - a "terra prometida" da Bíblia - com capital em Jerusalém, "a cidade do Sião".

Em 1896 Theodor Herzl publica o seu Jewish State, como resposta ao anti-semitismo europeu, livro onde traça um esquema para estabelecer uma comunidade judaica sob suzerania otomana.

O Congresso Mundial Sionista é estabelecido em 1897 na Basileia, Suíça, tendo Herzl como seu primeiro presidente. Hatikva ("A Esperança") é adoptada como hino mantendo-se não oficial, da Palestina, até 1948, altura em que será cantado na proclamação do Estado de Israel, que teve lugar a 14 de Maio.

Em religião, fundamentalismo designa uma defesa incondicional dos princípios básicos ou mesmo dos artigos de fé. O fundamentalismo cristão surgiu nos Estados Unidos, logo a seguir à Grande Guerra, como reacção ao modernismo teológico e ao critismo histórico da Bíblia, insistindo na crença da verdade literal de tudo o que estava escrito na Bíblia. O fundamentalismo islâmico insiste na observância rígida da lei muçulmana da Sharia.

O Primado da Lei é uma doutrina segundo a qual nenhum indivíduo se encontra, por mais poderoso que seja, num plano superior às leis do Estado.

Este princípio teve uma importância significativa nas tentativas de limitação do uso arbitrário do poder por parte dos governantes, bem como no aumento da aplicação de direitos humanos, protegidos por lei em muitos países ocidentais. É muitas vezes utilizado como justificação para separar o poder legislativo do judicial.

RIR É SAÚDE



Uma mulher muito feia e gorda diz, enquanto se banhava na praia, para o marido:

- Vês como as ondas do mar me vêm acariciar?
- Oh, minha filha, toda a gente sabe que a água do mar tem muito mau gosto.

Um sujeito que acabava de ser mordido pelo cão de um vizinho muito forte e brigão, diz, muito timidamente, para este:

- Com esta é a segunda vez que o seu cão me morde. Só lhe quero dizer que se me tornar a atacar... é a terceira.

Uma senhora que pelos vistos não primava pelo hábito de se cultivar, rejeita um termómetro que o farmacêutico lhe pretendia vender, nos seguintes termos:

- Não, esse não me serve. Queria um marcasse vinte graus que é a temperatura que gostaríamos de ter lá em casa.

Certo ladrão, entendido em artes plásticas, assalta a casa dum pintor principiante.

Depois de percorrer a galeria e os compartimentos onde se encontravam os quadros, opta por, apenas, roubar as molduras...

Um alentejano que era dono dum carro antigo, farto de ouvir a mesma música na Rádio que habitualmente sintonizava, resolveu pendurar um peixe na antena do carro. Quando os amigos da aldeia lhe perguntaram por que razão procedia assim, ele, convencido de que tinha o domínio do Inglês, muito orgulhosamente, respondeu:

- É para ouvir música fixe!

Cartoon



HORÓSCOPO - Previsão de 24.05 a 30.05



carneiro
21 de Março a 20 de Abril

Finanças: Embora com algumas reservas, este aspeto não deverá constituir problema de maior, durante este período. Estarão favorecidas as aplicações de capital, os investimentos moderados e de baixo risco.

Sentimental: Questões de ordem sentimental e amorosa convidam mais a dar, do que a receber. Tente ser compreensivo com algum problema, ou situação que o seu par atravesse e não lhe recuse ajuda. Caso não tenha par, poderá conhecer, durante este período, alguém importante para si.



caranguejo
21 de Junho a 21 de Julho

Finanças: Período, um pouco, complicado e será aconselhável que pondere, muito bem, todas as ações que envolvam despesas e investimentos. A sua tentação para despesas supérfluas deverá ser, muito bem, controlada.

Sentimental: Na sua relação sentimental tente evitar a rotina; seja imaginativo e convide o seu par para sair, jantar fora, passear um pouco e, acima de tudo, conversar sobre os problemas que os poderá ter feito cair nesse ambiente rotineiro.



balança
23 de Setembro a 22 de Outubro

Finanças: As suas finanças irão entrar numa fase, bastante, positiva e alguns problemas, que o têm preocuado, serão ultrapassados. Naturalmente, este aspeto a ficar favorecido irá deixar-lhe um maior espaço mental para se concentrar, melhor, no seu trabalho.

Sentimental: Tudo poderá correr da melhor maneira, durante este período, dependendo, unicamente, de si e da forma como se relacionar com o seu par. Para os que não têm par, este será um momento muito favorecido.



escorpião
23 de Outubro a 21 de Novembro

Finanças: Este aspeto começa a tornar-se, bastante, mais agradável e poderá começar a sentir uma maior tranquilidade. Será uma fase em que, se proceder a aplicações, de uma forma acertada, poderá ter retornos, bastante, apreciáveis.

Sentimental: Não deixe que o seu envolvimento entre numa fase de rotina e tudo se comporá, da melhor forma.

O lar, o seu amor e o diálogo serão um bálsamo que fará sentir os seus efeitos benéficos.



capricórnio
22 de Dezembro a 20 de Janeiro

Finanças: Alguns problemas, a este nível, não serão suficientes para ensombrar a semana. Seja, um pouco, mais moderado nos seus gastos, especialmente, os de ordem pessoal.

Sentimental: Para os que têm par, este aspeto será muito beneficiado. O seu encanto e a sua boa disposição tornarão a semana num período inesquecível. Use a sua imaginação, não regateie esforços para agradar ao seu par e verificará como é bom amar.



áquario
21 de Janeiro a 19 de Fevereiro

Finanças: Não se deixe perturbar por receios infundados. Embora este aspeto não se encontre muito favorecido, ele será ultrapassado pela sua força e vontade em não aceitar as situações, como se apresentam.

Sentimental: Questões de ordem sentimental passam por uma fase que, se bem aproveitada, será muito gratificante. Não perca esta oportunidade de estreitar as suas relações amorosas. Viva um dia de cada vez.



peixes
20 de Fevereiro a 20 de Março

Finanças: A prudência nas despesas será o conselho para este período; no entanto, não desespere pois, mais para o fim da semana, a tendência será para melhorar e irá sentir-se mais tranquilo.

Sentimental: Na área sentimental, tente ser coerente e não deixe, nem consinta que interferências de terceiros possam pôr em causa a sua relação amorosa. Para os que não têm par, este período será favorecido para se iniciarem novas relações.



touro
21 de Abril a 20 de Maio

Finanças: Regulares, com tendência para melhorarem, um pouco. Poderá verificar-se uma pequena entrada de dinheiro. As pequenas aplicações, ou investimentos, serão uma boa opção, desde que sejam bem analisadas antes de avançar.

Sentimental: Será uma boa semana nas questões de ordem sentimental. O seu astral irá estar em alta e esse sentimento contagiará o seu par. Aproveite este bom momento para melhorar a sua relação.



gêmeos
21 de Maio a 20 de Junho

Finanças: Será um bom período, no aspeto financeiro. Estarão favorecidas as aplicações de capital e os investimentos moderados; no entanto, todas as suas iniciativas deverão ser muito bem analisadas, antes de tomar qualquer iniciativa.

Sentimental: A área sentimental não poderá encontrar uma fase mais propícia para que se sinta realizado. Abra o seu coração e não se irá arrepender. Bons momentos em perspectiva, desde que a sua imaginação e criatividade assim o propiciem.



virgem
23 de Agosto a 22 de Setembro

Finanças: Será um período em que, consoante as suas opções, assim serão os resultados; no entanto, independentemente da sua escolha será uma fase em que os astros estarão do seu lado e o poderão favorecer, fortemente.

Sentimental: O aspeto sentimental passa pela compreensão do essencial. O diálogo e a aproximação espiritual contribuirão para suavizar outros aspetos, um pouco, mais duros.



sagitário
22 de Novembro a 21 de Dezembro

Finanças: Poderão surgir alguns problemas que envolvem questões relacionadas com dinheiro em que, a situação de crise que se atravessa não deverá ser estranha; no entanto, se utilizar a sua, habitual, força pessoal, conseguirá ultrapassar este período, pela positiva.

Sentimental: Deve dar um pouco mais de atenção ao seu par. Não se deixe influenciar por alguém que tenta criar-lhe um clima de alguma instabilidade. Um diálogo aberto poderá resolver muitas situações.



peixes
20 de Fevereiro a 20 de Março

Finanças: A prudência nas despesas será o conselho para este período; no entanto, não desespere pois, mais para o fim da semana, a tendência será para melhorar e irá sentir-se mais tranquilo.

Sentimental: Na área sentimental, tente ser coerente e não deixe, nem consinta que interferências de terceiros possam pôr em causa a sua relação amorosa. Para os que não têm par, este período será favorecido para se iniciarem novas relações.

Oi! O TUCANO ECOLOGISTA
© FERNANDO REBOUCHAS.

VIOLÊNCIA

A verdade em cada palavra.

“ Paz sem voz não é paz, é medo. ”
- O Rappa

Seja um Cidadão e Reporte a Verdade
SMS: 90440
WhatsApp: 84 399 8634
/JornalVerdade
Email: averdadernz@gmail.com
@Verdade Online: www.verdade.co.mz



O Jornal mais lido em Moçambique.